

Grupo Oeiras 21+

# RISCO 2011

Relatório de Indicadores de Sustentabilidade do Concelho de Oeiras





## **Nota prévia**

Gostaríamos que este primeiro relatório fosse alvo da atenção, crítica e sugestões por parte de todos, colaboradores do Município, organizações e instituições do Concelho de Oeiras e dos cidadãos em geral.

O resultado deste processo permitir-nos-á selecionar um conjunto de indicadores mais aperfeiçoado, simplificar e melhorar os circuitos de troca de informação, obtenção e tratamento de dados, bem como identificar um menor número de indicadores, referidos habitualmente como indicadores chave ou "de topo", que correspondam de forma clara e sintética aos temas que mais frequentemente as pessoas associem à imagem de desenvolvimento sustentável de Oeiras.

Este trabalho foi iniciado no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Local realizado pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, para técnicos licenciados de diversas unidades orgânicas do Município, concretizando um dos objetivos da Agenda 21 Local de Oeiras, Oeiras 21+, e prosseguido pelo Grupo Oeiras 21+, uma equipa interdepartamental da Câmara Municipal de Oeiras encarregue de dinamizar e acompanhar a Agenda 21 Local do Município.

A continuação da reflexão e da participação alargada neste processo irá ainda determinar o impacte que a utilização destes indicadores poderá vir a ter na integração das diversas políticas sectoriais municipais – económicas, sociais, ambientais, territoriais e de governância -, assim criando um ciclo virtuoso de atuação do Município na ótica do Desenvolvimento Sustentável do Concelho, consentâneo com os objetivos já assumidos na Oeiras 21+.

O Presidente da Câmara Municipal,

***Isaltino Morais***



## ÍNDICE

ENQUADRAMENTO	3
OBJETIVOS	4
ANÁLISE POR TEMA	
1_Água	9
2_Ambiente Ribeirinho	15
3_Ar e Ruído	21
4_Cultura e Lazer	29
5_Desenvolvimento Económico	37
6_Desporto	47
7_Dinâmica Social	55
8_Educação e Formação	65
9_Energia	75
10_Governância e Cidadania	83
11_Inovação	93
12_Mobilidade e Transportes	99
13_Natureza e Biodiversidade	107
14_Ordenamento do Território	111
15_População	121
16_Resíduos	129
17_Saúde	137
18_Turismo	143
SÍNTESE	151
PERSPETIVAS DE FUTURO	157
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	158
ANEXOS	
Grupo de trabalho	159
Imagem da aplicação do SIDSÓ na internet	160
Lista e Fichas de Indicador - SIDSÓ	163



## ENQUADRAMENTO

O Sistema de Indicadores do Desenvolvimento Sustentável de Oeiras é um dos instrumentos do sistema de implementação e gestão da Oeiras 21+, Agenda 21 Local de Oeiras (cf. Relatório Final, pgs. 89 – 91), sendo considerada a sua utilidade para:

- A monitorização e avaliação da Agenda 21 Local;
- Um suporte de acompanhamento, monitorização e avaliação do Plano Diretor Municipal;
- O suporte de avaliação das políticas municipais e planos de atividades, na ótica do Desenvolvimento Sustentável do Concelho;
- A produção de relatórios periódicos (ex: Relatório do Estado do Ambiente e do DS), em alguns casos por exigência legal;
- Um suporte à realização da avaliação ambiental estratégica de Planos e Programas da CMO (aplicação do Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de junho);
- A informação de suporte à futura implementação de um sistema de Gestão Ambiental (EMAS ou ISO 14001) na CMO.

No âmbito do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Local, realizado pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa em 2008/2009, foi realizado um primeiro trabalho de pesquisa, enquadramento e desenvolvimento do Sistema de Indicadores, tendo sido apresentado no respetivo Relatório Final (julho de 2009) a primeira lista de indicadores, com a qual se continuou o trabalho.

Durante o mês de janeiro de 2011 realizou-se uma consulta interna à Câmara Municipal de Oeiras, disponibilizando-se a lista de indicadores e uma ficha para a sua análise crítica, aberta à participação de todos os colaboradores da CMO, através da intranet. Em 29 de abril de 2011 realizou-se uma sessão de trabalho no Grande Auditório da AERLIS aberta a toda a CMO para discussão detalhada dos indicadores por conjuntos de temas, tendo sido possível recolher a experiência de muitas unidades orgânicas da CMO particularmente quanto ao interesse e viabilidade dos indicadores temáticos.



GRUPO	TEMA
Grupo 1	1_Água
	2_Ambiente Ribeirinho
	3_Ar e Ruído
	9_Energia
	13_Natureza e Biodiversidade
Grupo 2	16_Resíduos
	4_Cultura e Lazer
	5_Developmento Económico
	8_Educação e Formação
Grupo 3	18_Turismo
	6_Desporto
	7_Dinâmica Social
	15_População
Grupo 4	17_Saúde
	10_Governância e Cidadania
	11_Inovação
	12_Mobilidade e Transportes
	14_Ordenamento do Território

Durante os anos de 2011 e 2012, o Grupo Oeiras 21+ (equipa de técnicos da CMO para acompanhamento, monitorização e promoção da Oeiras 21+, presentemente enquadrado pelo Despacho do Presidente da CMO nº 54/2011 de 19/7/2011) assumiu a tarefa de desenvolver o primeiro Relatório de Indicadores de Sustentabilidade do Concelho de Oeiras, que agora se apresenta.

## OBJETIVOS

O Relatório de Indicadores de Sustentabilidade do Concelho de Oeiras 2011 tem como finalidade a prestação de informação sobre o desempenho do concelho de Oeiras, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável.

Constitui um instrumento de avaliação da qualidade ambiental e do desenvolvimento, através de um sistema de indicadores, atendendo a que qualquer proposta séria de mensuração do fenómeno desenvolvimento sustentável deve iniciar-se pela apresentação das matrizes discursivas que lhe servem de inspiração.

A tarefa fundamental deste Relatório foi a elaboração de uma matriz (mensurável) de indicadores, que procura sistematizar a informação de forma objetiva e clara, para que possa sustentar a opinião crítica dos cidadãos, estudos e a tomada de decisão política, à escala do Concelho.

Uma vez que o conceito de sustentabilidade tem vindo a ser utilizado de forma ampla nas duas últimas décadas e está em permanente construção e reconstrução, este é um trabalho em constante elaboração – porque a aproximação às dimensões ambiental, social e económica é dinâmica, porque a informação disponível para a construção dos indicadores é variável, e porque as visões e objetivos políticos mudam ao longo do tempo.

O Relatório de Indicadores de Sustentabilidade do Concelho de Oeiras assumiu este primeiro desafio da recolha e tratamento da informação existente, sustentando a matriz de indicadores agora apresentada.

Os públicos-alvo do SIDSO identificados no âmbito do trabalho são os seguintes:

- Técnicos da CMO;
- Executivo CMO e outros eleitos;
- Técnicos e dirigentes de instituições, entidades e empresas do concelho;
- Munícipes;
- Grupos de interesse.

No futuro, haverá que encontrar formas de estabelecimento de pontes de informação com as seguintes entidades, quer numa ótica de partilha de dados quer de reflexão e análise conjuntas:

- Rede Social e Conselhos Locais de Ação Social;
- Conselho Municipal de Saúde;
- Conselho Consultivo de Educação;
- Comissão Municipal de Juventude.

Para proceder à divulgação do SIDSO e dos respetivos Relatórios, consideram-se relevantes as seguintes plataformas e meios de divulgação:

- Meios da Agenda 21 Local (página internet, blogue, redes sociais, newsletter);
- Publicações Municipais;
- Intranet;
- CD interativo;
- Publicações específicas / Relatórios de Sustentabilidade da CMO;
- Folhetos / *flyers*;
- Seminários bianuais com parceiros.

O SIDSO é constituído por 114 indicadores, agrupados em 18 temas; no presente Relatório são apresentados os dados mais recentes possíveis para estes indicadores, sendo que alguns deles ainda não puderam ser calculados (por inexistência dos dados de suporte à data da elaboração do Relatório). As fontes de informação e referências relativas a cada indicador podem ser consultados na respectiva Ficha de Indicador.

Os indicadores são disponibilizados, nesta primeira fase, numa aplicação informática da intranet da CMO, prevendo-se a sua futura adaptação à utilização pelo público em geral numa página do portal institucional do Município.

# ANÁLISE POR TEMA







**Água**



# 1\_Água

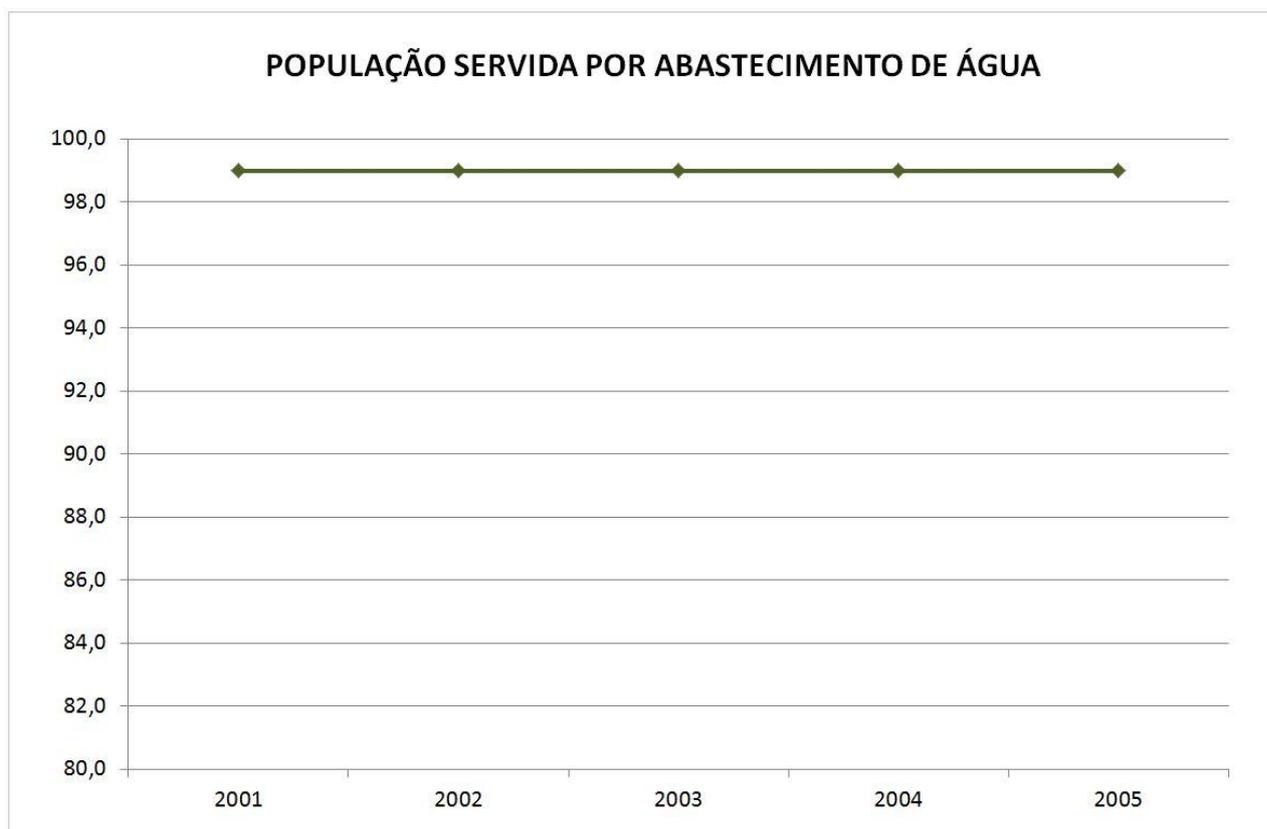
A água é um recurso básico para o desenvolvimento, sendo abordado no contexto do RISCO na ótica da sua disponibilidade em quantidade e qualidade para o consumo humano e da existência das respetivas infraestruturas, mas também como suporte dos sistemas naturais fundamentais à sustentabilidade do ciclo hidrológico e à manutenção da biodiversidade.



## População servida pelo sistema de abastecimento de água

Em resultado dos níveis de desenvolvimento do País e da Região onde se insere, e da capacidade operativa dos sistemas de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais, “em alta” (abastecimento pela EPAL e drenagem e tratamento de águas residuais pela SANEST e SIMTEJO) e “em baixa” (Serviços Municipalizados de Oeiras e Amadora), o concelho de Oeiras apresenta indicadores excelentes ao nível destes serviços básicos.

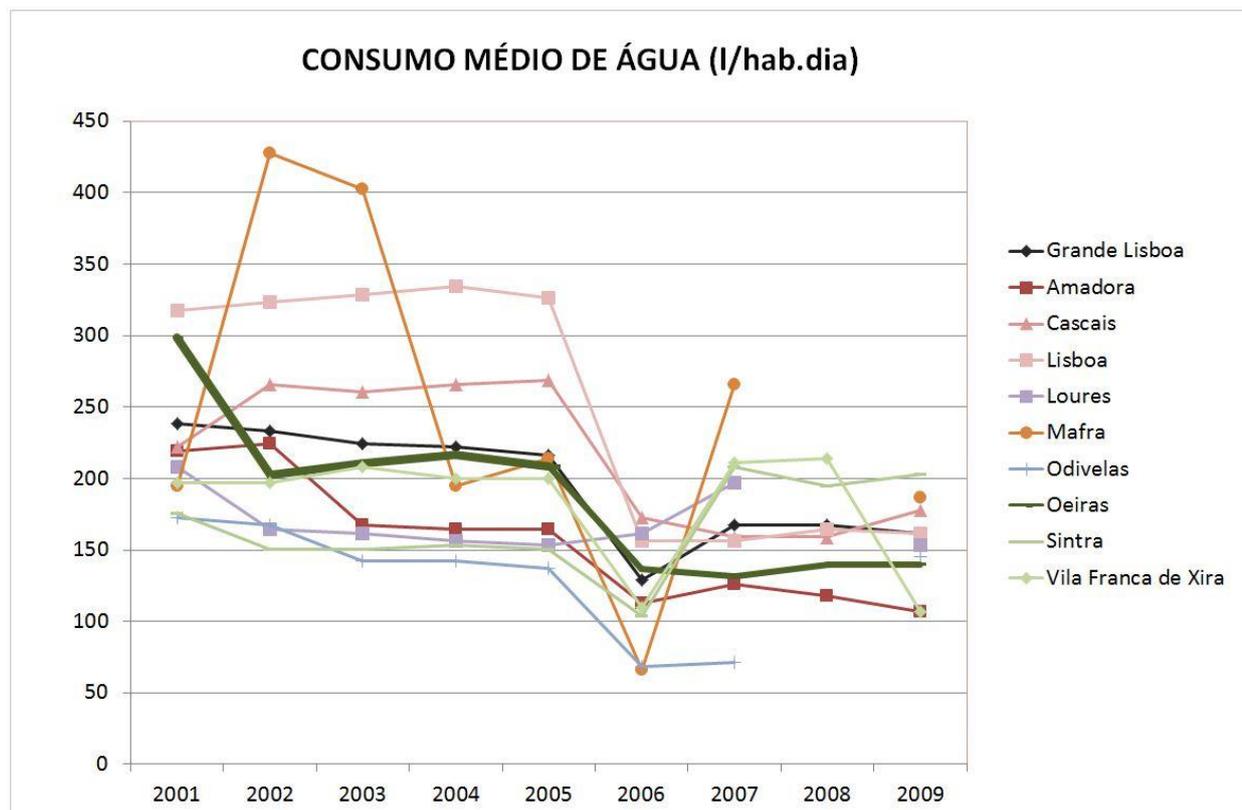
Tanto a drenagem de águas residuais como o abastecimento domiciliário de água potável chega a **99% da população.**





## Consumo médio de água *per capita* e por dia

O consumo de água médio de água *per capita* em Oeiras diminuiu significativamente no início da década, situando-se abaixo da média da região onde se insere.



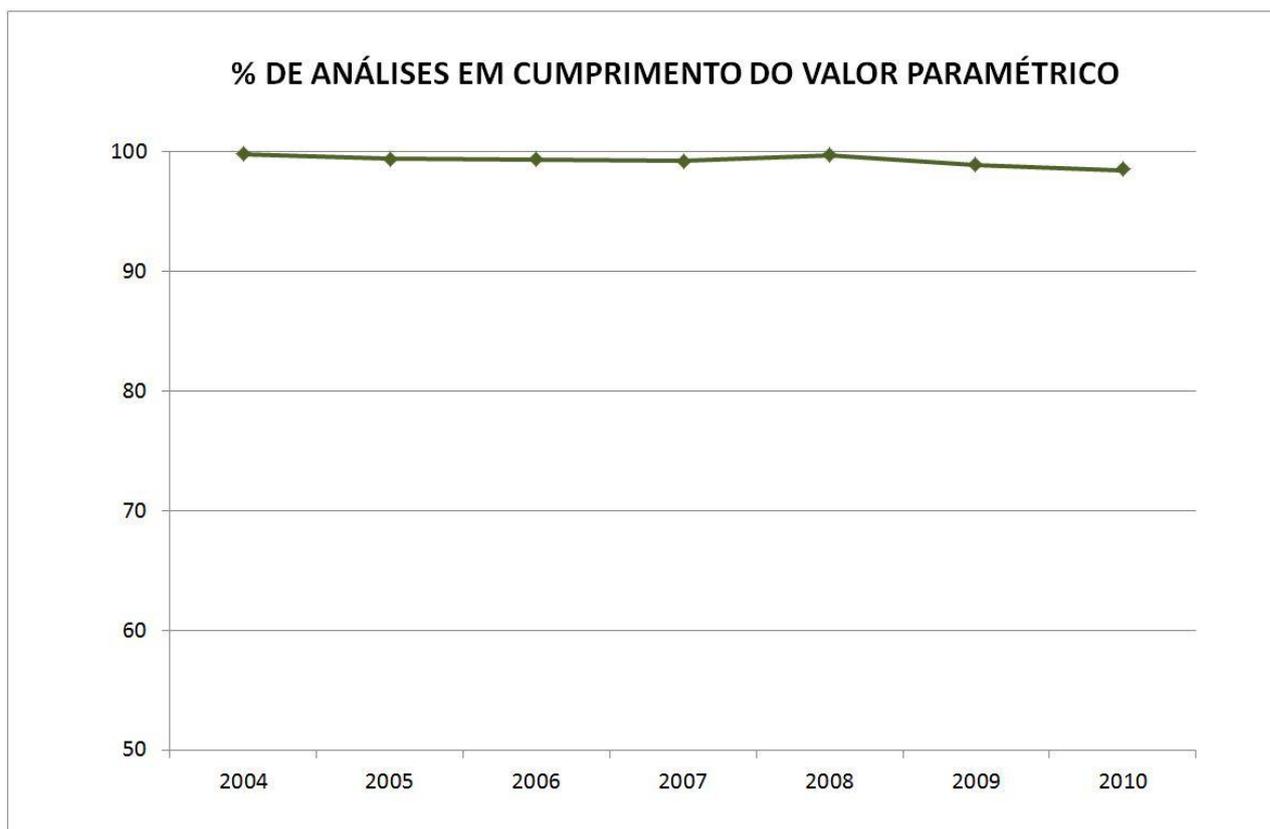
**Nota:** não são disponibilizados dados para os municípios de Loures, Mafra e Odivelas para o ano de 2008 ([www.ine.pt](http://www.ine.pt)); em 2006 há uma alteração no modo de recolha dos dados por parte do INE: até 2005: Inquérito ao Ambiente - Caracterização do Saneamento Básico; a partir de 2006: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais | Vertente Física e de Funcionamento (INSAAR/VFF).

Os dados evidenciam uma clara tendência de redução do consumo específico de água (de 299 l/hab.dia em 2001 para 140 l/hab.dia em 2009).



## Qualidade da Água para consumo humano

A água de abastecimento é controlada de acordo com os requisitos legais (100% das análises realizadas relativamente às exigências regulamentares) e apresenta muito boa qualidade.



## População servida por tratamento de águas residuais

As águas residuais urbanas do concelho de Oeiras são abrangidas maioritariamente pelo Sistema Multimunicipal de Saneamento da Costa do Estoril (gerido pela SANEST), que desde 1995 faz a recolha, tratamento preliminar e rejeição final dos caudais recebidos dos 4 sistemas municipais que abrange (Amadora, Cascais, Oeiras e Sintra).

A SANEST é responsável pelo sistema "em baixa" nas freguesias de Barcarena, Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos, Porto Salvo, Caxias, Queijas, Cruz Quebrada e Dafundo e parte das freguesias de Carnaxide e de Linda-a-Velha (aprox. 97% da população do concelho); a SIMTEJO é responsável nas restantes áreas de Linda-a-Velha e de Carnaxide e na totalidade da freguesia de Algés (aprox. 13% da população).

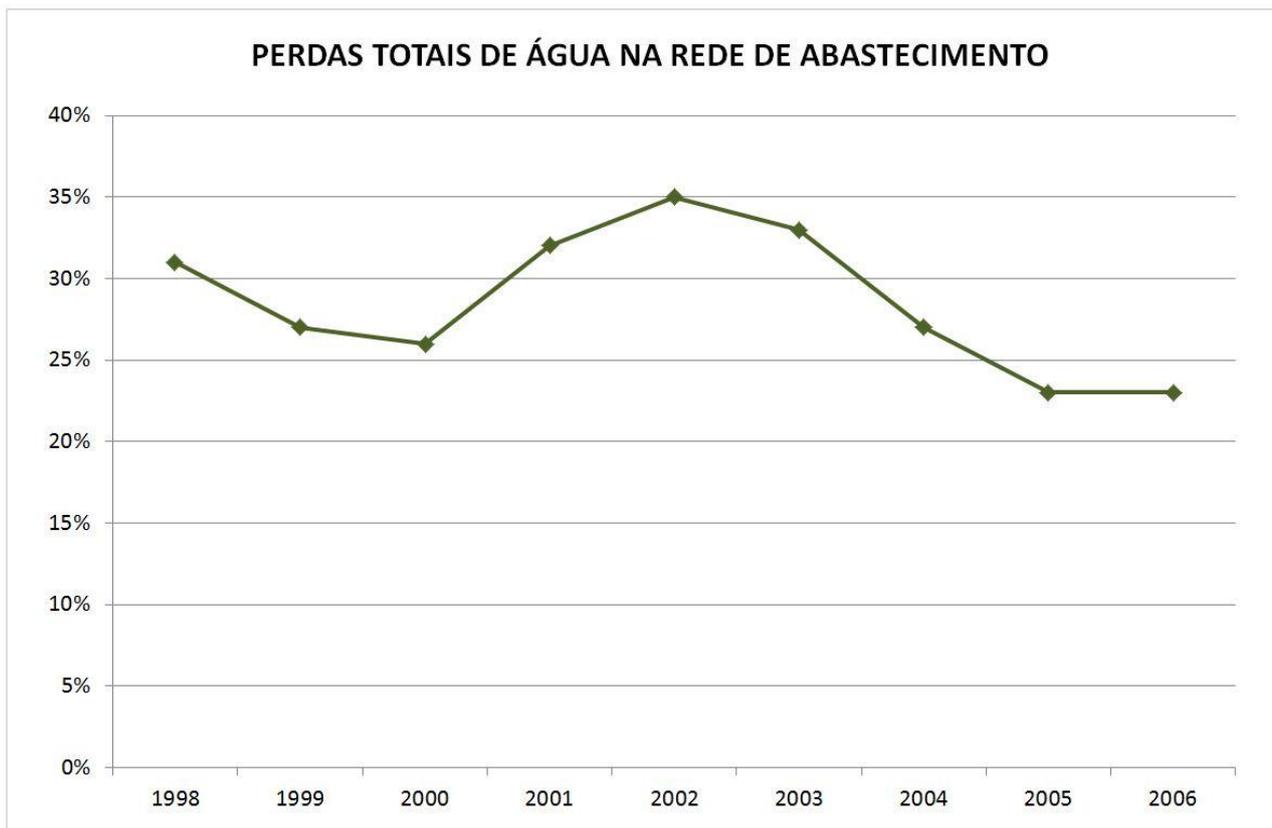
As águas coletadas nas bacias atribuídas à SANEST são encaminhadas para a Estação de Tratamento de Águas Residuais da Guia, que possui tratamento preliminar; as restantes águas, coletadas pela SIMTEJO, são drenadas para a ETAR de Alcântara, que possui tratamento de nível secundário e desinfecção final do efluente.

A população servida por sistema de tratamento de águas residuais, à data de 2006, era de 95,1% (dados das Estatísticas do Ambiente do INE).



## Perdas de Água no sistema de abastecimento

A evolução recente do volume de água fornecido pela EPAL, do volume fornecido e do número de clientes do SMAS, evidencia uma redução muito significativa das perdas do sistema: 2004: 27%; 2005: 23%; 2006: 23%.





**Ambiente  
Ribeirinho**



## 2\_Ambiente Ribeirinho

As ribeiras do Concelho de Oeiras são um elemento fundamental da paisagem, são o suporte estrutural do sistema hidrológico, contribuem para a qualidade do ambiente urbano pelo seu papel na estrutura verde territorial e na drenagem atmosférica, e suportam algumas das áreas e sistemas mais importantes do ponto de vista da biodiversidade.

Na ótica da sustentabilidade, há que olhar para as ribeiras nesta múltipla perspetiva: do ponto de vista físico, interessa manter a função hidráulica dos vales e proteger as populações dos riscos de cheia; do ponto de vista da saúde pública e da qualidade ambiental, há que olhar para as questões da qualidade da água e das ameaças que sobre ela se colocam; do ponto de vista da sua função ecológica e social, há que promover a renaturalização dos corredores ribeirinhos de modo a oferecer corredores e áreas disponíveis à utilização pela população, respeitando a capacidade de carga desses ecossistemas.



### Linhas de água sujeitas a medidas de conservação

Em 2011, foram intervencionados pelos serviços do Departamento de Ambiente e Equipamento da CMO cerca de 20 Km de linhas de água no sentido, na sua maioria (17 Km) em operações de limpeza e recuperação do perfil de drenagem da linha de água e eliminação de vegetação infestante. Em alguns troços das Ribeiras de Outurela, Ancha, Porto Salvo e Rio Jamor foram realizadas intervenções da Divisão de Espaços Verdes no sentido da recuperação dos ecossistemas ribeirinhos.



A extensão de linhas de água intervencionadas corresponde a cerca de 20% da extensão total de linhas de água principais no Concelho.



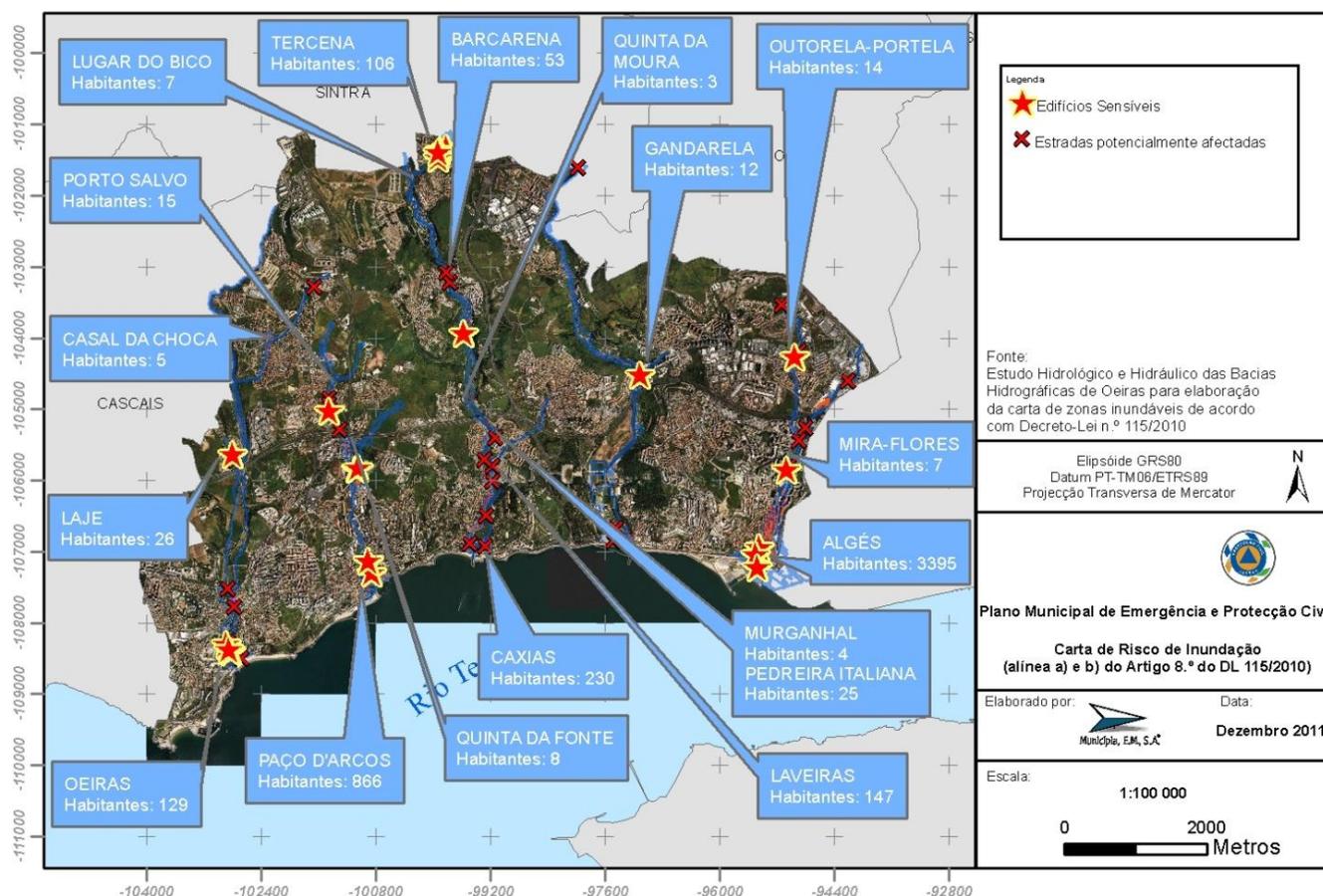
## Percentagem da área impermeabilizada em leito de cheia

Com base num primeiro cálculo, estima-se que a área impermeabilizada dentro das áreas ameaçadas por cheias ou inundações no concelho de Oeiras se encontre entre os 15% e os 20%, sendo esta impermeabilização um fator de agravamento dos potenciais efeitos das cheias rápidas no Concelho e um obstáculo à recarga de aquíferos, essenciais à "saúde" do sistema hidrológico.



## N.º de habitantes que residem em áreas de leito de cheia

A percentagem da população residente que se encontra em edifícios localizados nas áreas ameaçadas por cheias é relativamente reduzida (5.052 habitantes – cerca de 3% da população residente total no Concelho), não sendo as situações risco humano ou material muito significativas no contexto do concelho. Contudo, trata-se de uma situação que será acautelada no Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil (em preparação).



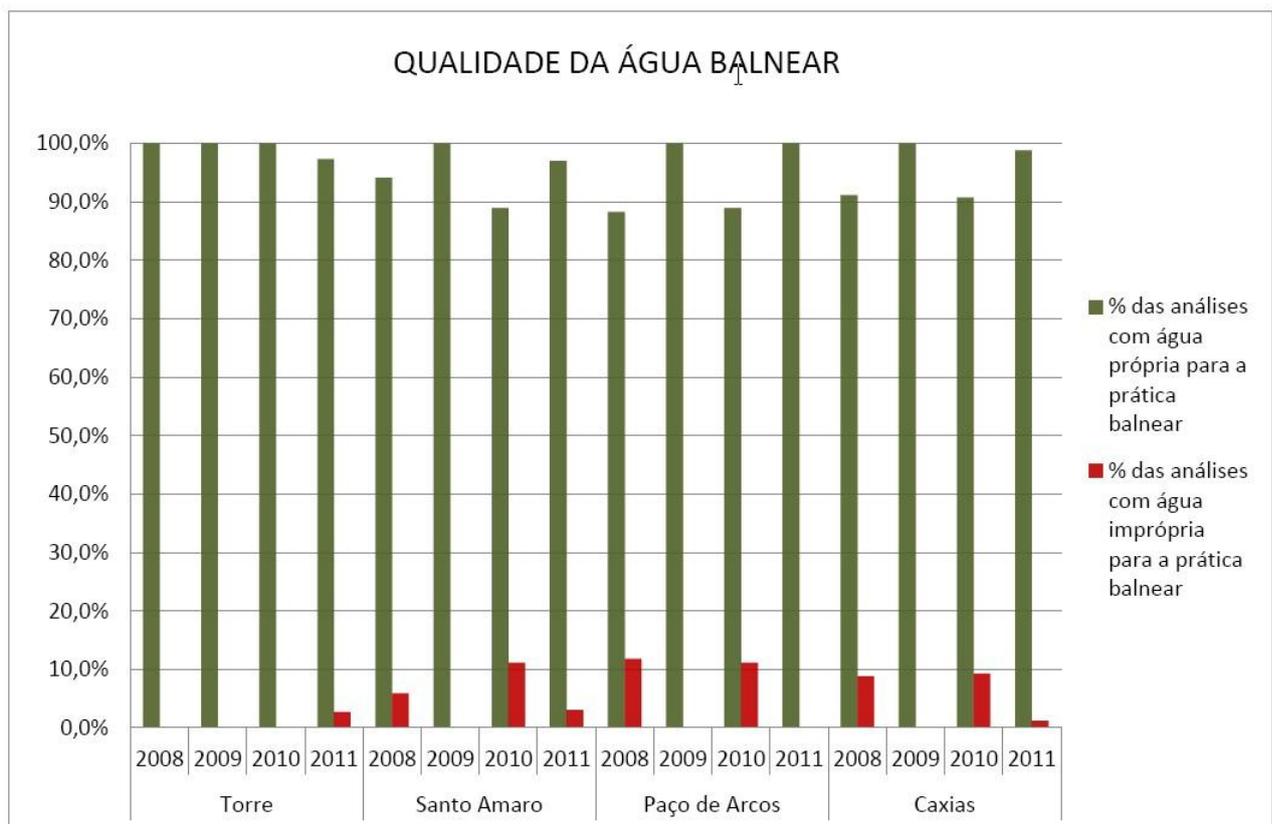


## Qualidade da água balnear

Verifica-se que o controlo da qualidade das águas balneares tem aumentado, havendo um aumento gradual do número de análises realizadas em cada época balnear, na praia e zonas de recreio e lazer consideradas, e os valores apontam para uma grande maioria das análises com água balnear de boa qualidade.

Em Santo Amaro, Paço de Arcos e Caxias, o número de análises com água de má qualidade foi ligeiramente superior no ano de 2010, e na Praia da Torre apenas em 2011 houve uma análise nestas condições.

É de referir que, precisamente devido ao histórico de boa qualidade das águas balneares ao longo dos últimos anos, foi possível levar Santo Amaro de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias à classificação como praias em 2012, anteriormente consideradas como zonas de recreio e lazer.









## 3\_Ar e Ruído

O clima na região de Oeiras pode classificar-se como Temperado Marítimo, sendo de assinalar a constância dos ventos marítimos de Noroeste durante quase todo o ano, com especial incidência no verão, que não só explicam a amenidade das temperaturas nas diferentes estações do ano como favorecem a qualidade do ar no território concelhio.

A qualidade do ar na região de Lisboa e Vale do Tejo, e particularmente na Área Metropolitana de Lisboa Norte, onde se encontra o concelho de Oeiras, tem justificado a necessidade de estudos e planos de ação com vista ao cumprimento dos parâmetros exigidos pela legislação, tendo por objetivo último a salvaguarda da saúde pública.

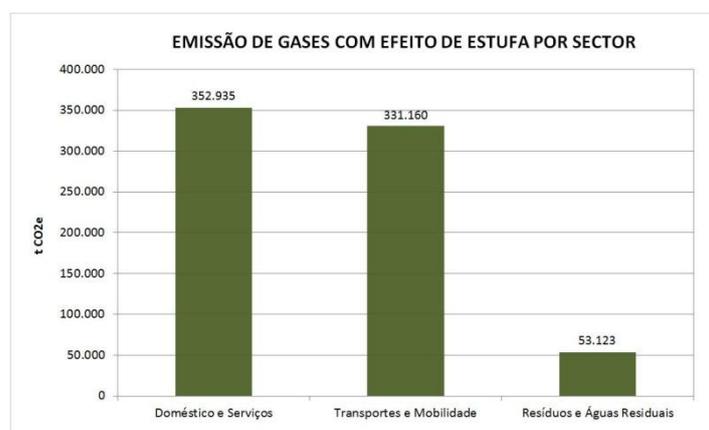
Está em funcionamento desde setembro de 2002 a estação de monitorização da Quinta do Marquês, integrada na rede de monitorização regional como estação "de fundo", isto é, caracterizando uma zona que não está sob a influência direta de fontes de poluição. (o funcionamento desta estação foi interrompido em 2011/2012 devido à realização de obras na Escola Secundária da Quinta do Marquês).

Tendo em conta o contributo dado pelas atividades presentes no território de Oeiras para as emissões de Gases com Efeito de Estufa e, conseqüentemente, para as alterações climáticas, verificamos que o concelho apresenta índices de emissão ligeiramente inferiores à média nacional – esperando-se que o conjunto de medidas previstas nos planos de mitigação à escala nacional e à escala local possam vir a contribuir para que este desempenho atinja as metas pretendidas nos próximos anos (reduzir essas emissões em 20% relativamente às emissões do ano de 2006, até 2020).



### Emissão de gases com efeito de estufa per capita

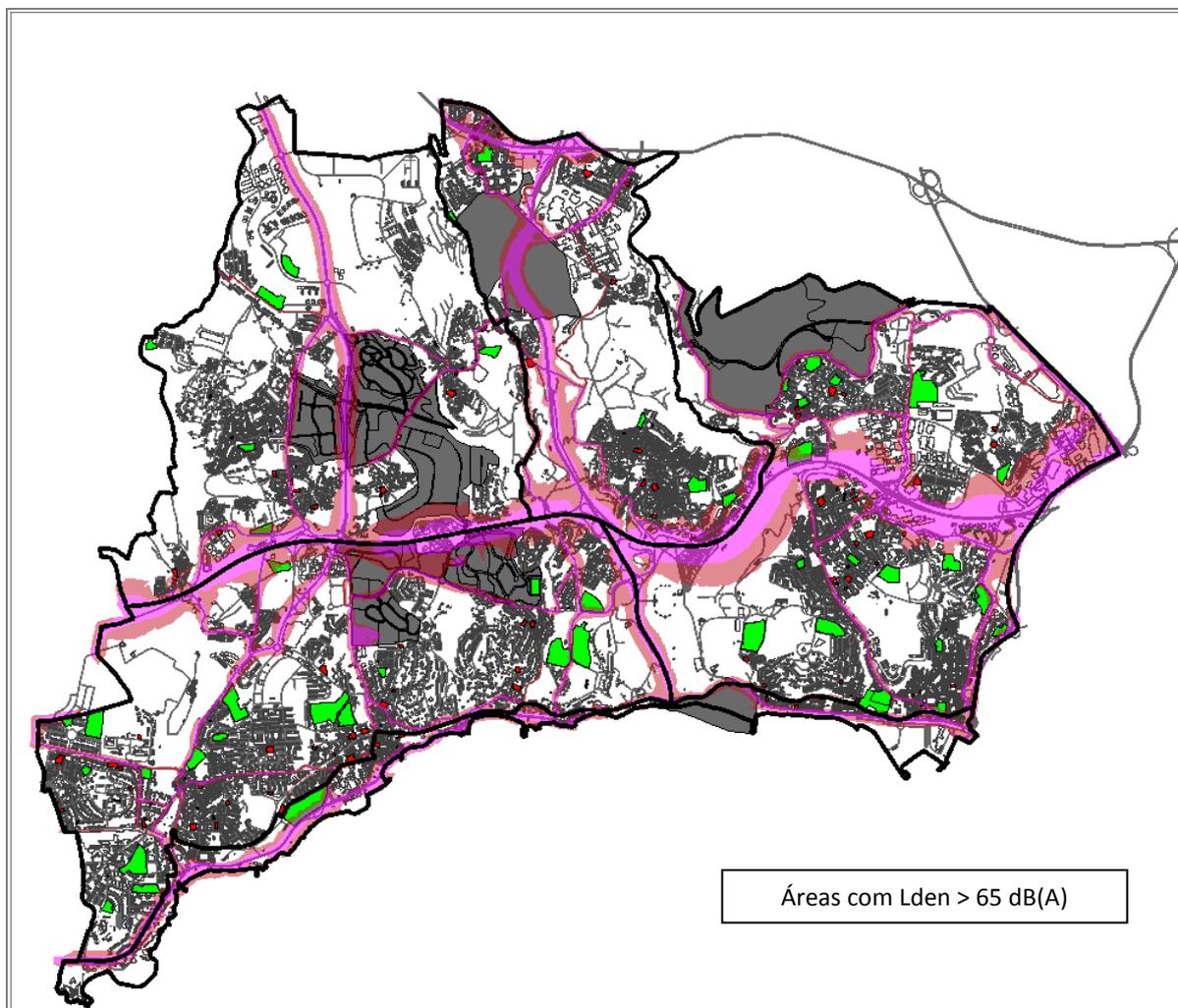
Em 2006, o consumo de energia pelos edifícios residenciais e de serviços no Concelho de Oeiras é o principal responsável pelas emissões de Gases com Efeito de Estufa com origem no concelho, embora o setor dos transportes tenha um contributo praticamente com a mesma ordem de grandeza.



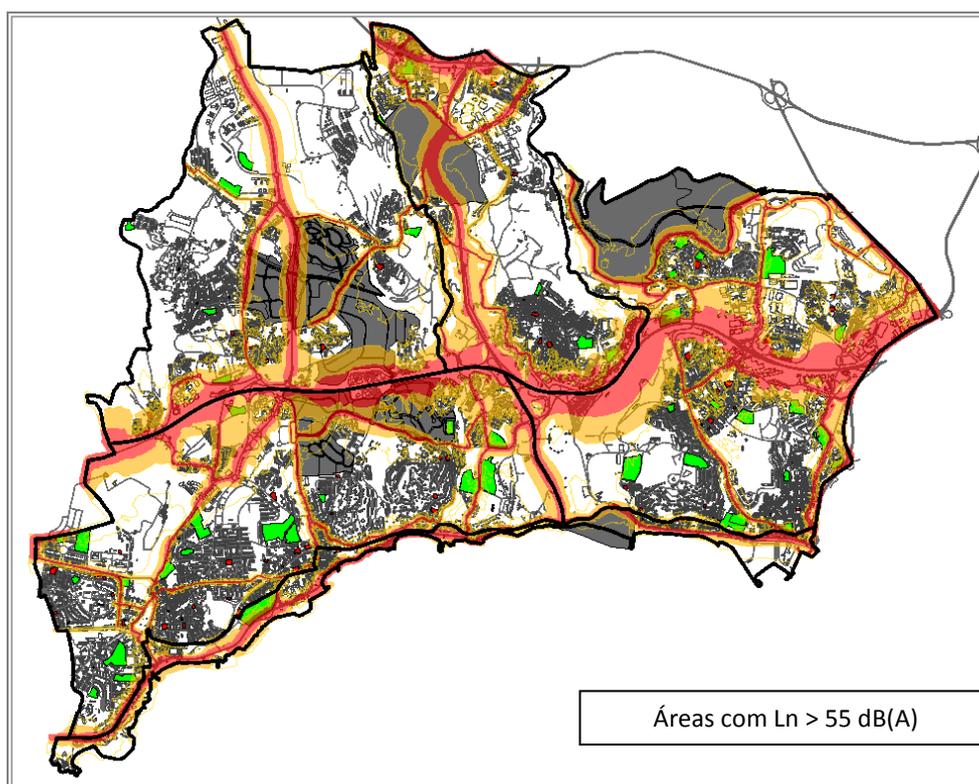
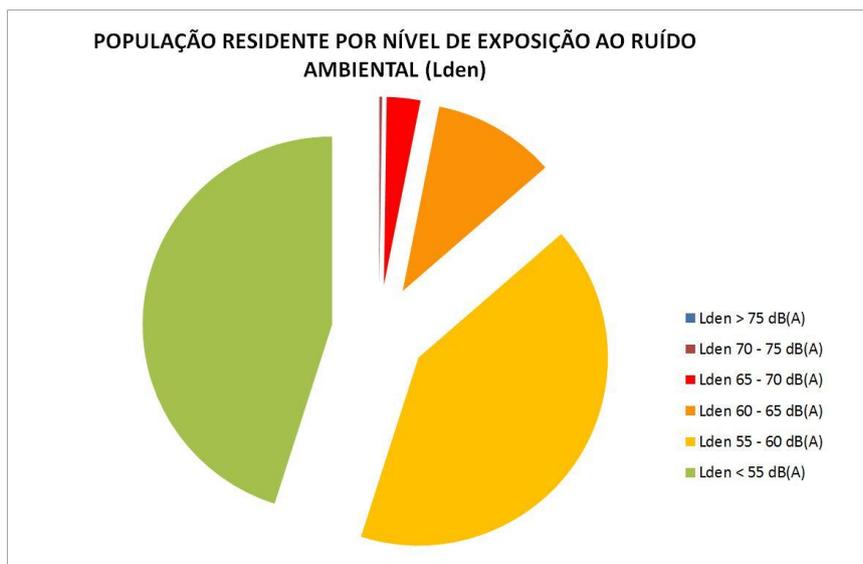
O índice *per capita* no Concelho de Oeiras é de **4,32 tCO<sub>2</sub>e/hab**, enquanto que a média nacional para o mesmo ano era de 4,52 tCO<sub>2</sub>e/hab.



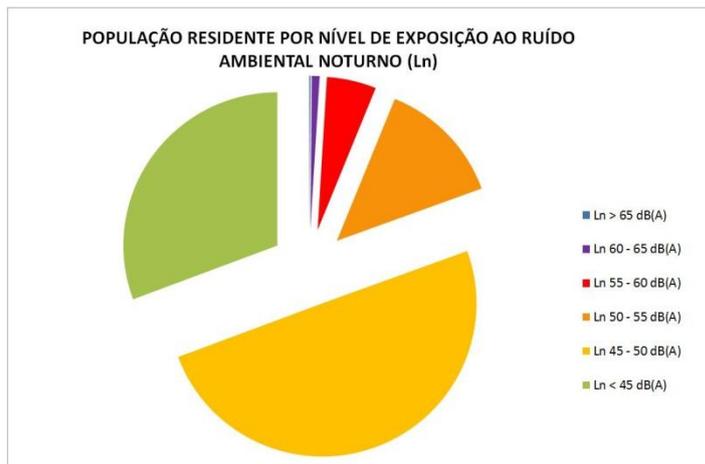
## Exposição excessiva ao Ruído Ambiente (Lden)



Com base no cálculo do Mapa de Ruído do Concelho de Oeiras para o ano de 2009, estima-se que 3,1% da população residente esteja sujeita a níveis de ruído ambiental acima dos limites estabelecidos na legislação (para o conjunto dos períodos do dia, entardecer e noite), e 6,2 % com níveis de ruído ambiental excessivo em especial no período noturno.



O principal responsável por esta situação é o tráfego rodoviário, sendo a situação agravada pelos elevados fluxos de tráfego de atravessamento que diariamente percorrem as mais importantes vias rodoviárias do Concelho.



## Índice de Qualidade do Ar

Com o objetivo de melhor informar os munícipes relativamente à qualidade do ar no concelho de Oeiras, o município desenvolveu o projeto da Carta da Qualidade do Ar de Oeiras, disponibilizando a caracterização da qualidade do ar em todo o território concelhio no ano de 2007 através de uma plataforma acessível através da internet.

Carta da Qualidade do Ar de Oeiras

Ar

- últimos dados
- histórico
- Área reservada
- Contactos

Oeiras  
Município de Oeiras

Carta da Qualidade do Ar de Oeiras

Escolhe o local:

DEIRAS

Mostrar

> todo o concelho

DEIRAS

24 de Dezembro de 2007 19h 00m 36s

Concentrações das poluentes

	Valor Máximo	Objetivo Δp	Valor Máximo	Valor Máximo	Objetivo Δp
CO	224	---	224	224	---
PM <sub>10</sub>	40	---	40	11	---
NO <sub>2</sub>	73	---	42	106	---

Temos as seguintes definições para o IQA?

Índice da Qualidade do Ar

mau | mau | médio | bom | muito bom

Histórico de variação

Resumo Estatístico Máx. Mínimo Des. Anomalia

	Máx.	Mín.	Des.	Anomalia
CO	487	487	487	487
PM <sub>10</sub>	427	427	427	427
NO <sub>2</sub>	427	427	427	427

Na prática, verifica-se que o **índice de qualidade do ar** relativo aos dados da Estação de Monitorização da Quinta do Marquês (integrada na rede de monitorização da qualidade do ar da Área Metropolitana de Lisboa Norte) se apresentou como **“Bom” para os anos de 2003 a 2010**, sendo mais uma vez o tráfego rodoviário a principal fonte poluidora.

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Mau									
Fraco									
Médio	Médio								
Bom		Bom							
Muito Bom									





# Cultura e Lazer



## 4\_Cultura e lazer

A cultura é um dos setores da sociedade que apresenta mais dificuldades na sua inventariação e contabilização. A natureza das atividades culturais ou a sua definição e/ou limitação tem levantado barreiras à vontade de quantificar o setor. O surgimento de novos conceitos como o de indústrias criativas apenas adensou algumas das dificuldades pré-existentes.

Em 2003, o setor cultural europeu representou 2,1% do PIB continental de acordo com uma estimativa presente no relatório *A economia da cultura na Europa*, elaborado pela consultora *Kea European Affairs* a pedido da Direção-Geral da Educação e Cultura da Comissão Europeia. Este valor é representativo do impacto e da importância do setor no âmbito das diferentes áreas da economia.

Para a autarquia a cultura tem sido um dos eixos de afirmação do município. Apesar de contar com a “concorrência” da capital, Oeiras tem procurado atrair públicos recorrendo a um leque diversificado de programação.

Em Oeiras, a cultura tem vários suportes que vão desde a música, dança e teatro às exposições e leituras, entre outras, os quais são pensados de forma a ir ao encontro do público de todas as idades. O ecletismo é uma das marcas do investimento do município neste setor.

Outra das áreas onde o município tem investido é nos espaços de fruição cultural. Exemplos disso são a rede de espaços expositivos: CAMB - Centro de Arte Manuel de Brito, o Centro Cultural Palácio do Egito, o Palácio Ribamar ou a Livraria-Galeria Municipal Verney.

A Rede de Bibliotecas de Oeiras tem também uma vasta história de serviços prestados à comunidade. Fundada em 1957 a Biblioteca de Oeiras foi crescendo desde os 100m<sup>2</sup> iniciais até aos atuais 3 equipamentos (Oeiras, Algés e Carnaxide).

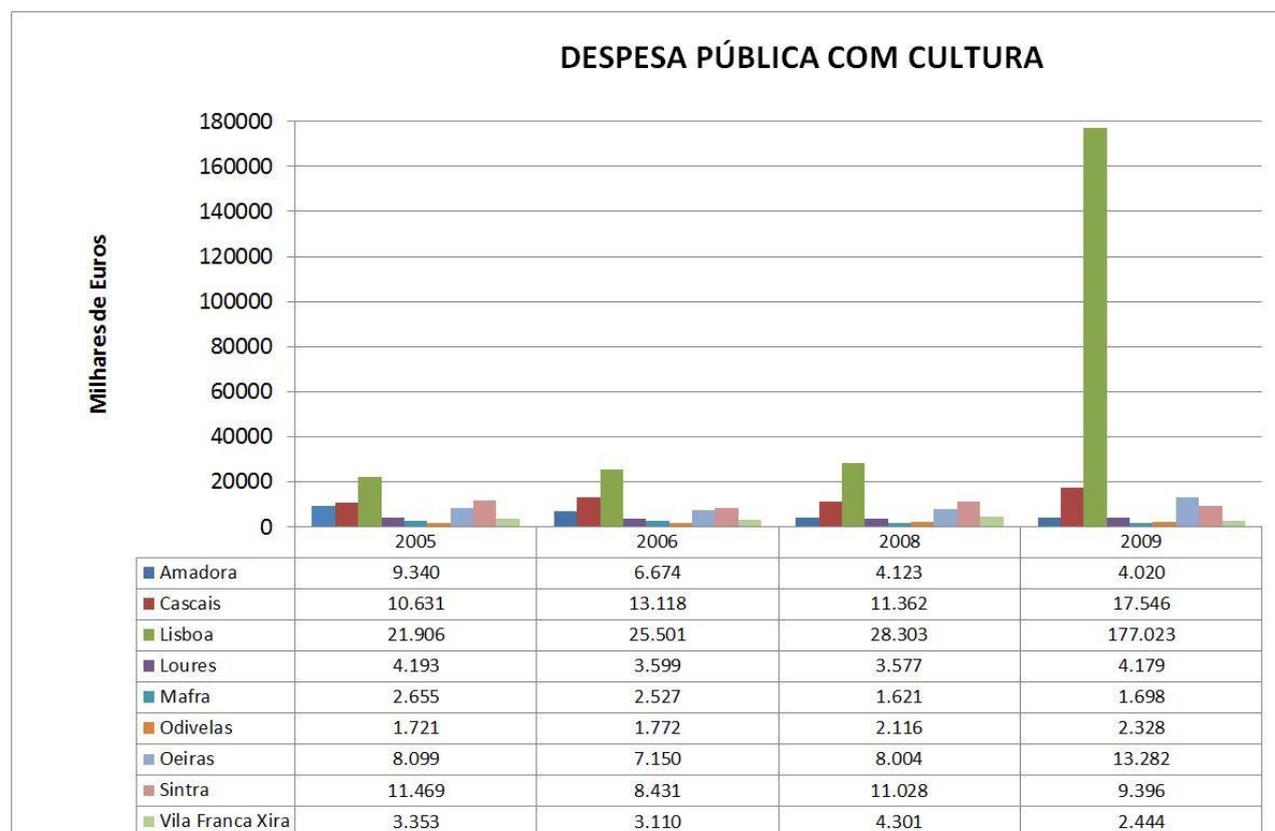
O teatro também tem um lugar de destaque em Oeiras. Os quatro auditórios municipais: Lourdes Norberto em Linda-a-Velha, Amélia Rey Colaço em Algés, Ruy de Carvalho em Carnaxide e Eunice Muñoz em Oeiras, associam-se a uma rede de pequenos espaços que assistem os diversos intervenientes nas áreas das artes performativas.



### Despesas públicas em Cultura

Comparados os valores na área da Grande Lisboa, Oeiras tem-se posicionado sempre na primeira metade do quadro. Os últimos dados (2009) revelam Oeiras em 3º lugar, apenas atrás de Lisboa e de Cascais. É importante salientar que Lisboa, enquanto capital, tem níveis de despesa muito superiores

a todos os outros municípios. Em 2009 atingiu um máximo de 177.000.00,00€, um crescimento de 625% relativamente a 2008.



Oeiras registou uma quebra em 2006, recuperando em 2008 para em 2009 crescer 65%. Este último resultado não é alheio ao facto de se ter comemorado o 250º aniversário do concelho, tendo sido criado uma estrutura orgânica específica para tal facto (o Grupo de Trabalho para as Comemorações dos 250 Anos).

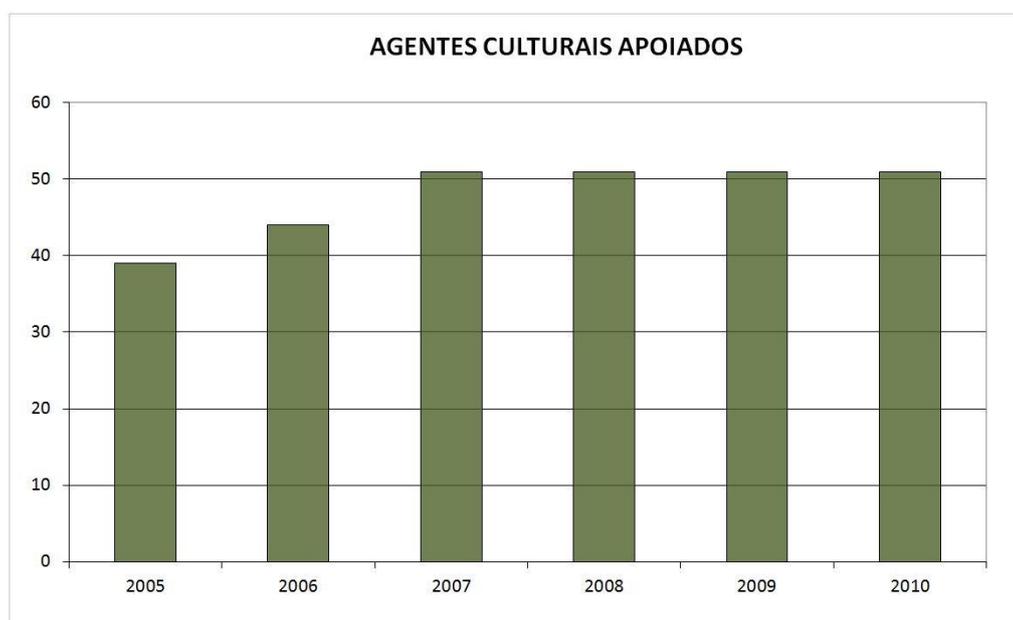
Despesas Públicas com Cultura (milhares de euros)				
	2005	2006	2008	2009
Amadora	9.340	6.674	4.123	4.020
Cascais	10.631	13.118	11.362	17.546
Lisboa	21.906	25.501	28.303	177.023
Loures	4.193	3.599	3.577	4.179
Mafra	2.655	2.527	1.621	1.698
Odivelas	1.721	1.772	2.116	2.328
Oeiras	8.099	7.150	8.004	13.282
Sintra	11.469	8.431	11.028	9.396
Vila Franca Xira	3.353	3.110	4.301	2.444



## Agentes Culturais apoiados pela CMO

O número de agentes culturais apoiados pela CMO tem-se mantido estável desde 2007 nos 51. Após um crescimento em 2006 e 2007 o número mantém-se igual pelo quarto ano consecutivo.

Oeiras	
Ano	Agentes apoiados
2005	39
2006	44
2007	51
2008	51
2009	51
2010	51



## Património classificado

Entre 2007 e 2011 foram classificados dois elementos novos. Existem ainda, de acordo com os serviços da CMO, doze elementos em fase de revisão dentro do PPSACO mas que ainda não obtiveram despacho decisório.

Oeiras	
Ano	Património Classificado
2007	134
2011	136

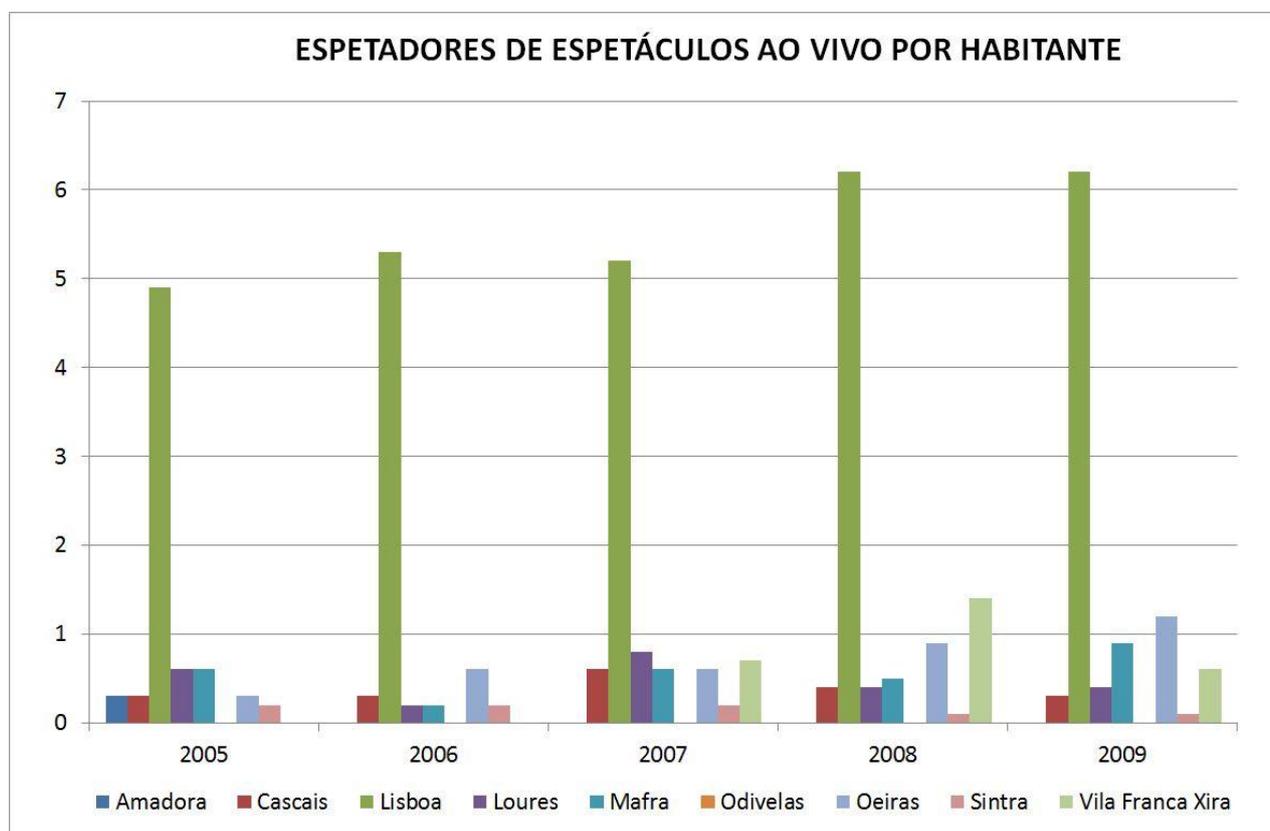


## Espectadores de espetáculos ao vivo por habitante

Comparados os valores com os concelhos limítrofes (Lisboa, Cascais, Sintra e Amadora), Oeiras é o 2.º concelho, a seguir a Lisboa com maior número de espetadores por habitante. Apesar de flutuar em termos de classificação entre os concelhos analisados, Oeiras manteve um crescimento sustentado. Enquanto o indicador noutros concelhos oscilou, em Oeiras nunca diminuiu, tendo mesmo quadruplicado desde 2005. Apenas Lisboa manteve o mesmo tipo de desempenho.

Espectadores de espetáculos ao vivo por habitante

	2005	2006	2007	2008	2009
Amadora	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Cascais	0,3	0,3	0,6	0,4	0,3
Lisboa	4,9	5,3	5,2	6,2	6,2
Loures	0,6	0,2	0,8	0,4	0,4
Mafra	0,6	0,2	0,6	0,5	0,9
Odivelas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Oeiras	0,3	0,6	0,6	0,9	1,2
Sintra	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1
Vila Franca Xira	0,0	0,0	0,7	1,4	0,6



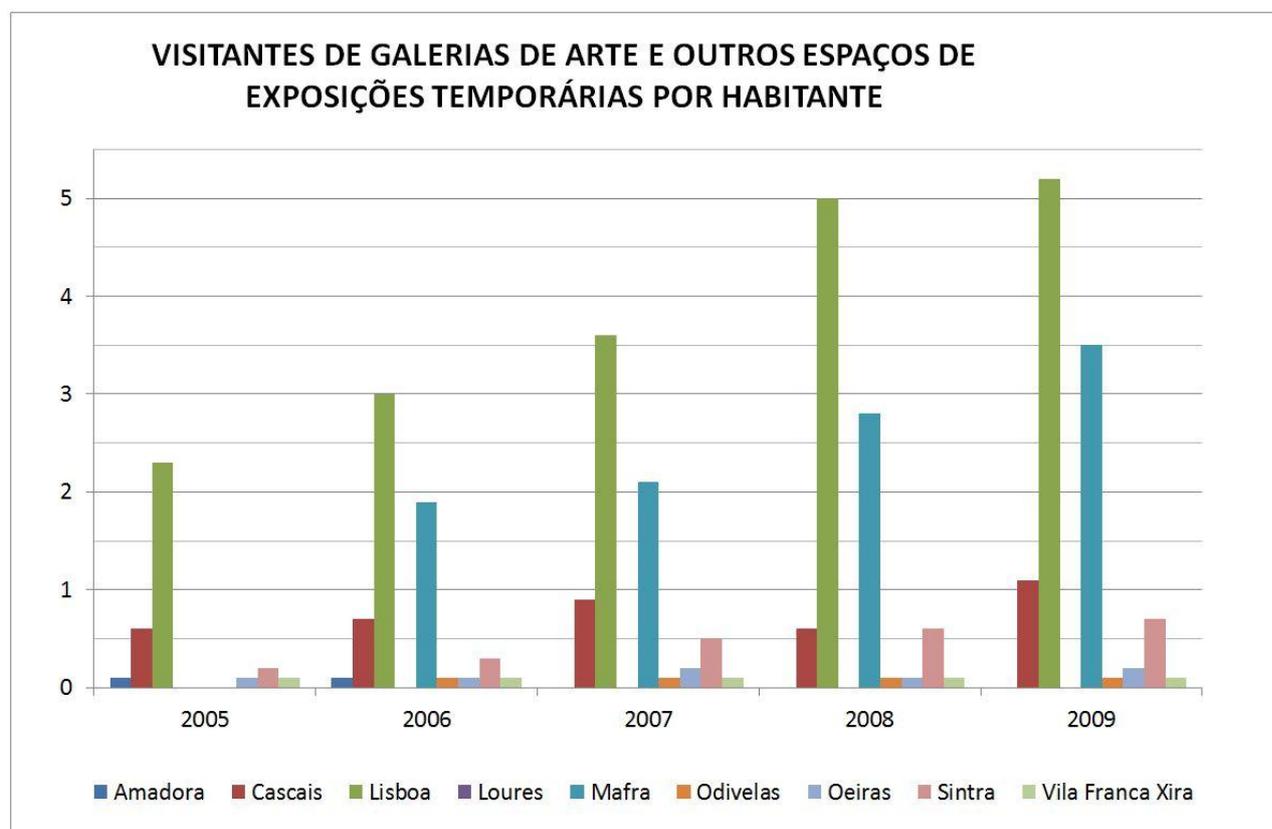


## Visitantes de galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias por habitante

Visitantes de galerias de arte e outros espaços de exposições temporários por habitante

	2005	2006	2007	2008	2009
Amadora	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0
Cascais	0,6	0,7	0,9	0,6	1,1
Lisboa	2,3	3,0	3,6	5,0	5,2
Loures	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Mafra	0,0	1,9	2,1	2,8	3,5
Odivelas	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1
Oeiras	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2
Sintra	0,2	0,3	0,5	0,6	0,7
Vila Franca Xira	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1

Comparado o indicador com os concelhos limítrofes, Oeiras, está a meio do quadro, embora obtenha valores muito baixos. Desde 2005 praticamente não houve evolução. Para além da capital, também Sintra, Cascais e Mafra tiveram evoluções positivas, enquanto Oeiras se manteve junto aos concelhos com valores mais débeis (Amadora, Loures, Odivelas e Vila Franca de Xira).







**Desenvolvimento  
Económico**



## 5\_Desenvolvimento Económico

Quando se pretende entender e analisar o desenvolvimento económico de uma região, torna-se necessário fazer o enquadramento dos aspetos históricos que a marcaram, assim como, ter em conta toda a envolvente regional que influencia determinadamente as decisões e os acontecimentos que conduziram ao atual estado da economia do concelho.

Oeiras é, em termos geográficos, um dos mais pequenos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, com cerca de 46 km<sup>2</sup>. No entanto, a sua proximidade física a Lisboa e a influência que daí advém, favoreceu o seu desenvolvimento e o seu crescimento populacional, registando-se um acréscimo de cerca de 20 mil habitantes nos últimos 20 anos (Censos 2011: 172.120 habitantes).

E se grande parte dos problemas do concelho derivavam do facto de ter uma população numerosa, que tendo de trabalhar em Lisboa para lá se deslocava, esse foi também um dos motivos dominantes que fez impulsionar mecanismos incentivadores para a fixação de empresas que, criando postos de trabalho, inverteram aquela tendência. A criação de programas estratégicos de desenvolvimento e a sua concretização foram e são os mecanismos que permitiram o desenvolvimento do tecido económico do concelho. Neste âmbito, Oeiras destaca-se tendo sido considerado por dois anos consecutivos (2009 e 2010) como o melhor concelho português para se trabalhar, com a distinção conferida *pele 'Great Place to Work Institute Portugal'*.

O Concelho tem demonstrado uma forte atratividade a nível empresarial a partir da década de oitenta, sendo os principais fatores para a fixação das empresas, para além da proximidade de Lisboa, a existência de parques empresariais e pólos de desenvolvimento de prestígio, cuja acessibilidade estava assegurada, e um parque habitacional atrativo com espaços envolventes de recreio e de lazer de qualidade.

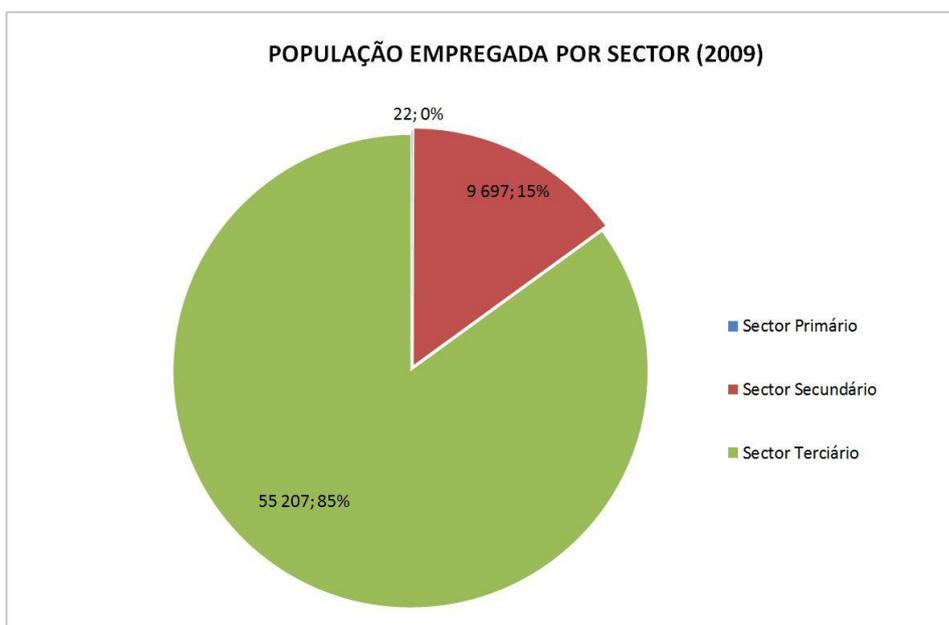
As atividades económicas constituem um excelente indicador da dinâmica das cidades.



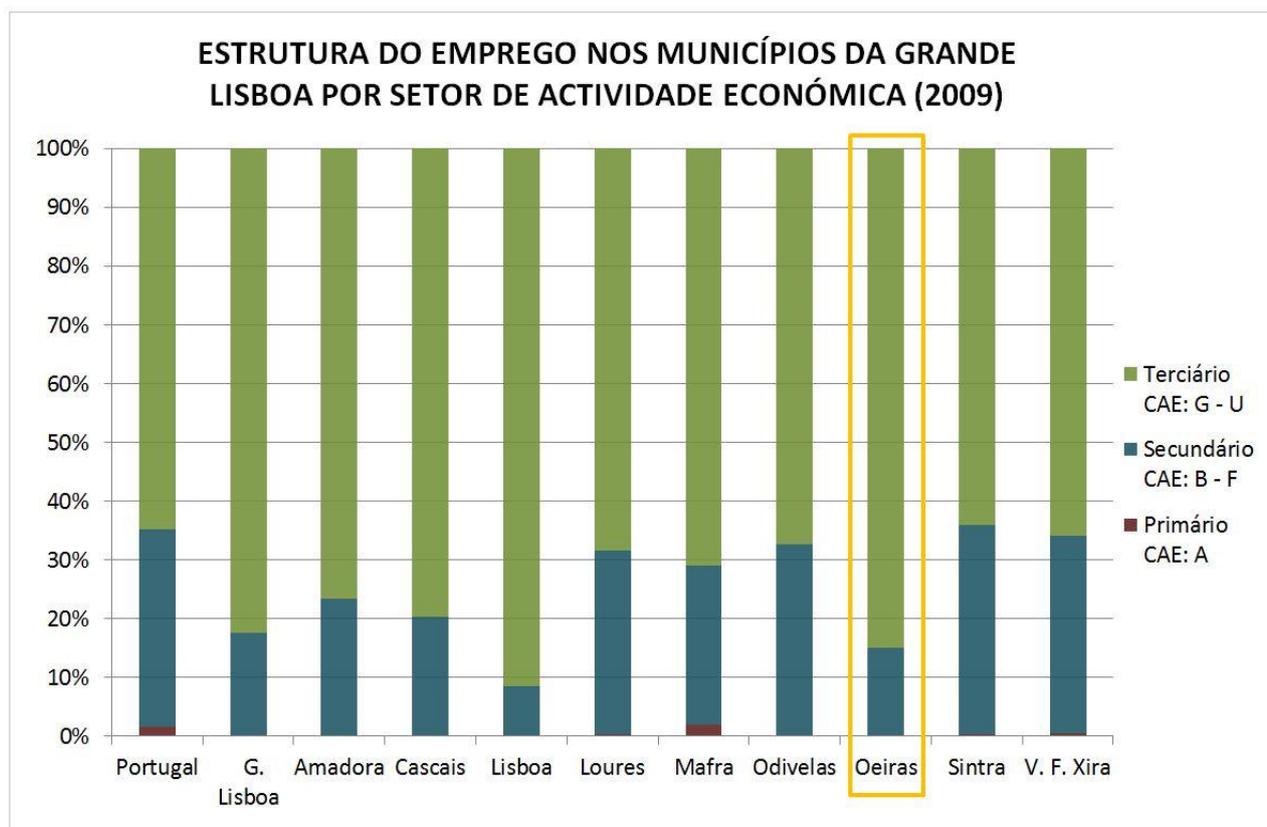
### Emprego por setor de atividade económica

Quanto à distribuição do emprego pelos setores de atividade económica, Oeiras não é contrário à tendência geral do País, verificando-se que a distribuição do emprego apresenta maior peso do setor terciário, não podendo, no entanto, descurar-se o setor secundário.

Entre 2001 e 2009, a população empregada no setor terciário passou de 81,7% para 85%, enquanto que a população empregada no setor secundário desceu de 17,7% para 15% e no setor primário de 0,2% para 0,03%, sendo clara a tendência de terciarização do Concelho.



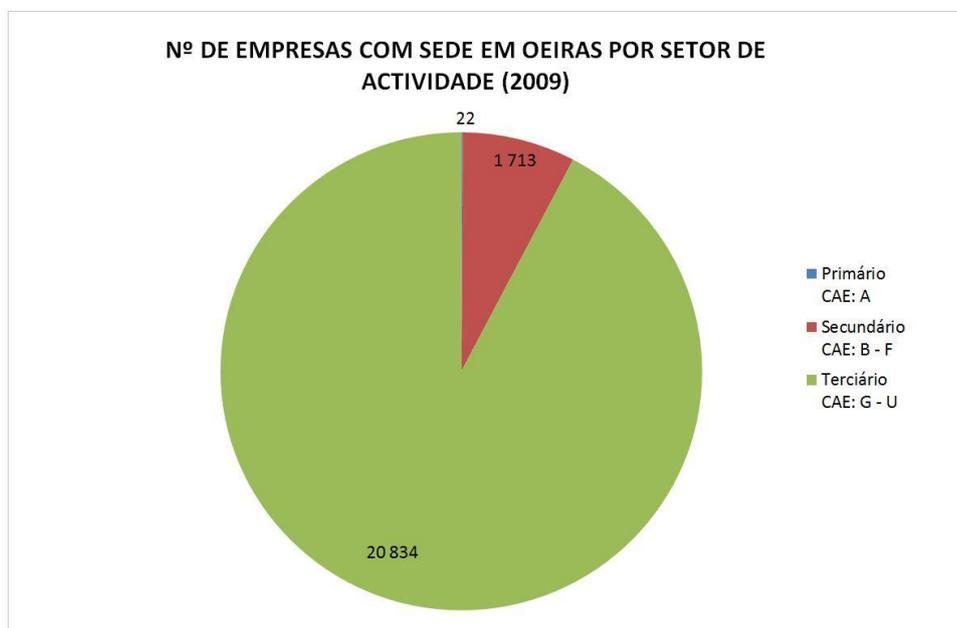
No contexto da Área Metropolitana de Lisboa e, em particular, da Grande Lisboa, Oeiras evidencia um nível de especialização no setor terciário praticamente equivalente ao da capital.



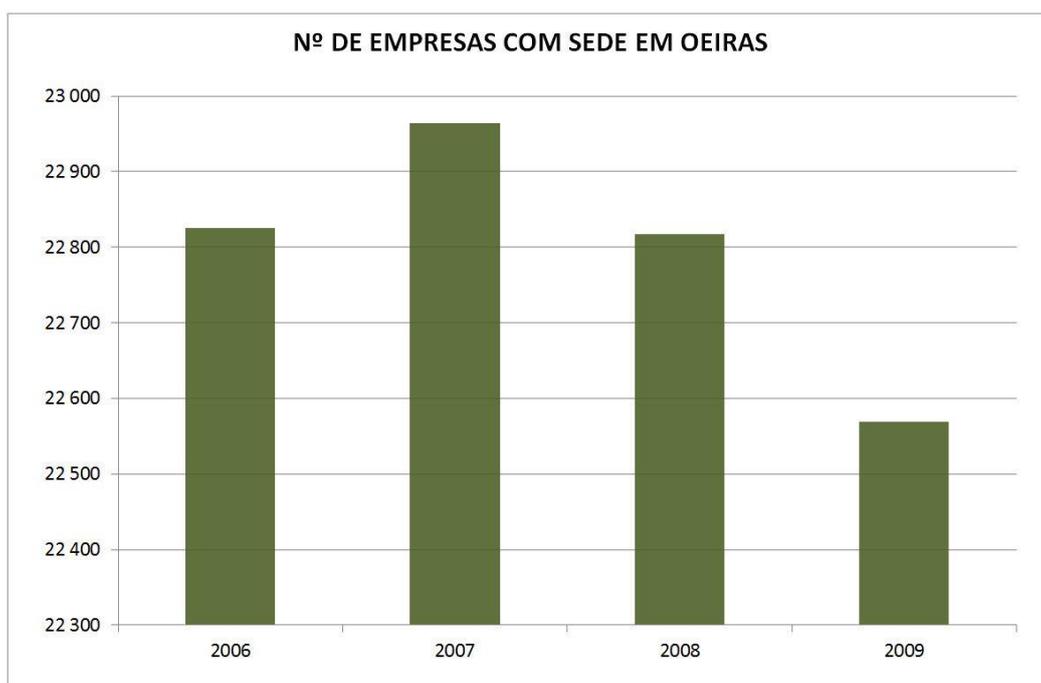


## Número de empresas com sede em Oeiras por setor de atividade

O número de empresas revela o nível de satisfação das entidades privadas ao desenvolver a sua atividade no Concelho, contribuindo dessa forma para o seu desenvolvimento e projeção.



No conjunto da Grande Lisboa, Oeiras assume o 4.º lugar quanto ao n.º de empresas por município da sede, depois de Lisboa, Sintra e Cascais, sendo claramente dominantes as empresas do setor terciário (92%). No entanto, verificou-se um pequeno decréscimo em relação aos dois anos anteriores.

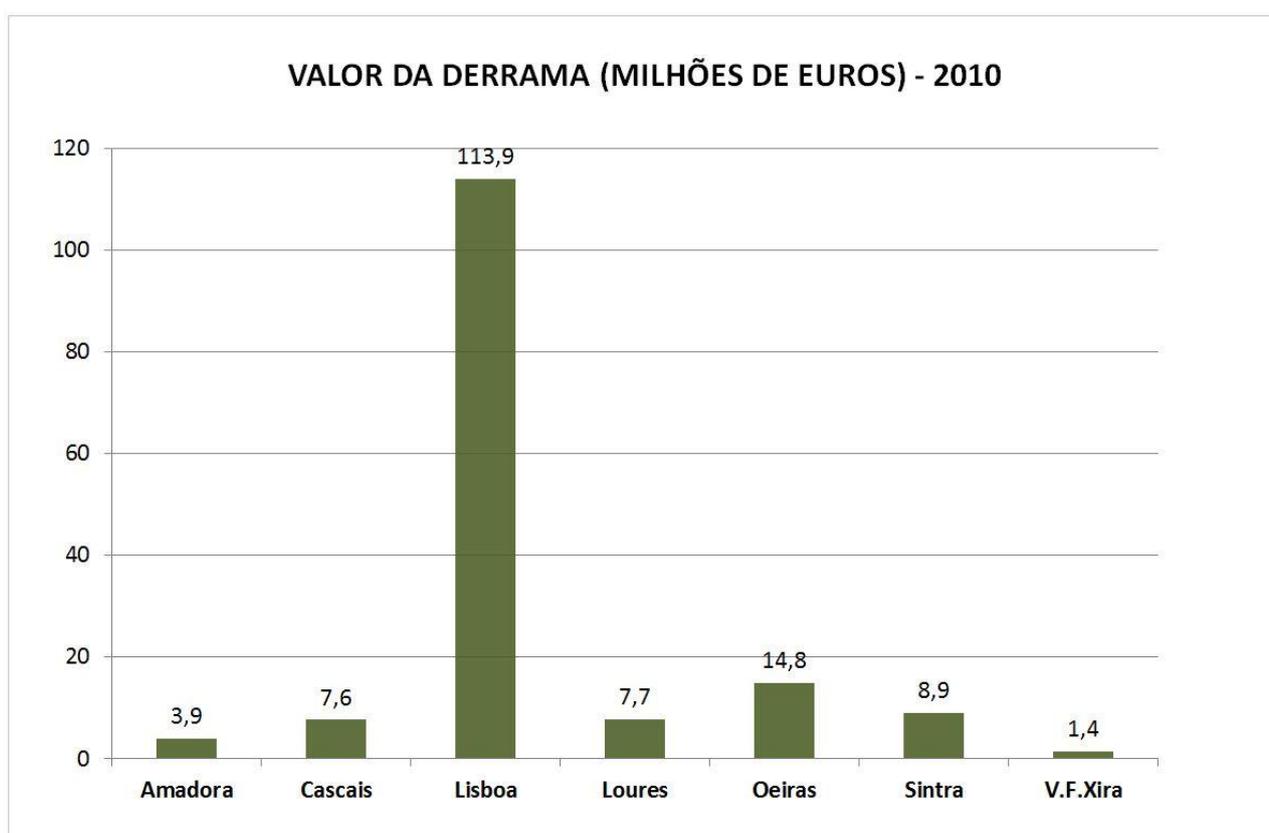




## Valor da Derrama

A Derrama é um imposto municipal que incide sobre o lucro tributável das pessoas coletivas, sendo a sua taxa fixada anualmente pelos municípios, até ao limite máximo de 1,5% do lucro tributável das empresas, constituindo uma receita para o Município que em 2010 representou 12,6% da receita total.

Se fizermos uma análise comparativa com alguns municípios da Grande Lisboa, verifica-se que a receita proveniente da derrama constitui um rendimento com impacto relevante para o município de Oeiras, que ocupa o 2º lugar, logo a seguir a Lisboa e muito acima do 3º lugar, que pertence a Sintra.



Por outro lado, quando se analise a evolução desta receita, podemos verificar que apesar do posicionamento relevante face aos outros municípios da Grande Lisboa, Oeiras viu o valor apresentar uma tendência geral decrescente, nos últimos quatro anos.

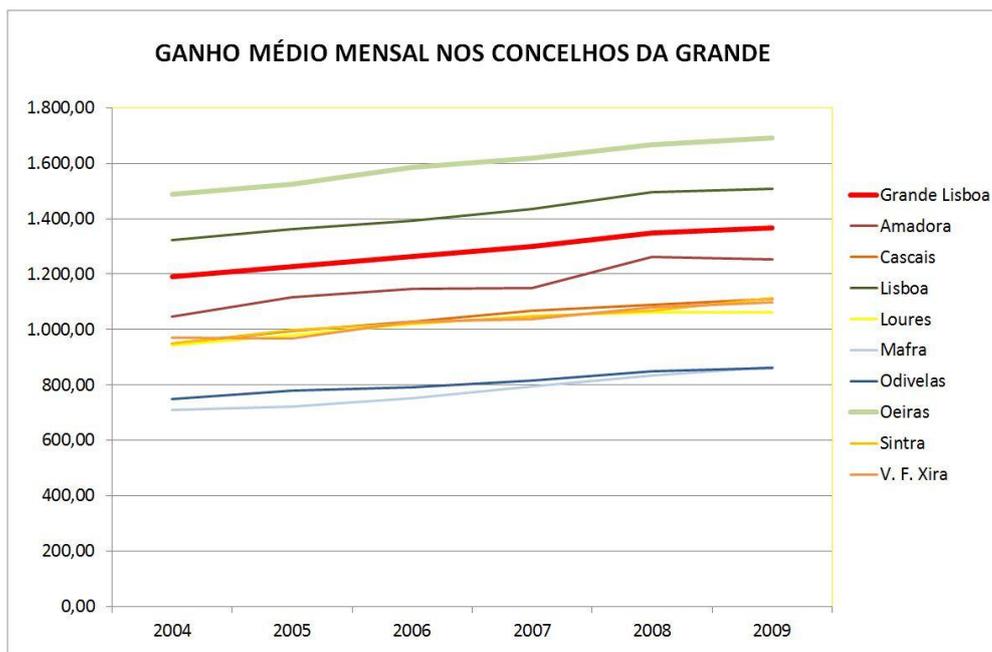


O município de Oeiras não fica, nem pode ficar, alheio à crise financeira internacional que estamos a atravessar e, em momento de retração económica, a variação do valor da derrama evidencia este momento de contenção da despesa e redução dos níveis de investimento.



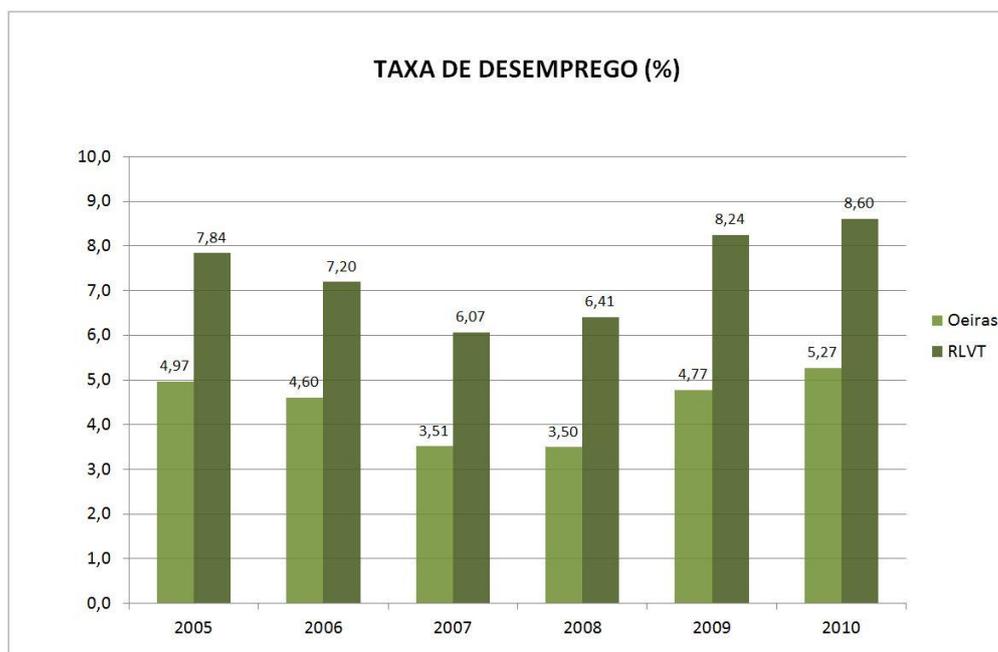
### Ganho médio mensal

A intensa terciarização ocorrida no município de Oeiras originou uma elevada concentração de recursos humanos qualificados. A qualificação do capital humano é um fator indissociável do nível do ganho médio mensal que, no caso de Oeiras, tem vindo sempre a aumentar nos últimos 6 anos, sendo o valor mais elevado da Região, superior à média da Grande Lisboa (1.365,40 €) e do País (1.034,20 €).

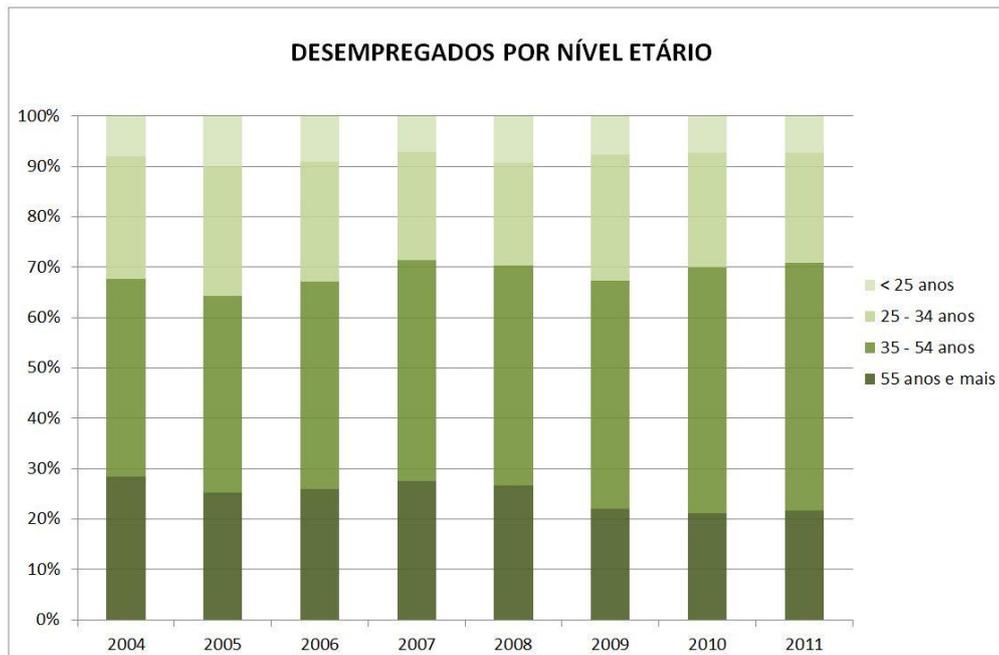


## Taxa de Desemprego

Os dados apurados permitem verificar que Oeiras apresenta um número inferior relativamente ao da Região de Lisboa e Vale do Tejo, seguindo a tendência de crescimento do desemprego a nível regional e nacional dos últimos anos.

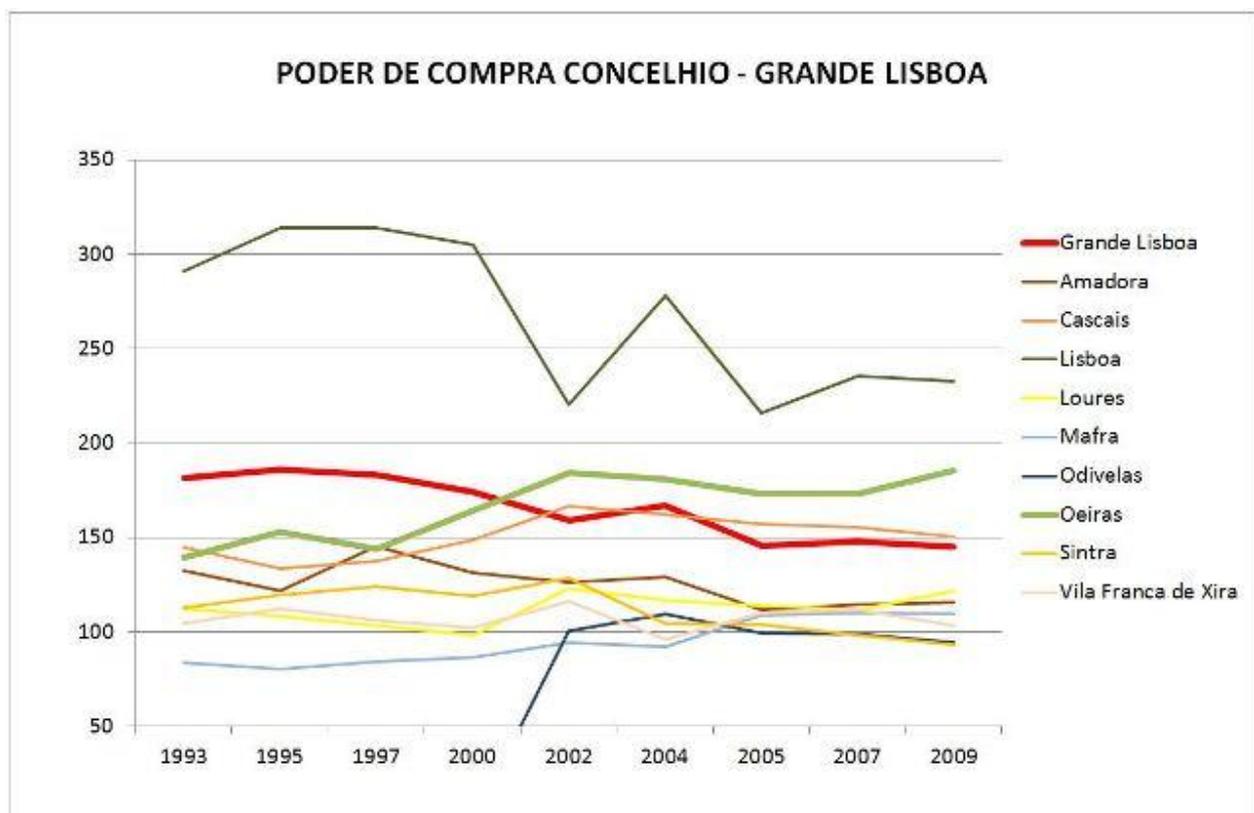


O desemprego jovem (até aos 34 anos) tem um peso aproximado de 30% relativamente ao desemprego total.



## Índice de Poder de Compra

Desde 2002, o índice de Poder de Compra *per capita* para o concelho de Oeiras é superior ao valor da Grande Lisboa (145,25 € em 2009), e superior ao de todos os outros municípios desta região, à exceção de Lisboa.









## 6\_Desporto

A política desportiva municipal, tendo por missão a promoção de condições de acesso da população à prática desportiva, estrutura a sua intervenção através de duas vertentes:

- o apoio ao associativismo desportivo, que consiste no apoio às coletividades desportivas, considerando estas como parceiros preferenciais na promoção e desenvolvimento do desporto; e
- a promoção de atividade física e desportiva, onde se destacam as iniciativas organizadas diretamente pela autarquia.

Esta atuação concertada, nomeadamente com o movimento associativo, tem permitido disponibilizar à população uma série de equipamentos e oferta desportiva, que criam condições para a prática de atividade física. Os indicadores selecionados para este vetor, demonstram o dinamismo que o território de Oeiras manifesta nesta área que contribui, de forma decisiva, quer para a manutenção das condições de saúde, quer para uma ocupação salutar dos tempos livres.

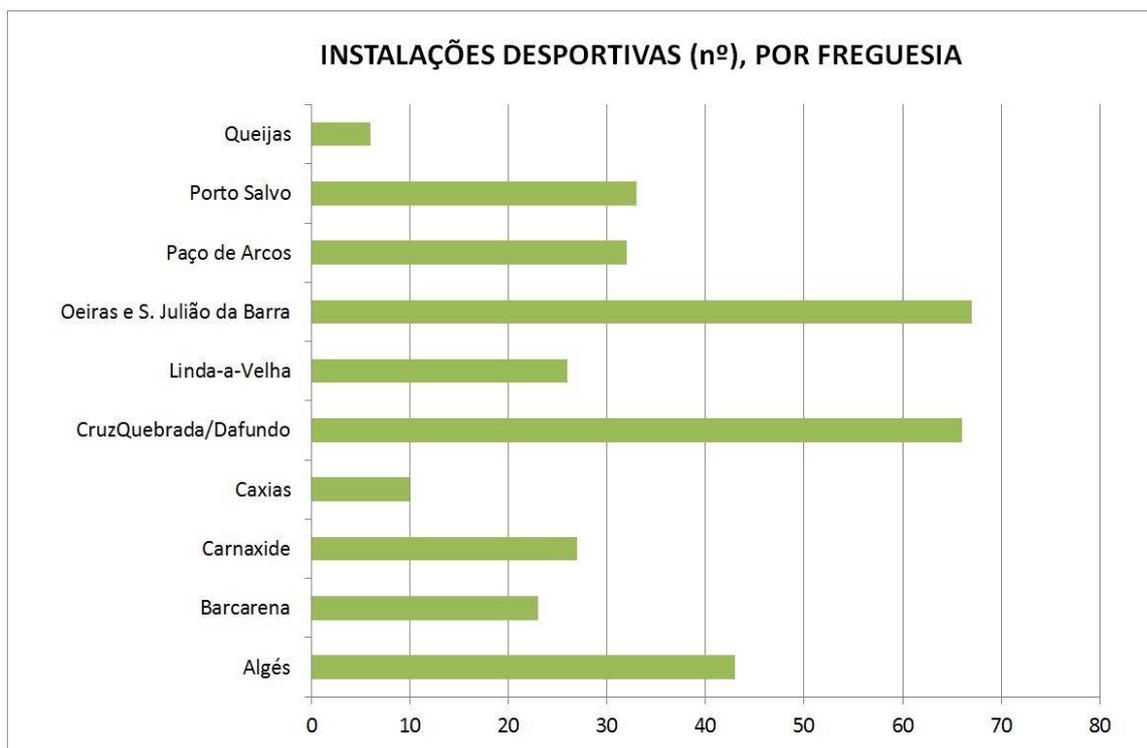


### Instalações Desportivas

Tendo por base o regime jurídico das instalações desportivas de uso público (DL n.º141/2009, publicado no DR, 1.ª Série, n.º 114 de 16 de junho), a recolha de informação referente a este indicador foi tipificada, de acordo com as tipologia vigentes.

Deste modo, após a apresentação dos dados recolhidos por freguesia, apresentam-se os mesmos discriminados por tipologia.

Instalações Desportivas	
Freguesia	N.º instalações
Algés	43
Barcarena	23
Carnaxide	27
Caxias	10
Cruz Quebrada/ Dafundo	66
Linda-a-Velha	26
Oeiras e S. Julião da Barra	67
Paço de Arcos	32
Porto Salvo	33
Queijas	6



Instalações Desportivas	
Tipologia	N.º instalações
De base formativa	181
De base recreativa	120
Especiais para o espetáculo desportivo	3
Especializadas ou monodisciplinares	29

Existem no Concelho de Oeiras, 333 instalações desportivas, destacando-se as freguesias de Cruz-Quebrada/ Dafundo e Oeiras e São Julião da Barra.

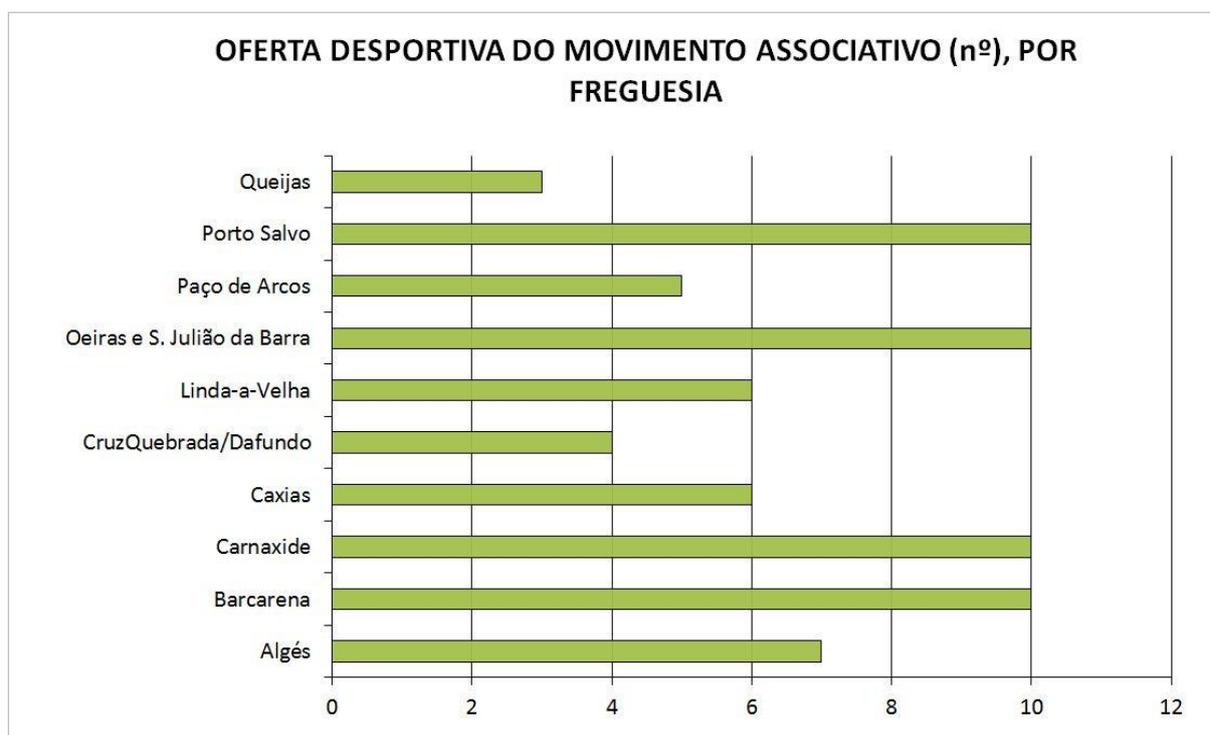
Considerando a tipologia das mesmas, verifica-se uma predominância das instalações desportivas de base formativa, que de acordo com o normativo citado, são estruturas concebidas e destinadas para a educação desportiva de base e atividades propedêuticas de acesso a disciplinas desportivas especializadas, para aperfeiçoamento e treino desportivo. Por outro lado, considerando a denominação das mesmas, verifica-se que predominam as salas e recintos cobertos.



## Oferta Desportiva

Considerando a forte ligação entre a edilidade e o movimento associativo, foi sistematizada a informação que reflete a oferta desportiva disponibilizada pelos agentes locais.

Oferta desportiva do Movimento Associativo	
Freguesia	N.º de Associações
Algés	7
Barcarena	10
Carnaxide	10
Caxias	6
Cruz Quebrada/ Dafundo	4
Linda-a-Velha	6
Oeiras e S. Julião da Barra	10
Paço de Arcos	5
Porto Salvo	10
Queijas	3



Existem no Concelho de Oeiras, 71 associações inscritas no movimento associativo com oferta desportiva. Destas, 11 destinam-se, exclusivamente, ao sexo masculino. Analisando estes dados por freguesia, verifica-se que a oferta se encontra distribuída de forma equitativa pelo território, destacando-se, no entanto, as freguesias de Barcarena, Carnaxide, Oeiras e São Julião da Barra e Porto Salvo.



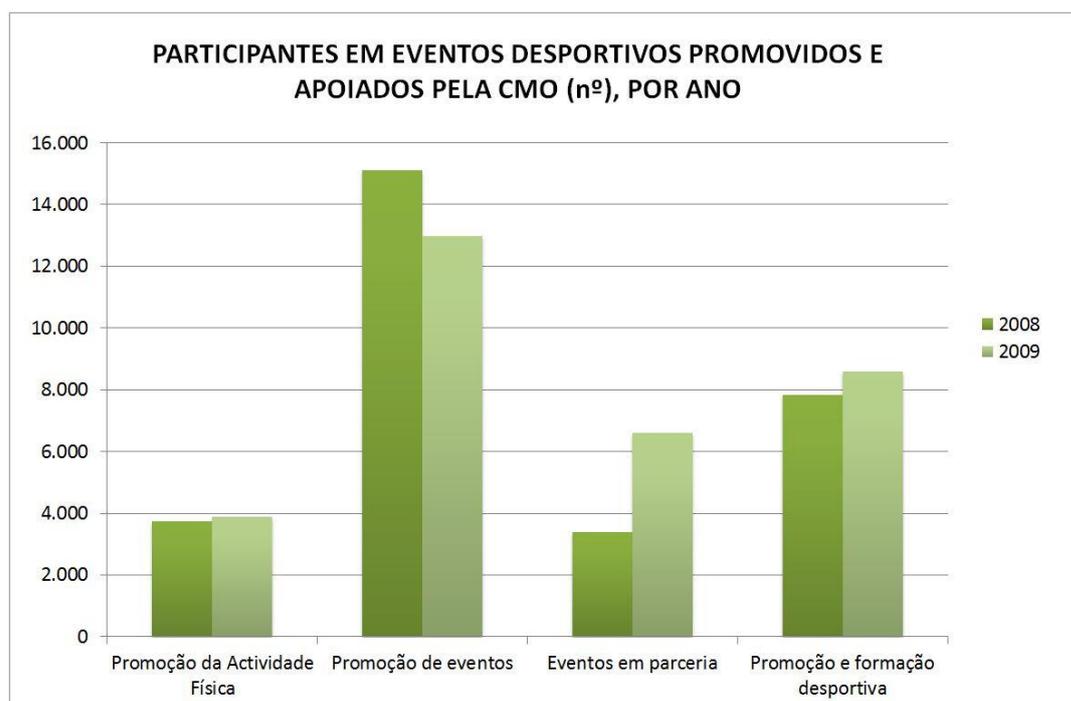
## Participantes em Eventos Desportivos

No âmbito desta análise, considera-se igualmente relevante o número anual de participantes em atividades promovidas e/ou apoiadas pelo Município.

Deste modo, foram contabilizados, no âmbito deste indicador, os participantes nos seguintes Programas, nos quais era exigível inscrição: Dia Mundial da Atividade Física, Programa Ar Livre, Marginal à Noite, Triatlo do Ambiente, Corrida do Tejo, Travessia António Bessone Basto, Nacional de Jetski, Corrida Sempre Mulher, Cross Internacional de Oeiras, Rugby Jovem, Meia Maratona de Lisboa, Open de Ténis de Oeiras, Programa de Promoção do Xadrez, Programa de Promoção do Atletismo, Festa do Espírito Desportivo e Jovens com Valores.

Releva-se que não foi possível no presente ano a desagregação destes participantes por sexo, no entanto, encontram-se já previstos mecanismos para que esta contabilização seja efetuada para o ano de 2012.

Participantes em eventos desportivos promovidos e apoiados pela CMO		
Área	2009	2010
Promoção da Atividade Física	3.724	3879
Promoção de eventos	15.099	12.989
Eventos em parceria	3.387	6616
Promoção e formação desportiva	7.832	8.605
Total	30.042	32.089



Analisando os períodos de 2009 e 2010, verifica-se um crescimento na ordem dos 1,2 pontos percentuais, no que se refere ao número de participantes em eventos desportivos promovidos e apoiados pela CMO, com registo de inscrição.



## Investimento Municipal na área do Desporto

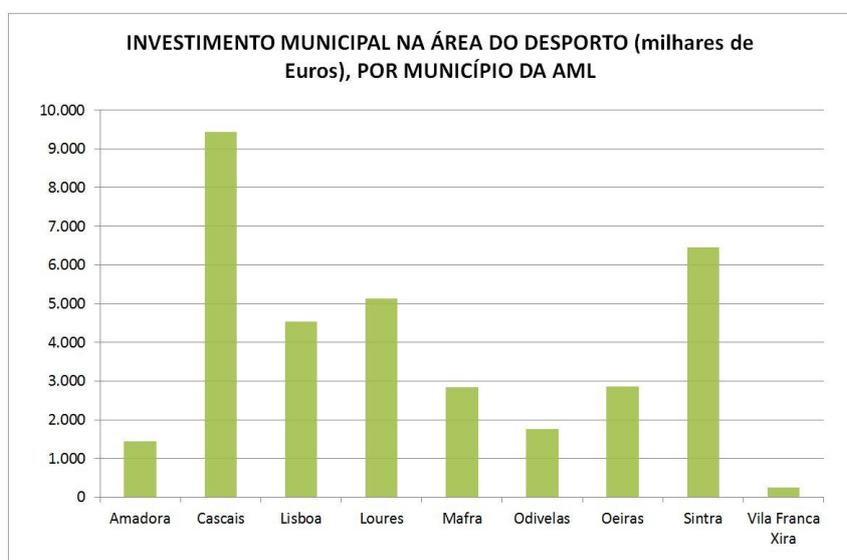
Por uma questão de comparabilidade com outros municípios, para este indicador foi utilizado como fonte o Anuário Estatístico da Região de Lisboa, editado pelo INE, que congrega as despesas com jogos e desportos dos Municípios.

Investimento Municipal na área do Desporto			
Ano	Despesas correntes	Despesas capital	Total
2008	1.977.000,00	881.000,00	2.858.000,00
2009	1.767.000,00	559.000,00	2.326.000,00

Comparando o investimento municipal em jogos e desportos, nos períodos em análise, verifica-se um decréscimo na ordem dos 18.6%. Com efeito, este decréscimo reflete-se no valor *per capita* do investimento conforme demonstra o quadro seguinte:

Ano	População	Investimento	Investimento <i>per capita</i>
2008	172.021	2.858.000,00	16,61
2009	172.609	2.326.000,00	13,48

Por outro lado, se compararmos o investimento do Município de Oeiras com o efetuado pelos restantes da área da Grande Lisboa, verificamos que se situa nos valores mais baixos, ultrapassando apenas os Municípios de Odivelas, Amadora e Vila Franca de Xira.



Município	Valor em Milhares de Euros
Amadora	1435
Cascais	9437
Lisboa	4534
Loures	5131
Mafra	2844
Odivelas	1763
Oeiras	2858
Sintra	6447
Vila Franca Xira	250

Tendo como referência o ano de 2008, o quadro seguinte permite-nos comparar o investimento *per capita* na área do Desporto, os nove municípios que compõem a Grande Lisboa. Deste se infere que o investimento em Oeiras, correspondente a 16,61€ por munícipe, sendo inferior ao verificado nos Concelhos de Cascais, Mafra e Loures.

Município	População	Investimento	Investimento <i>per capita</i>
Amadora	172.110	1.435.000,00	8,34
Cascais	188.244	9.437.000,00	50,13
Lisboa	489.562	4.534.000,00	9,26
Loures	195.035	5.131.000,00	26,31
Mafra	70.867	2.844.000,00	40,13
Odivelas	153.684	1.763.000,00	11,47
Oeiras	172.021	2.858.000,00	16,61
Sintra	445.872	6.447.000,00	14,46
Vila Franca Xira	142.163	250.000,00	1,76





## 7\_Dinâmica Social

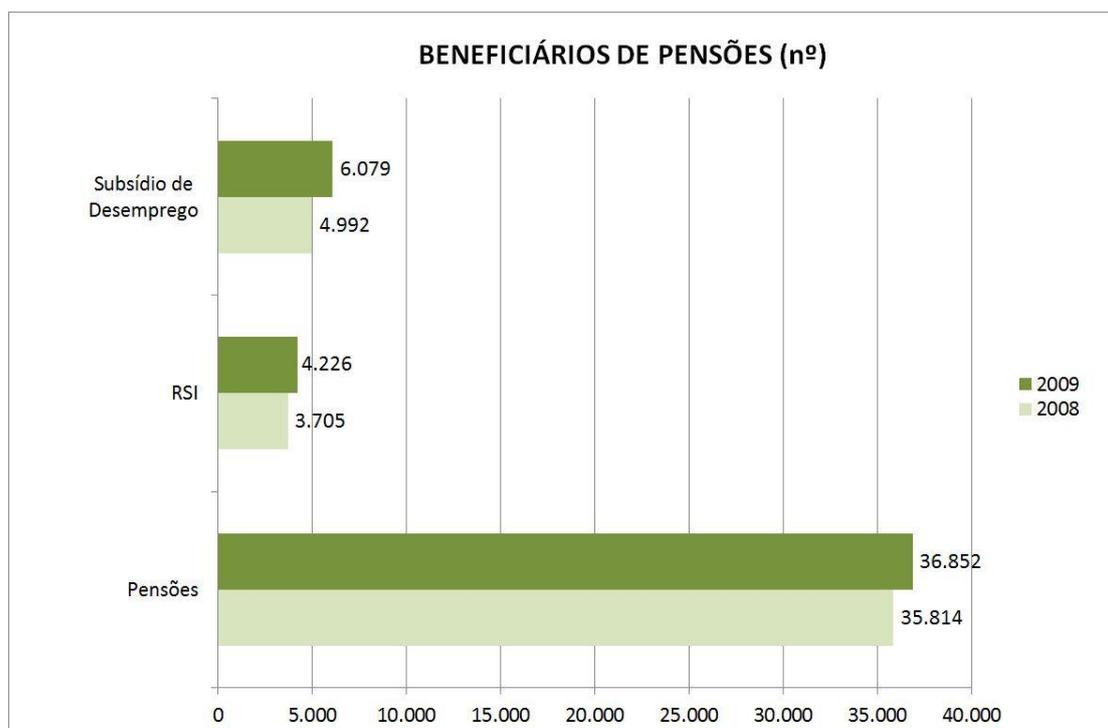
A aferição da sustentabilidade do tecido social revela-se uma tarefa de alguma complexidade. Com efeito, são inúmeros os fatores que poderão indiciar uma dinâmica social positiva ou negativa. Contudo, e considerando os inúmeros constrangimentos associados à recolha de informação, foram selecionados aqueles que poderiam melhor refletir o atual ponto de situação nesta matéria. Importa ressaltar que, os indicadores definidos espelham a maioria dos vetores estratégicos da política camarária, em termos de ação social.



### Beneficiários de Pensões

Em matéria de proteção social, foi considerado o número de beneficiários das principais medidas instituídas: Pensões por Invalidez, Velhice e Sobrevivência; Rendimento Social de Inserção e Subsídio de Desemprego.

N.º de Beneficiários de Pensões, RSI e Subsídio de Desemprego				
Ano	Pensões	RSI	Subsídio de Desemprego	População Residente
2008	35.814	3.705	4.992	172.021
2009	36.852	4.226	6.079	172.609



Os dados apurados demonstram um aumento do número de beneficiários do RSI e pensões por velhice e sobrevivência. De destacar esta tendência crescente no número de beneficiários do subsídio de desemprego. Com efeito, se considerarmos o número de beneficiários em relação ao total da população residente verificamos que:

	Tipologia	2008 (%)	2009 (%)	Resumo
Pensionistas	Invalidez	1.7	1.6	↓
	Velhice	14.4	14.9	↑
	Sobrevivência	4.7	4.8	↑
Beneficiários	RSI	2.1	2.4	↑
	Subsídio de Desemprego	2.9	3.5	↑



## Rede de Serviços e Equipamentos Sociais

A rede de respostas sociais disponível num determinado território afigura-se como primordial para a qualidade de vida da população que serve. Efetivamente, é condição imprescindível para uma boa conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional e, nessa medida, influi em outros setores da vida quotidiana como seja o mercado de trabalho. Os dados abaixo sistematizados resultam da consulta ao documento denominado "Carta Social" que, sumariamente, congrega as respostas sociais formais (enquadradas pelo Instituto de Segurança Social). Com base nestes dados é calculada a taxa de cobertura potencial que tem por base a capacidade total das respostas.

Elencam-se, seguidamente, as referências nacionais e europeias que refletem os valores ideais de cobertura para respostas sociais:

Infância	
Creche e Amas	O Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI) assume como grande desafio «garantir a disponibilidade, até 2010, de estruturas de acolhimento para pelo menos (...) 33% das crianças com menos de 3 anos» <sup>1</sup> . Esta meta foi definida no Conselho Europeu de Barcelona, em março de 2002.
Idosos	
Centro de Dia	De acordo com a OCDE (1996), foi definido em alguns países uma taxa potencial de cobertura de 4,5%. <sup>2</sup>
Centro de Convívio	Segundo a OCDE (1996), é tido como referência uma taxa potencial de cobertura de 2%. <sup>3</sup>
Lar	De acordo com a OCDE (1996), foi definido em alguns países, que a taxa de cobertura ideal era de 4%. <sup>4</sup>
Serviço de Apoio Domiciliário	O PNAI estabelece como uma das suas metas, «duplicar o número de idosos abrangidos por cuidados domiciliários» <sup>5</sup> . A taxa potencial de cobertura desejável estará entre 6,8% e 6,9%, dependendo dos cenários de evolução populacional que se venham a verificar.

<sup>1</sup> Plano Nacional de Ação para a Inclusão: Portugal 2003 - 2005 (2003) Lisboa: Ministério da Segurança Social e do Trabalho, p. 35.

<sup>2</sup> RAMOS, Eugénio et al. (2000) Carta Social - Rede de Serviços e Equipamentos. Lisboa: Departamento de Estudos, Prospecção e Planeamento, p. 239.

<sup>3</sup> Idem.

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> Plano Nacional de Ação para a Inclusão: Portugal 2003 - 2005 (2003) Lisboa: Ministério da Segurança Social e do Trabalho, p. 56.

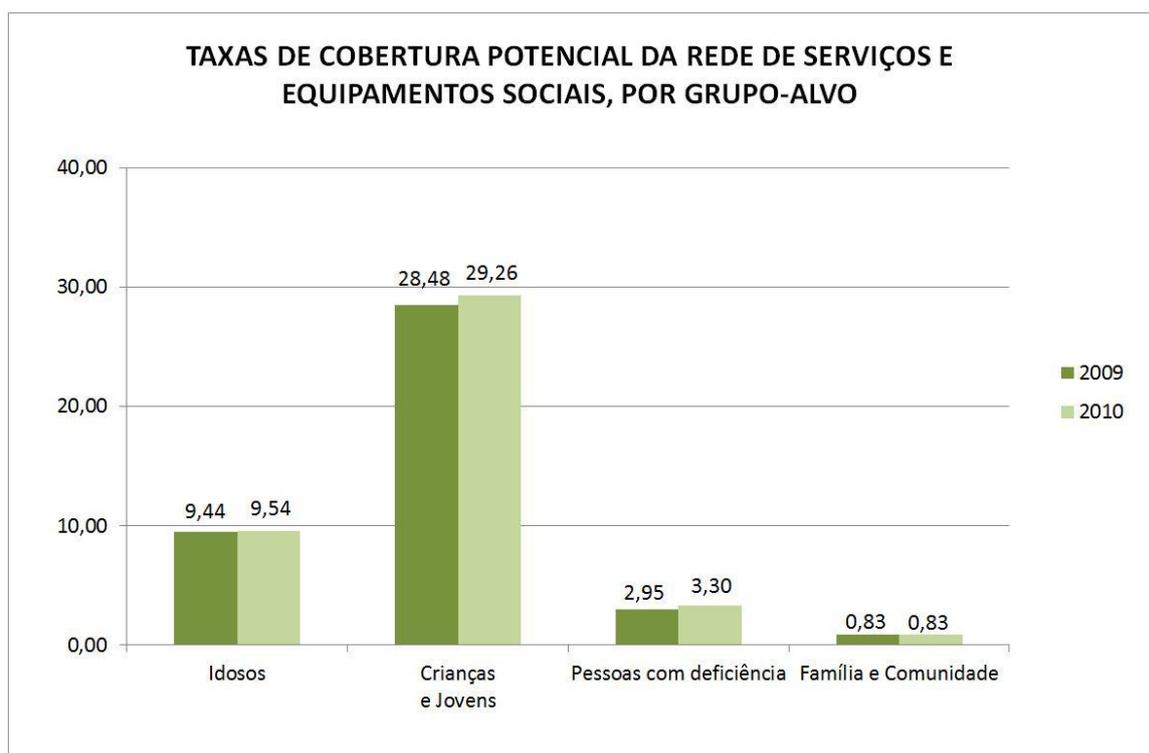
Seguidamente, identificam-se as taxas de cobertura potenciais referentes às respostas sociais. De referir que, para o presente documento foram apenas calculadas as taxas de cobertura para as respostas coincidentes com as áreas: dos Idosos (Lar, Centro de Dia/Centro de Convívio e Serviço de Apoio Domiciliário), da Infância (Creche e Centro de Atividades de Tempos Livres), pessoas com Deficiência e Família e Comunidade.

Em concreto, e se tivermos em consideração estas metas de referência, a leitura do quadro seguinte revela valores positivos no que respeita à resposta social de Creche e menos favoráveis no que concerne às respostas de Lar e SAD.

População-alvo	Resposta Social	N.º de equipamentos		Capacidade total		População	Taxa de cobertura potencial (5)	
		2009	2010	2009	2010		2009	2010
Idosos	Centro de Dia/ de Convívio	22	22	1.058	998	31.968	3,31	3,12
	Lar	30	29	913	886		2,86	2,77
	Serviço de Apoio Domiciliário	20	22	1.046	1.166		3,27	3,65
Crianças e Jovens	Creche	57	60	2.359	2.435	4.773	49,42	51,02
	Centro de Atividades de Tempos Livres	19	19	1.125	1.145	7.461	15,08	15,35
Portadores de deficiência	Intervenção precoce	1	1	40	66	10.309	0,39	0,64
	Centro de Atividades Ocupacionais	2	2	141	151		1,37	1,46
	Lar residencial	5	5	103	103		1,00	1,00
	Serviço de Apoio Domiciliário	1	1	20	20		0,19	0,19
Família e Comunidade	Apartamento de reinserção social	1	1	7	7	172.609	0,83	0,83
	Atendimento/ acompanhamento social	2	2	1.216	1.216			
	Centro de alojamento/ acolhimento temporário	3	3	82	86			
	Centro de apoio à vida	1	1	20	20			
	Equipa de intervenção direta	1	1	69	92			
	Fórum sócio-ocupacional	1	1	30	30			
	Unidade de vida protegida	1	1	7	7			

Fonte: Adaptado de Carta Social, consultada em <http://www.cartasocial.pt> em 28 de fevereiro de 2011 (para dados de 2009) e em 27 de outubro de 2011 (para dados de 2010).

- (1) INE, Anuário 2009.
- (2) INE, Censos 2001. População 0-2 anos (4773) e 6-10 anos (7461).
- (3) INE, Censos 2001. População portadora de deficiência.
- (4) INE, Anuário 2009. Total da população residente.
- (5) Somatório da Capacidade total/ População\*100.



Analisando os dados aferidos de uma forma global, e comparando os anos de 2009 e 2010, verificamos que se registam variações positivas pouco significativas ao nível da taxa de cobertura das respostas dirigidas à Família e Comunidade. Relativamente às respostas dirigidas aos idosos e crianças e jovens, este aumento é mais acentuado. Por outro lado, mantêm-se inalteradas as taxas de cobertura dirigidas à população portadora de deficiência.



## População Sem Teto

No âmbito da política de ação social camarária destaca-se a definição de estratégias de cooperação e de intervenção junto da população em situação de sem abrigo. Para este efeito, é considerado como orientador o documento estratégico "*Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem Abrigo-Prevenção, Intervenção, Acompanhamento (2009-2015)*". Este instrumento estabelece como conceito de pessoa sem-abrigo, aquela que, independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre:

- sem teto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário, ou;
- sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito.

Para o presente documento foram considerados os dados registados pelo Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo do Município.

Pessoas sem Teto	
Ano	N.º
2009	39
2010	53

Os dados apurados denotam um crescimento no número de indivíduos em situação de sem-teto.



## População abrangida por Apoio Alimentar

No âmbito do apoio a franjas populacionais de vulnerabilidade extrema, algumas entidades concelhias articulam com o Banco Alimentar contra a Fome de Lisboa que encontra suporte na Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares Contra a Fome. Os bancos providenciam a recolha de bens alimentares e, em estreita articulação com os agentes locais, encaminham os produtos para distribuição gratuita às pessoas carenciadas. O quadro seguinte sintetiza o apoio prestado neste âmbito no Concelho de Oeiras:

Pessoas abrangidas por Apoio Alimentar		
Ano	N.º	%
2009	5122	2,97
2010	5379	3,11

A comparação entre os anos de 2009 e 2010, evidencia um aumento do número de beneficiários de ajuda alimentar na ordem dos 0.14%.

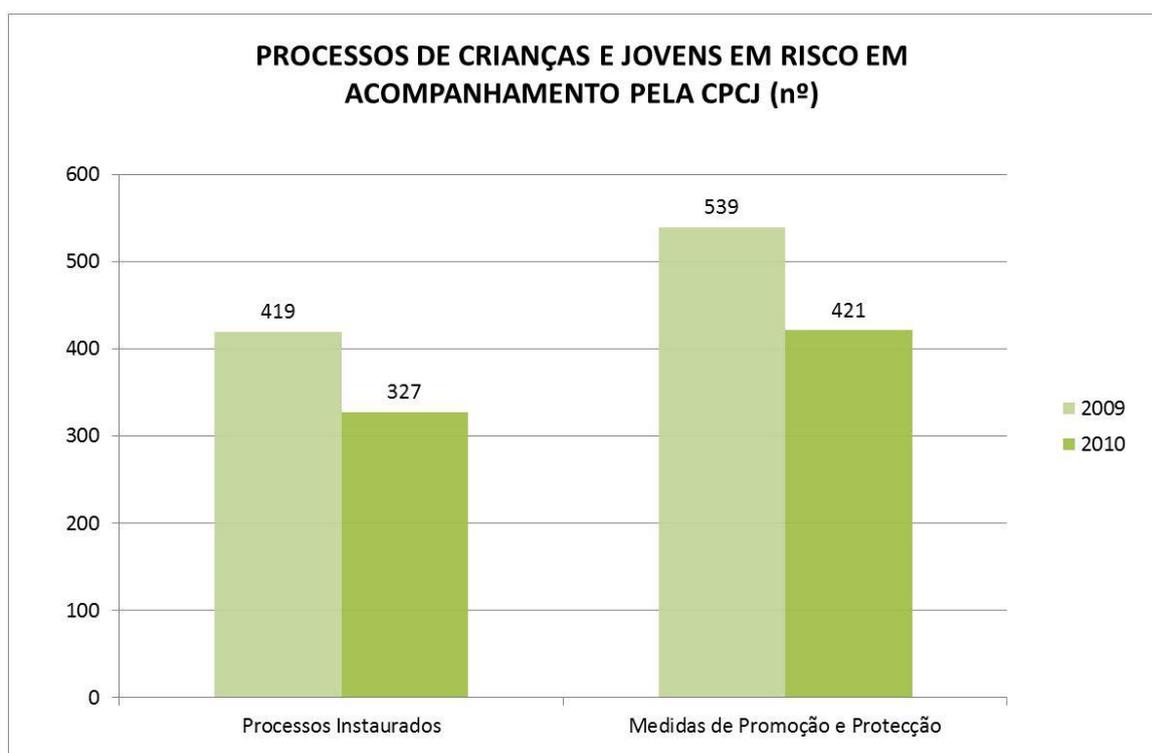


## Crianças e Jovens em Risco

O Município de Oeiras colabora ativamente no funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras, cuja modalidade restrita assegura a intervenção nas situações de perigo, nomeadamente, através do atendimento e informação à população, apreciação e instrução de processos, entre outras diligências. Os dados extraídos pelos Relatórios Anuais dos anos de 2009 e 2010 encontram-se expressos no quadro e gráficos seguintes:

Crianças e Jovens em Risco, processos em acompanhamento pela CPCJO (n.º)

Ano	Processos Instaurados	Medidas de Promoção e Proteção
2009	419	539
2010	327	421



Os dados apurados para o último ano em análise demonstram uma tendência decrescente quer do número de processos instaurados, quer no que se refere às medidas de promoção e proteção implementadas. Com efeito, registou-se um decréscimo na ordem dos 22% tanto no número de processos instaurados, como nas medidas de promoção e proteção adotadas.



## Criminalidade

A taxa de criminalidade constitui um indicador comumente utilizado no âmbito da monitorização da qualidade de vida de um território. Para efeito deste indicador são considerados os seguintes crimes: crimes contra a integridade física, furto/roubo por esticção e na via pública, furto de veículo e em veículo motorizado, condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2 g/l e condução sem habilitação legal. Os dados aferidos para o município de Oeiras encontram-se discriminados no quadro seguinte:

Criminalidade		
Ano	N.º	‰
2008	6058	35,30
2009	5702	33,00

A informação atualizada permite aferir um decréscimo da taxa de criminalidade registada no Concelho de Oeiras, nos períodos em análise. Por outro lado, comparando com os restantes municípios da Grande Lisboa, como podemos verificar no quadro seguinte, é a seguir a Vila Franca de Xira e Odivelas, o Município com uma taxa de criminalidade mais baixa.

Município	Taxa de Criminalidade (2009)
Amadora	52,8
Cascais	52,5
Lisboa	85,6
Loures	37,3
Mafra	43,2
Odivelas	31,4
Oeiras	33,0
Sintra	37,7
Vila Franca Xira	28,5



## Taxa de Incidência de Violência Doméstica

Atualmente o Código Penal português consagra expressamente (no artigo 152º: Violência Doméstica) que pratica o crime de violência doméstica *“Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais: a) Ao cônjuge ou ex-cônjuge; b) A pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação; c) O progenitor de descendente comum em 1.º grau; ou d) A pessoa particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite; é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.”*

A violência doméstica refere-se, assim, à agressão física, psicológica e sexual perpetrada por qualquer familiar ou relacionado, não só contra mulheres, mas também descendentes ou outros indivíduos particularmente vulneráveis. No quadro seguinte apresenta-se o levantamento efetuado, ao nível concelhio, pela PSP e correspondente às ocorrências participadas, neste âmbito, no primeiro semestre de 2010:

Queixas sobre violência doméstica registadas nas Esquadras do Concelho de Oeiras,  
2009 e 2010 (1.º Semestre)

Esquadra	2009	2010
Miraflores		45
Oeiras		76
Porto Salvo		45
Carnaxide		62
Caxias		31
Queijas		47
Total	264	306

De acordo com a Direção-geral da Administração Interna<sup>6</sup>, no primeiro semestre de 2009, foram reportadas às forças de segurança, 264 ocorrências de violência doméstica, correspondendo estas a 49,6% das ocorrências do ano de 2009. Deste modo, e analisando períodos análogos (1.º semestre) dos anos de 2009 e 2010, podemos afirmar que estas sofreram uma variação positiva na ordem dos 16%.

<sup>6</sup> Dados fornecidos pela DGAI em 14 de julho de 2010, no âmbito da elaboração do Plano Municipal para a Igualdade de Género.



# **Educação e Formação**



## 8\_ Educação e Formação

Os objetivos de qualquer política educativa nacional deve centrar-se e concretizar-se numa educação pré-escolar, básica e secundária de qualidade de acesso para todos e a valorização da escola pública como espaço de aprendizagem, de camaradagem e de igualdade de oportunidades, realçando também o importante papel de coesão social.

A aposta no rigor e na exigência de uma aprendizagem sólida e integrada, bem como na promoção de uma formação de cariz contínuo, traz mais confiança para enfrentar os desafios futuros e a competitividade a nível internacional, na qual a educação e formação assumem um papel preponderante na resposta às novas tecnologias, à sociedade do conhecimento e a competências profissionais.

No âmbito desta temática, o Município de Oeiras tem apostado, fundamentalmente, em dois planos distintos:

- A criação de condições físicas e logísticas com a construção de novas instalações e equipamentos;
- O incentivo e o estímulo para bem ensinar e melhor aprender.

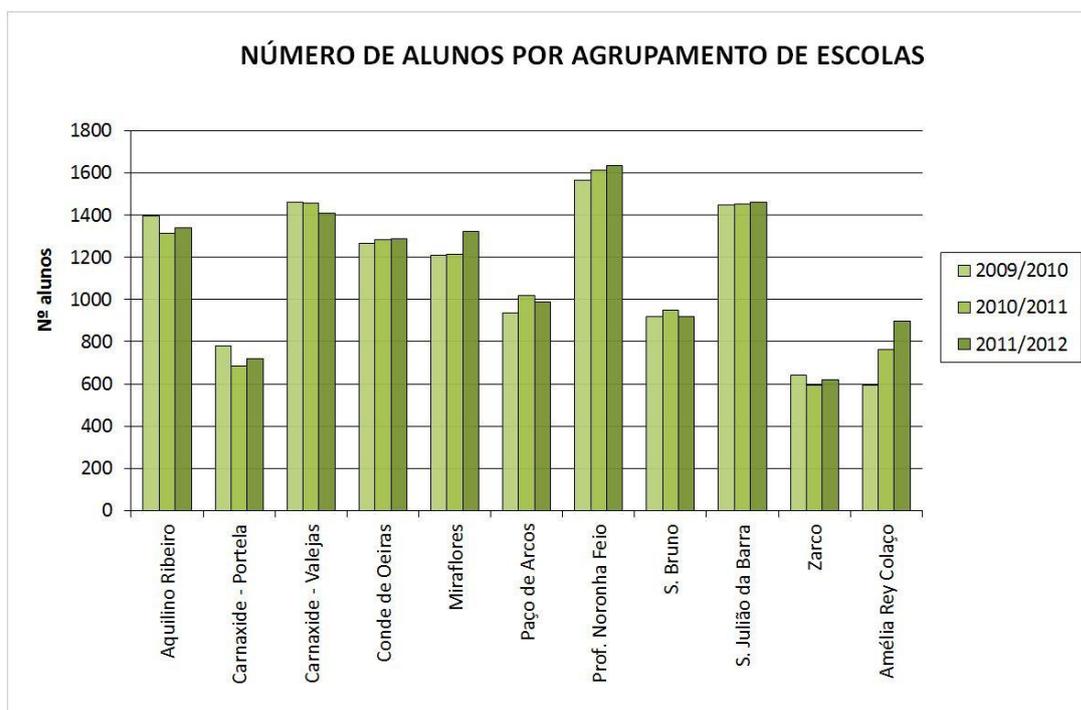
Neste sentido, o investimento na Educação é cada vez mais uma aposta do Município, uma vez que esta temática revela um grande retorno em termos da qualidade do ensino e, conseqüentemente, na formação futura dos jovens.

Outra aposta ganha nesta matéria foi o desenvolvimento de condições para a fixação de instituições de ensino superior e de investigação. A instalação do Instituto Superior Técnico e do Instituto de Soldadura e Qualidade no Parque de Ciência e Tecnologia – Taguspark constituem dois excelentes exemplos de sucesso desta estratégia.



### Alunos por Agrupamento de Escolas

Um Agrupamento de Escolas é uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituída por estabelecimentos de educação pré-escolar e de um ou mais níveis e ciclos do ensino, partindo de um projeto pedagógico comum.



O número de alunos em cada agrupamento de escolas, nos anos letivos analisados, é praticamente constante, sendo que as flutuações são insignificantes.

Há a realçar o facto de no agrupamento de escolas Aquilino Ribeiro terem sido desativadas duas escolas do 1º ciclo (EB1 Firmino Rebelo e EB1 José Canas), facto equilibrado com a construção da nova EB1 de Porto Salvo, mantendo praticamente constante o número total de alunos neste agrupamento.

No agrupamento de escolas de Miraflores foi desativada a EB1 Sofia de Carvalho, sendo que os alunos passaram a frequentar a nova EB1 Alto de Algés.

No computo geral, conclui-se que o agrupamento que integra mais alunos é Prof. Noronha Feio, com 1634 alunos em 6 estabelecimentos de ensino, correspondendo na generalidade às freguesias de Queijas e Barcarena. Por outro lado, o agrupamento de escolas que apresenta um menor número de alunos é Zarco, com apenas 620 alunos (menos de metade do anterior) em 2 estabelecimentos de ensino, correspondendo maioritariamente à freguesia de Cruz Quebrada/Dafundo.



## Taxa Bruta de Escolarização

Comparando com a área da Grande Lisboa, e relativamente ao pré-escolar, o concelho de Oeiras apresenta uma taxa bruta de escolarização superior, o que significa que uma maior proporção de crianças entre os 3 e os 5 anos frequentam este ciclo de escolaridade, facto motivado pelo aumento da oferta escolar.

Taxa Bruta de Escolarização			
	Pré-escolar	Ensino Básico	Ensino Secundário
Grande Lisboa	72,90%	123,10%	115,20%
Oeiras	78,00%	107,00%	117,10%

Relativamente ao ensino básico, este valor é de 107% o que significa que existe uma proporção de alunos neste ciclo de escolaridade que se desloca de outros concelhos vizinhos para frequentar os estabelecimentos de ensino do concelho de Oeiras. Este facto pode dever-se à boa reputação destes ao nível de ambiente e sucesso escolar.

No que diz respeito ao ensino secundário, a taxa bruta de escolarização é ainda superior à anterior, 117%, existindo igualmente mobilidade de alunos de outros concelhos para as escolas do concelho de Oeiras, facto que pode ficar a dever-se à existência de menor número de escolas secundárias nas zonas limítrofes e à oferta significativa de áreas escolares nas escolas secundárias do Concelho de Oeiras.



## Taxa de Sucesso Escolar

Ano Letivo	Ciclo Escolaridade		
	EB1	EB 2,3	ES
2008/2009	95,45%	90,70%	85,42%
2009/2010	97,02%	90,30%	83,78%
2010/2011	97,11%	91,28%	83,86%

Tendo em conta os 3 níveis de escolaridade, a taxa de sucesso escolar em Oeiras é superior a 83%. Se se efetuar uma análise por ciclo de escolaridade, verifica-se uma realidade distinta entre eles.

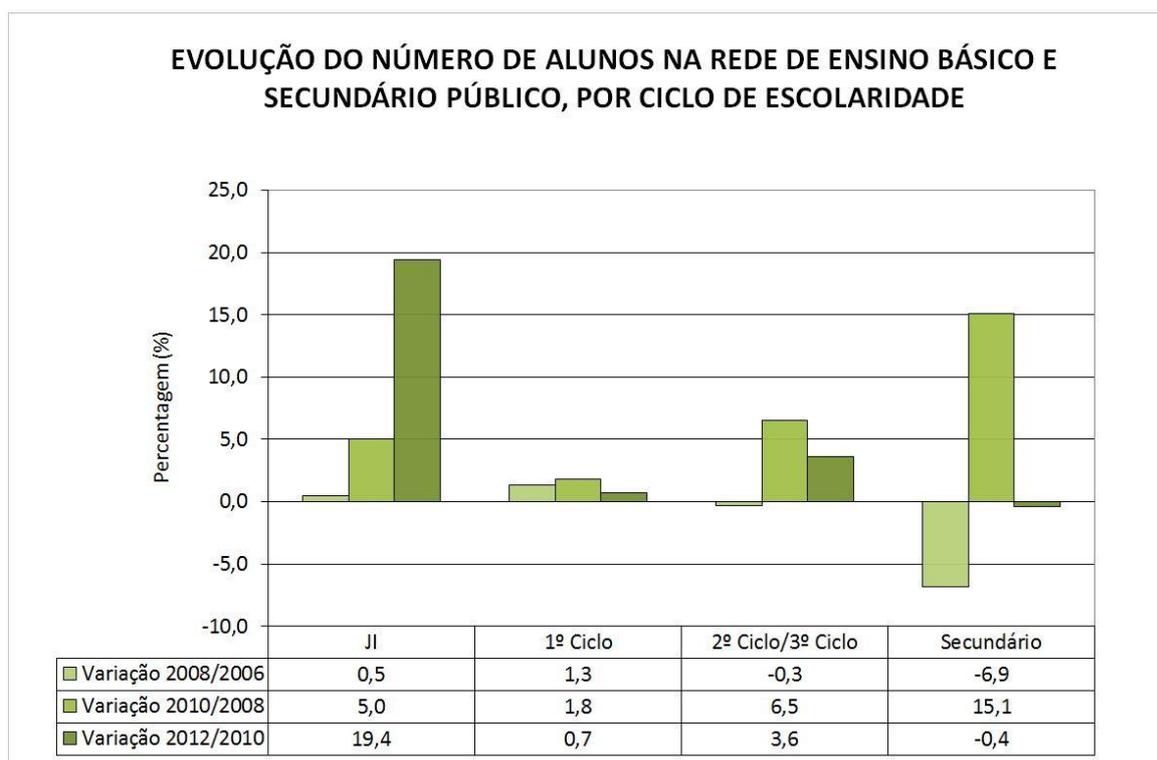
No que diz respeito ao 1º ciclo, a taxa de sucesso escolar tem vindo a aumentar desde o ano letivo 2008/2009, sendo em 2010/2011 cerca de 97%. Este facto deve-se à prioridade de investimento municipal neste ciclo de escolaridade, com verbas alocadas que fomentam o estímulo pela aprendizagem e a qualidade do ensino.

Relativamente ao 2º e 3º ciclo, a taxa de sucesso escolar decresceu ligeiramente em 2009/2010, voltando a aumentar em 2010/2011, atingindo cerca de 91%. Nota-se neste ciclo de ensino uma ligeira descida da taxa de sucesso escolar, relativamente ao 1º ciclo, havendo maior percentagem de alunos inscritos que não completaram o ensino, facto que deve merecer atenção dado tratar-se do ensino básico obrigatório.

No que respeita ao ensino secundário, a taxa de sucesso escolar é a mais baixa comparativamente aos anteriores ciclos de escolaridade, atingindo em 2010/2011 cerca de 84%. É notório o aumento da percentagem de alunos inscritos que não completaram o ensino, facto que deve merecer especial atenção pela falta de motivação na obtenção de um nível de escolaridade mais elevado, e consequentemente, melhor formação para o mercado de trabalho.



### Evolução do número de alunos na rede de ensino básico e secundário público



A análise efetuada reporta aos intervalos de dois anos letivos consecutivos: 2006 a 2008, 2008 a 2010 e 2010 a 2012.

### 2006 a 2008

Neste período de tempo, a grande variação ocorreu no ensino secundário, no qual se verificou um decréscimo de alunos de cerca de 7%, muito provavelmente por abandono a partir da escolaridade obrigatória. No 2º e 3º ciclos também se verificou um decréscimo do número de alunos, mas apenas de 0,3%. Nos restantes ciclos de escolaridade, observa-se um ligeiro aumento do número de alunos, de 0,5% e 1,3%, referente a Jardim de Infância e 1º ciclo, respetivamente.

### 2008 a 2010

Relativamente a estes dois anos letivos consecutivos, ocorreu um aumento significativo do número de alunos em todos os ciclos de escolaridade. A grande variação ocorreu no ensino secundário, com um aumento significativo do número de alunos de cerca de 15%, e no 2º e 3º ciclo com um aumento de 6,5% do número de alunos. No que diz respeito ao Jardim de Infância, o aumento do número de alunos foi de 5%, muito provavelmente devido ao aumento de oferta de estabelecimentos de ensino e de vagas para este ciclo de escolaridade. Para o 1º ciclo, a variação foi positiva, ocorrendo um aumento do número de alunos de cerca de 2%.

### 2010 a 2012

Por um lado, verifica-se um aumento bastante significativo do número de alunos no Jardim de Infância, de cerca de 19,5%, facto que acompanha a realidade anterior e o esforço da autarquia no aumento do número de vagas neste nível de escolaridade. Por outro lado, observa-se um ligeiro decréscimo do número de alunos do ensino secundário, cerca de 0,5%, facto motivado pela diminuição da oferta de cursos tecnológicos, pelo abandono da escola a partir do 3º ciclo e pela diminuição do número de alunos no ensino recorrente. No 1º ciclo, assiste-se a um pequeno decréscimo relativamente ao período anterior, mas, mesmo assim, mantém-se um saldo positivo, de cerca de 1%.



## Taxa de Analfabetismo

### Taxa de analfabetismo

Grande Lisboa	5,27%
Oeiras	3,75%

Esta taxa foi definida tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. Considerou-se que essa idade correspondia aos 10 anos, equivalente à conclusão do ensino básico primário.

Em 2001, o Concelho de Oeiras apresentava ainda um valor de analfabetismo da população residente, cerca de 3,80%, ainda que pouco significativo. Relativamente à Grande Lisboa, esta proporção é inferior em 1,5%, o que revela o empenho e a aposta do município na alfabetização e formação dos seus munícipes.



## População residente por habilitação literária

	Proporção da população residente com pelo menos a escolaridade obrigatória	Proporção da população residente com ensino superior completo
Grande Lisboa	53,85%	15,10%
Oeiras	64,03%	22,67%

Relativamente à Grande Lisboa, o Concelho de Oeiras apresenta uma proporção mais elevada da população residente, quer no que diz respeito à escolaridade obrigatória, quer no que diz respeito ao ensino superior completo, com cerca de 64% e 23%, respetivamente. Este facto, revela o nível de habilitações académicas da população residente no concelho, significativamente superior à média dos municípios da Grande Lisboa.



## Investimento municipal na área da Educação

Tipo de Investimento (em €)	Ano		
	2009	2010	2011
Adjudicação de Empreitadas nas escolas	8.030.792,13	1.193.022,95	502.055,32
Manutenção nas escolas (Contrato Habitágua)		300.00,00	300.00,00
Projeto e obra de Tratamento paisagístico pavilhões			166.996,14
Adjudicação de projetos de arquitetura e especialidades de escolas	534.890,21	441.505,05	33.429,23
Rede Integrada de Serviços de Educação (RISE)	945.994,64	0,00	93.472,00
Funções sociais	4.021.235,06	3.801.833,47	3.454.198,51
<b>Total</b>	<b>12.998.021,83</b>	<b>5.436.361,47</b>	<b>4.250.151,20</b>

O investimento municipal para a área da Educação tem sido uma prioridade há vários anos, integrando várias ações, das quais se destacam a construção de novas escolas do 1º ciclo, os apoios sociais anuais, as empreitadas de beneficiação das infraestruturas e o Projeto RISE (Rede Integrada de Serviços de Educação).

A construção das novas escolas EB1/JI de Porto Salvo e do Alto de Algés são já uma realidade e a ampliação e qualificação da EB1/JI Gomes Freire de Andrade ficará concluída no início do ano letivo 2011/2012, realçando a grande aposta do município em ter uma oferta escolar de elevada qualidade.

O projeto RISE é também bastante ambicioso, cujo objetivo é disponibilizar a toda a comunidade educativa serviços, conteúdos e plataformas tecnológicas que tornem os processos de ensino mais atrativos e a aprendizagem mais estimulante.

Na área das funções sociais tem sido igualmente elevado o investimento municipal, com verbas anuais que rondam os 4 milhões de euros.

No entanto, nota-se um decréscimo na verba municipal alocada à Educação, desde 2009, com algum desinvestimento na adjudicação de empreitadas, no projeto RISE e nas funções sociais.







## 9\_Energia

Para analisarmos de forma eficaz o desempenho de Oeiras no que concerne à sustentabilidade temos, obrigatoriamente, de abordar a questão energética. Sem energia a economia não se desenvolve e, se esta não se desenvolve, as condições de vida das populações deterioram-se. Deste modo, o acesso à eletricidade é visto como fundamental para reduzir a pobreza e é considerado pelas Nações Unidas um dos indicadores universais de desenvolvimento sustentável.

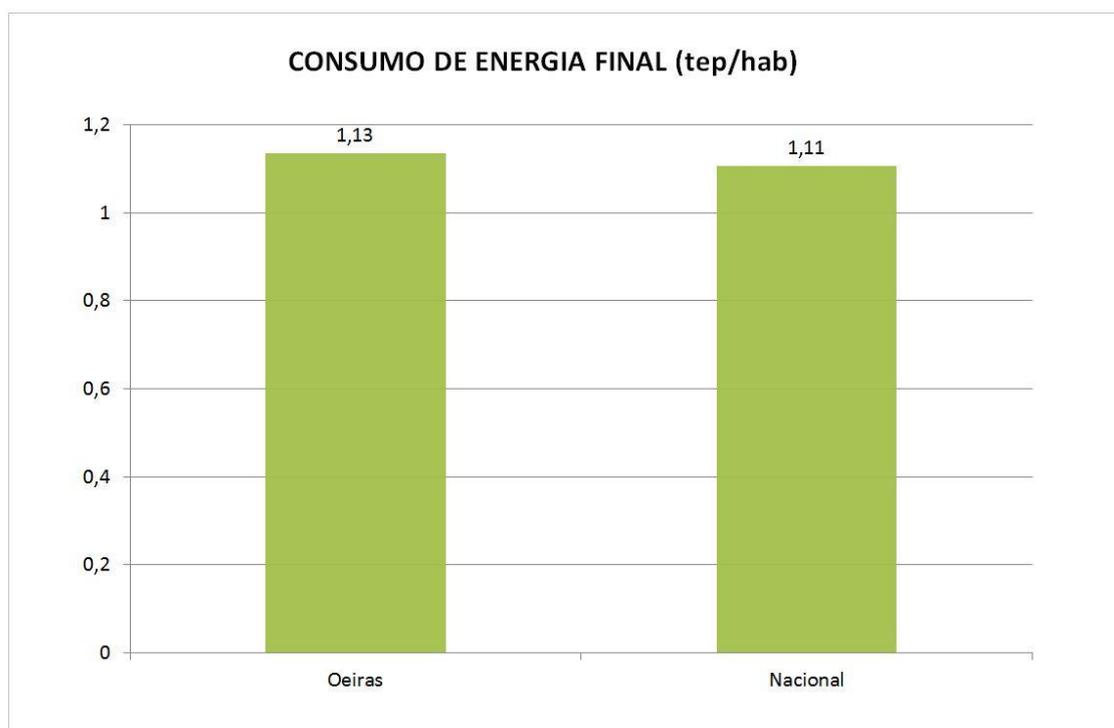
A introdução dos conceitos de desenvolvimento sustentável na orientação dos programas para suprimento e uso final de energia é essencial para auxiliar na prevenção de problemas futuros na proteção do meio ambiente, na competitividade económica e no desenvolvimento social equilibrado.



### Consumo de Energia Final *per capita*

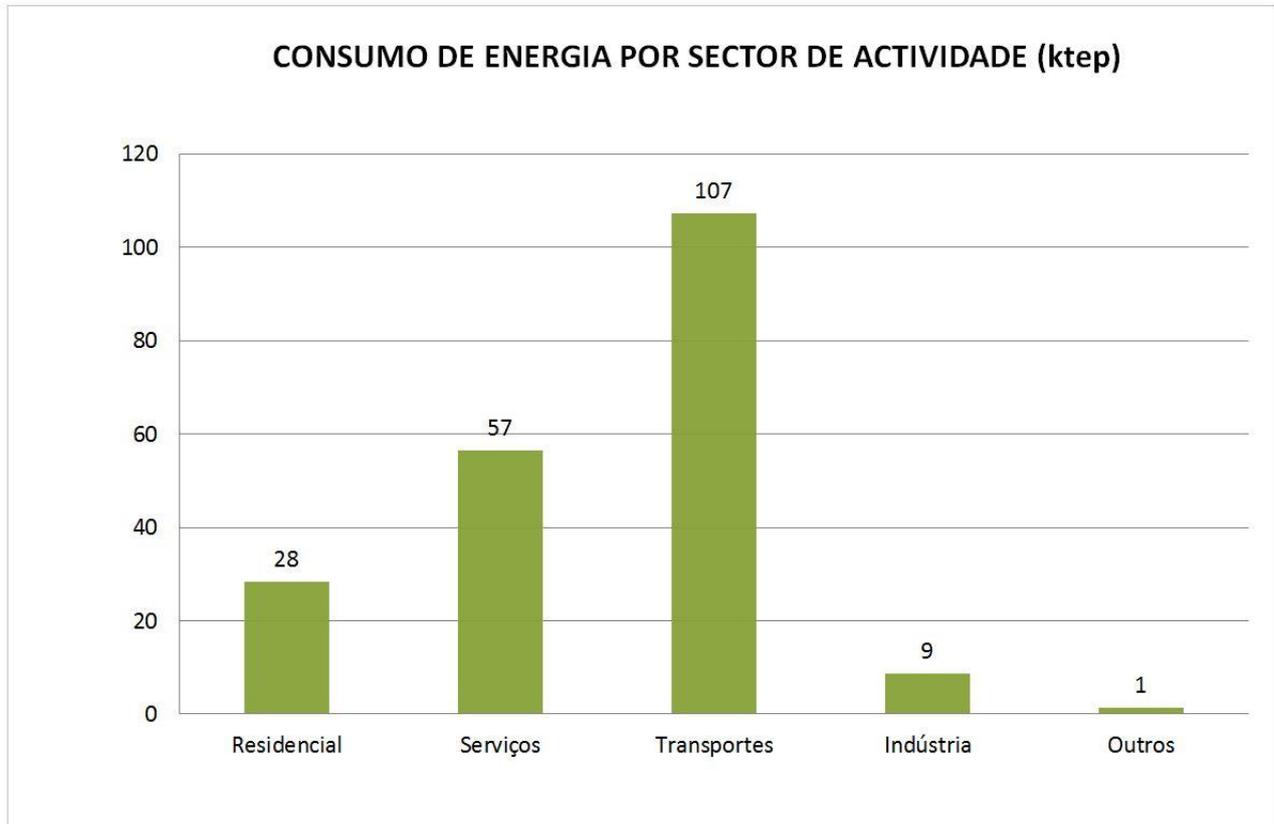
Em 2006, o consumo de energia final no concelho, por habitante, foi de 1,13 tep/habitante, sendo que este valor não inclui a agricultura e a indústria.

Comparativamente com a média nacional (1,11 tep/hab) o valor encontra-se ligeiramente acima da média.





## Consumo de Energia por Setor de Atividade

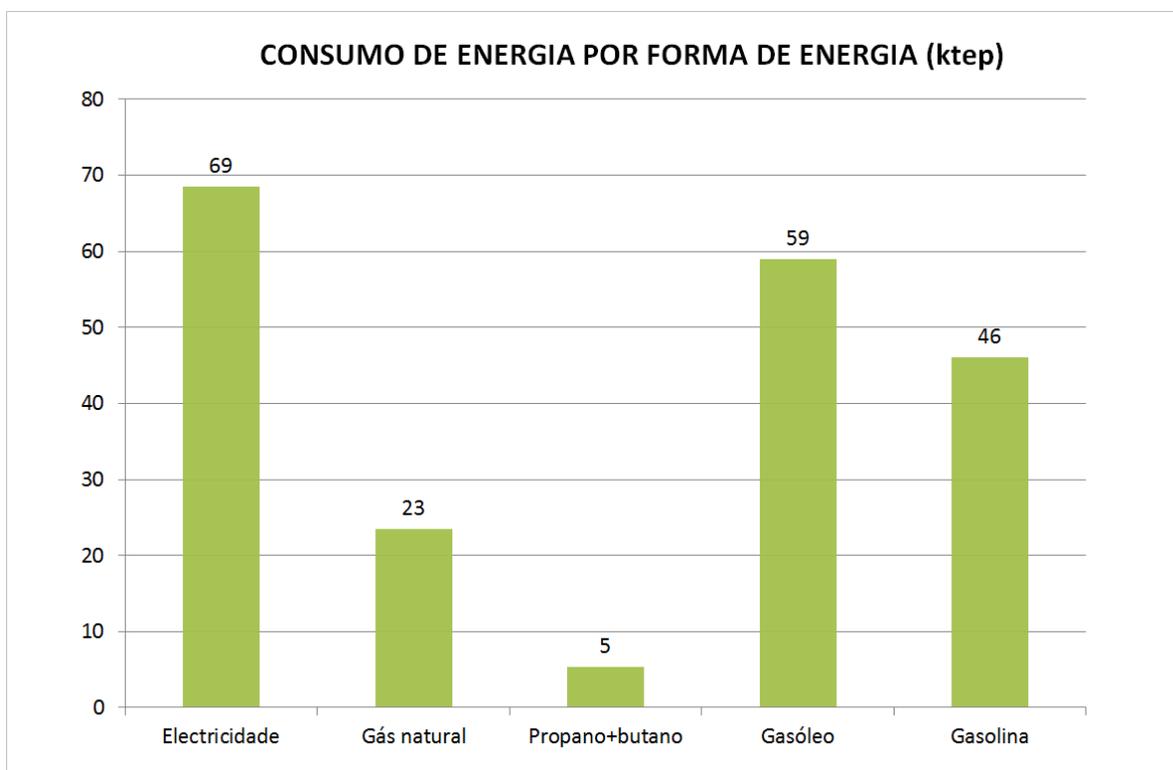


A análise do gráfico conclui que o setor mais consumidor foi o dos Transportes, representando 53% do total do consumo. Seguem-se o setor dos Serviços com 25% e o Residencial com 14% como os mais significativos. A Indústria representa 7% e "Outros" (inclui Construção e Obras Públicas, Elevação/Abastecimento de Água e Agricultura e Pescas), com 1%, são os restantes consumidores.

Em termos nacionais (Estatísticas do Ambiente 2010) o padrão de consumo é similar: o setor dos transportes continua a liderar. Todos os setores, à exceção do setor doméstico e dos serviços (consumo de energia final estável, entre 2006 e 2009), diminuíram o consumo de energia final, sendo a indústria o setor que mais contribuiu para este decréscimo, com uma variação negativa de 15%. Esta situação ficou a dever-se à diminuição da atividade industrial nacional promovida pela crise económica nacional.



## Consumo de Energia por Forma de Energia

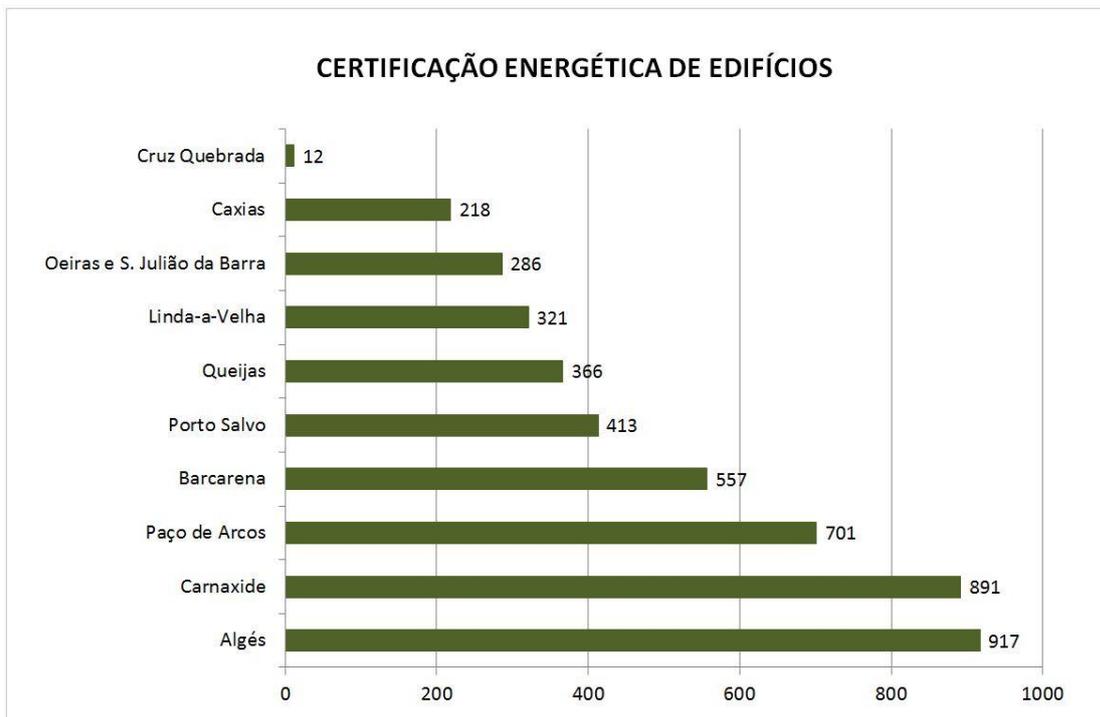


Relativamente ao consumo por forma de energia, a eletricidade corresponde ao maior consumo verificado no Concelho de Oeiras (34%), embora o conjunto dos combustíveis rodoviários (gasóleo e gasolina) atinja um total de 52%. Os setores Residencial e Serviços são os responsáveis pelo maior consumo de eletricidade registado no Concelho (82%), sendo a restante fração praticamente toda da responsabilidade da Indústria (13%).



## Certificação energética dos edifícios

De acordo com os dados registados no Sistema de Certificação Energética e do Ar Interior ([www.adene.pt](http://www.adene.pt), cons. Fevereiro 2012), o número de certificados energéticos e do ar interior emitidos para qualquer tipo de habitação ou edifício (edifício de habitação com ou sem climatização, grande edifício de serviços ou pequeno edifício de serviços com ou sem climatização) do concelho de Oeiras foi de 4682, num total de 355405 a nível de Portugal Continental, distribuídos de forma desigual pelas diversas freguesias.



### **Produção descentralizada de Energia Elétrica a partir de Fontes Renováveis**

Os dados disponíveis para o Concelho de Oeiras no ano de 2010, são de 175,17 kW de Potência Instalada Ligada para a microprodução fotovoltaica e de 1,72 kW de Potência Instalada Ligada para a microprodução eólica.

Tratam-se de valores que não têm grande expressão nem a nível do distrito de Lisboa nem a nível nacional.

Sendo uma meta do PAESO terá com certeza uma grande evolução nos próximos anos, face aos incentivos existentes.



### **Área instalada de painéis solares térmicos no Concelho**

Atualmente existem no Concelho de Oeiras 1615 painéis solares, grandeza essa, correspondente a uma área de cerca de 4.750 m<sup>2</sup> de painéis distribuídos por 686 edifícios.



Freguesia	Painéis Solares Confirmados	Área (m <sup>2</sup> )	Nº de Edifícios com Painéis Solares
Porto Salvo	159	410,1	81
Barcarena	149	462,2	121
Queijas	225	757,1	68
Carnaxide	122	328,7	45
Oeiras e São Julião da Barra	408	1220,0	170
Paço de Arcos	235	636,9	76
Caxias	120	317,9	52
Cruz Quebrada/Dafundo	43	127,5	16
Linda a Velha	139	336,8	52
Algés	15	153,0	5
<b>Total</b>	<b>1.615</b>	<b>4.750,2</b>	<b>686</b>





**Governança  
e Cidadania**



## 10\_Governância e Cidadania

O capital social proporcionado pela participação social ativa é indispensável para a consolidação da democracia, o crescimento da sociedade civil, a iniciativa empresarial e a capacidade institucional. Pelo que se pretende neste âmbito avaliar a cidadania, nomeadamente, através da participação política e do voluntariado, como formas que permitem aos indivíduos associarem-se livremente e contribuírem para o bem estar comum.

Deste modo, a Governância, aliada à participação, surge, no âmbito do debate relacionado com o desenvolvimento sustentável, como um quarto pilar deste.



### Participação eleitoral

Os quadros seguintes espelham a participação eleitoral em Oeiras e nacionais, nos últimos atos eleitoriais:

Eleições Presidenciais	Taxa de participação (%)	
	Resultados Oeiras	Resultados Nacionais
2011	66,28%	46,52%
2006	66,33%	61,53%
2001	53,26%	49,71%

Eleições Legislativas	Taxa de participação (%)	
	Resultados Oeiras	Resultados Nacionais
2011	66,28%	58,03%
2009	65,05%	59,68%
2005	68,89%	64,26%

Eleições Europeias	Taxa de participação (%)	
	Resultados Oeiras	Resultados Nacionais
2009	42,86%	36,78%
2004	44,32%	38,60%
1999	44,08%	39,93%

Eleições Autárquicas		Taxa de participação (%)	
		Resultados Oeiras	Resultados Nacionais
2009	Assembleia Municipal	53,99%	59,04%
	Câmara Municipal	54,01%	59,03%
	Assembleia Freguesia	53,99%	59,00%
2005	Assembleia Municipal	56,44%	60,94%
	Câmara Municipal	56,43%	60,94%
	Assembleia Freguesia	56,42%	60,94%
2001	Assembleia Municipal	48,30%	60,13%
	Câmara Municipal	48,30%	60,12%
	Assembleia Freguesia	48,31%	60,03%

Comparando com os valores a nível nacional, de um modo geral, pode-se dizer que a taxa de votantes no concelho de Oeiras em alguns atos eleitorais foi superior, noutros andou muito próximo da taxa nacional.



## Evolução do Banco de Voluntariado

O voluntariado é definido como uma plataforma de encontro entre entidades que desenvolvem ações e atividades de interesse social e comunitário, e indivíduos que, de forma gratuita, as desenvolvem.

Na abertura do Ano Europeu para o Voluntariado no Concelho de Oeiras, em 2011 a Equipa do Banco Local de Voluntariado de Oeiras procurou fazer um levantamento de dados relativamente ao Voluntariado no Município de Oeiras, tendo solicitado a colaboração da Rede Social na cedência das seguintes informações:

- As instituições acolhem voluntários? Se sim, quantos voluntários se encontram enquadrados?
- As instituições que acolhem voluntários encontram-se inscritas no BLVO? Se sim, quantos foram encaminhados pelo BLVO?

Estas informações foram recolhidas em duas fases:

**1ª Fase** – março: responderam ao pedido efetuado 23 instituições das quais 18 pertenciam ao BLVO:

- À data, o Número de instituições inscritas no BLVO: 52
- Número total de voluntários nas instituições que responderam ao repto: 543
- Número de voluntários colocados, através do BLVO, nas instituições que responderam: 69
- Número total de voluntários inscritos no BLVO: 200

A informação que se conseguiu recolher foi a seguinte:

- **57 Instituições do concelho integravam voluntários;**
- **674 Pessoas desenvolviam voluntariado no Concelho.**

**2ª Fase** – novembro: responderam ao pedido efetuado 46 instituições das quais 25 pertenciam ao BLVO:

- À data, o Número de instituições inscritas no BLVO: 56
- Número total de voluntários nas instituições que responderam ao repto: 843.
- Número de voluntários colocados, através do BLVO, nas instituições que responderam: 65.
- Número total de voluntários inscritos no BLVO: 249

Ano	Nº de Voluntários	Nº de Instituições
2009	156	34
2010	179	46
2011	254	57



## Certificações de qualidade às autarquias e entidades associadas

No município atualmente existem 4 unidades orgânicas certificadas: Divisão de Desporto e Divisão de Bibliotecas Documentação e Informação em 2009. No ano de 2011 certificaram-se mais duas, o Departamento de Habitação e o Departamento de Ambiente e Equipamento, mantendo-se a manutenção da certificação das outras duas u. o.

Nas entidades associadas existem 5 empresas certificadas.

Em 2009 no município foram certificadas, ao abrigo da Norma NP EN ISO 9001:2008, duas unidades orgânicas: a Divisão de Desporto e a Divisão de Bibliotecas, Documentação e Informação. No ano de 2010 foi a manutenção da certificação dos dois serviços resultante da auditoria de 1º Acompanhamento pela APCER. Neste mesmo ano foi implementado o SGQ (Sistema de Gestão da Qualidade), no Departamento de Habitação. Em 2011, manteve-se a certificação na DBDI e DD e alargou-se o âmbito da certificação ao DAE e ao DH.

<i>Normas</i>					
<i>Entidades Associadas</i>	NP EN ISO/IEC 17025:2005 – Requisitos gerais de competência para laboratórios de ensaio e calibração	NP EN 9001:2000/2008 Sistemas de Gestão da Qualidade Requisitos	NP EN ISO 14001:2004 Sistemas de Gestão Ambiental Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização	ISO/IEC 20000-1:2011 Sistema de Gestão de Serviços em Tecnologias de Informação	OHSAS 18001 / NP 4397:2008 - Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho
Habitágua		X	X		A iniciar
Lemo	X				
Município		X			
SMAS				X	
Tratolixo		X			X

Quanto às entidades associadas de acordo com a consulta efetuada nos sites institucionais das empresas, à exceção dos SMAS, que foi consultado o site da APCER- Associação Portuguesa de Certificação, estas empresas encontram-se certificadas de acordo com os referenciais normativos na tabela acima indicados.

A LEMO encontra-se neste momento a funcionar com um Sistema de Gestão transversal a toda a estrutura da empresa que impõe regras de gestão e procedimento visando a garantia de um serviço de excelência. A área laboratorial está acreditada desde 1996, pelo IPAC, de acordo com a norma de referência NP EN ISO/IEC 17025, o que constitui o reconhecimento da sua competência para a execução de determinados ensaios.

Foi implementado um Sistema de Gestão de acordo com os requisitos da norma NP EN ISO 9001, com a consequente Certificação pela BVC em janeiro de 2006.

A LEMO está reconhecida como entidade formadora acreditada para a formação, desde setembro de 2004, pelo CEFA – Centro de Estudos e Formação Autárquica.

A Habitágua assenta a sua política de modernização dos meios de gestão em três fases:

- Política de Qualidade: é certificada em conformidade com a Norma NP EN 9001:2000 – Sistemas de Gestão da Qualidade.
- Política de Segurança: já iniciou o processo de Certificação do Sistema de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.
- Política de Gestão Ambiental: com a Certificação do Sistema de Gestão Ambiental segundo a Norma NP EN ISO 14001:2004 fica completa a fase de investimento na modernização dos meios de gestão da empresa.

Os SMAS de Oeiras e Amadora obtiveram recentemente, através do trabalho coordenado pela Divisão de Informática e Sistemas de Informação, a certificação do Sistema de Gestão de Serviços em Tecnologias de Informação conforme a norma ISO 20000-1:2011, para os serviços de balcão digital do sistema de gestão comercial, serviço de informação de roturas e intervenções programadas e sítio Internet, mediante auditoria externa realizada pela APCER em dezembro de 2011.

Convertem-se, assim, no primeiro organismo da administração pública portuguesa certificado pela Norma ISO 20000:2011 e um dos três primeiros a nível internacional a cumprir com os requisitos definidos por este referencial de excelência.

Para responder às exigências cada vez maiores que se colocam na área da Gestão de resíduos, a TRATOLIXO decidiu aderir, por iniciativa própria, às normas internacionais de gestão de sistemas, com vista à implementação de um Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança. Esta ação atinge todos os processos da empresa envolvidos nas atividades de gestão e tratamento de RSU.

A primeira Certificação da TRATOLIXO foi obtida em 2003 e atribuída ao seu Sistema de Gestão da Qualidade. Posteriormente obteve-se a Certificação no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho - o que deu origem ao Sistema Integrado em duas componentes que atualmente vigora.



### Informação sobre Oeiras 21+ através da Internet

Número de visitas ao blogue/ano	Nº de carregamentos da página	Nº de visitas únicas	Nº de primeiras visitas	Nº de visitas repetidas
2011	1,845	1,204	1,112	92
2010	1,786	1,225	1,073	152
2009	3,118	1,834	1,520	314
2008	557	293	250	43



### Participação da população em projetos de cidadania ambiental

A educação e sensibilização ambiental tem sido considerada no município como uma matéria transversal a diversas atividades municipais assim como um pilar fundamental para o desenvolvimento sustentável. Os principais objetivos nesta matéria prendem-se com a promoção de projetos e campanhas que visem aumentar o grau de consciência ambiental da população, alargar a participação da comunidade local na educação ambiental, dinamizar projetos escolares para a formação ambiental e de demonstração da sustentabilidade ambiental, fomentar as boas práticas ambientais nos serviços municipais, entidades públicas e privadas do Concelho.

Desde 1992 que o município promove de forma contínua e sistemática projetos e atividades de educação e sensibilização ambiental, contemplados no plano de desenvolvimento estratégico, para diferentes grupos alvo da população, nomeadamente comunidade escolar, jovens em ocupação de

tempos livres, famílias e municípios em geral. Apresenta-se uma síntese dos principais projetos e atividades promovidos pelo município, desde 2008 assim como o número de participantes diretos envolvidos.

Projetos e Atividades de Sensibilização Ambiental	2008	2009	2010	2011
Programa de Educação Ambiental para as Escolas	8671	16430	17773	15095
Jovens em Movimento - Ocupação de tempos livres na limpeza de espaço público e sensibilização ambiental	959	939	797	722
Bairro Limpo - Ocupação de moradores na manutenção do espaço urbano local	47	69	31	31
Limpeza de espaço público em regime de voluntariado			139	
Oeiras Família Ecológica - Promoção de boas práticas ambientais na gestão domiciliária			150	150
Compostagem Doméstica	2508	3120	3933	4173
Eventos comemorativos de dias ambientais temáticos para público em geral			726	500
Oficinas e Jogos Ambientais promovidas em ATL's	2569	1211	2192	250
<b>Total</b>	<b>14754</b>	<b>21769</b>	<b>25741</b>	<b>20921</b>

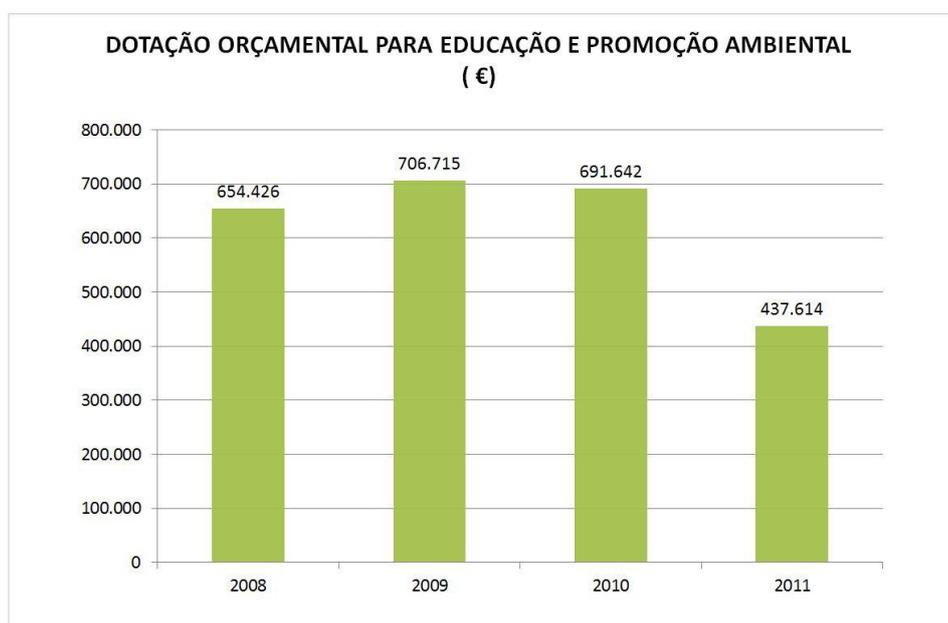
Participação no Projeto Eco-Escolas	2008	2009	2010	2011
Nº de Escolas inscritas no Projeto Eco-Escolas	7	8	11	14
Nº de Escolas galardoadas no Projeto Eco-Escolas	6	5	9	

O número de participantes nos projetos de continuidade é condicionado pelas vagas disponíveis e consequentemente têm associado um número limitado de inscrições. Regularmente verifica-se existirem mais interessados do que vagas disponíveis. O mesmo se aplica ao projeto de Compostagem Doméstica que está limitado ao número de recipientes adquiridos anualmente pela autarquia para distribuir aos municípios residentes em moradias com jardim. Por outro lado a participação da população em eventos comemorativos de dias ambientais temáticos, é condicionada, entre outros fatores aleatórios, pela eficácia da respetiva divulgação associada.



## Investimento municipal na Educação e Promoção Ambiental

Os valores de dotação orçamental atribuídos pelo município para o desenvolvimento de projetos de educação e sensibilização ambiental têm variado entre 600.000€ e 700.000 € anuais sofrendo um decréscimo de 38% em 2011, por motivos de restrição orçamental. Esta redução traduz-se numa diminuição do recurso a entidades externas para a dinamização das atividades, sendo objetivo dar continuidade ao desenvolvimento dos projetos e programas de continuidade, mantendo o número médio de participantes envolvidos, através do recurso a novas parcerias, dinâmicas e ações de voluntariado.



## Compras verdes

Até à data a autarquia ainda não implementou uma política com critérios de sustentabilidade; pontualmente, são realizadas aquisições com a definição de critérios ambientais, no entanto não há sistematização de procedimentos a este nível.

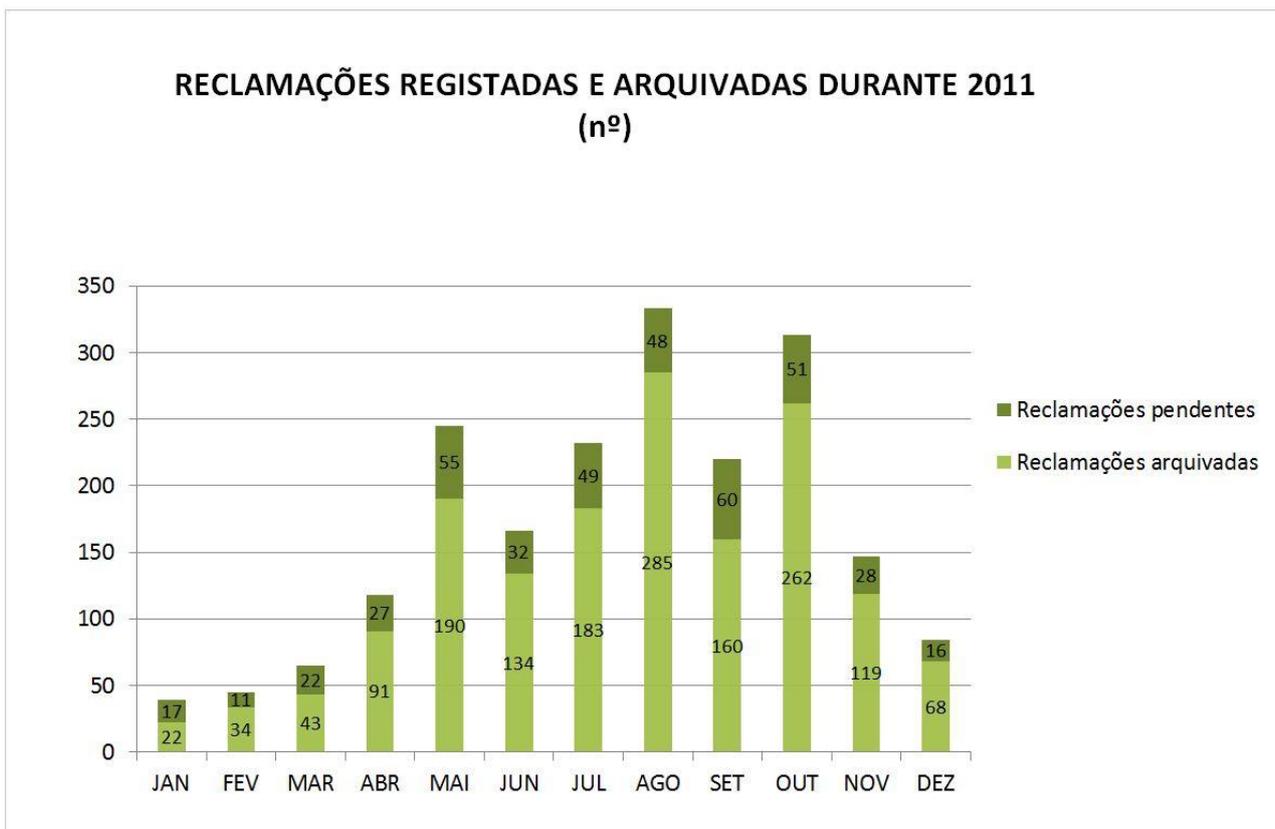


## Serviços de atendimento municipal

O Município de Oeiras dispõe de vários canais de entrada de reclamações, através dos quais durante o ano 2011 foi rececionado um total de 2007 reclamações, estando atualmente 1591 reclamações arquivadas:

- Livros de Reclamações dispersos pelas várias Unidades Orgânicas do Município, que possuem locais/espacos de atendimento ao público;
- E-mail geral do Município – [municipio.oeiras@cm-oeiras.pt](mailto:municipio.oeiras@cm-oeiras.pt);

- Portal A Minha Rua;
- Requerimento Geral disponibilizado pelos diversos serviços de atendimento;
- Formulário Sugestão/Opinião disponibilizado em algumas receções;
- Atendimento Telefónico Call Center Ambiente;
- Formulário Sugestões e Reclamações disponível no Site Institucional;
- Rede Social Facebook;
- Expediente geral – Carta;
- SMS/MMS.



Apesar do canal "Geral" e o Call Center do Ambiente serem por excelência os meios de receção de maior número de reclamações, ainda não existe um meio eficaz de registo e controlo das reclamações apresentadas, pelo que estas são registadas e encaminhadas diariamente.

De realçar ainda que no ano 2011, 80% das reclamações se encontram arquivadas, embora em apenas 50% tenha sido respeitado o prazo de 15 dias de resposta ao Município.





## 11\_Inovação

O Concelho de Oeiras acolhe diversas instituições ligadas à investigação científica e, mais recentemente, ao Ensino Superior, tendo o Plano Diretor Municipal aprovado em 1994 assumido uma estratégia de desenvolvimento assente na atração de atividades do terciário superior – onde as atividades de inovação assumem também grande importância.

O retrato atual do concelho revela uma presença significativa de atividades de Investigação e Desenvolvimento, associadas não só às instituições de ensino superior como a entidades não lucrativas e às empresas presentes no Concelho.



### Número de Instituições com Atividades de I&D no Concelho de Oeiras, por setor de execução

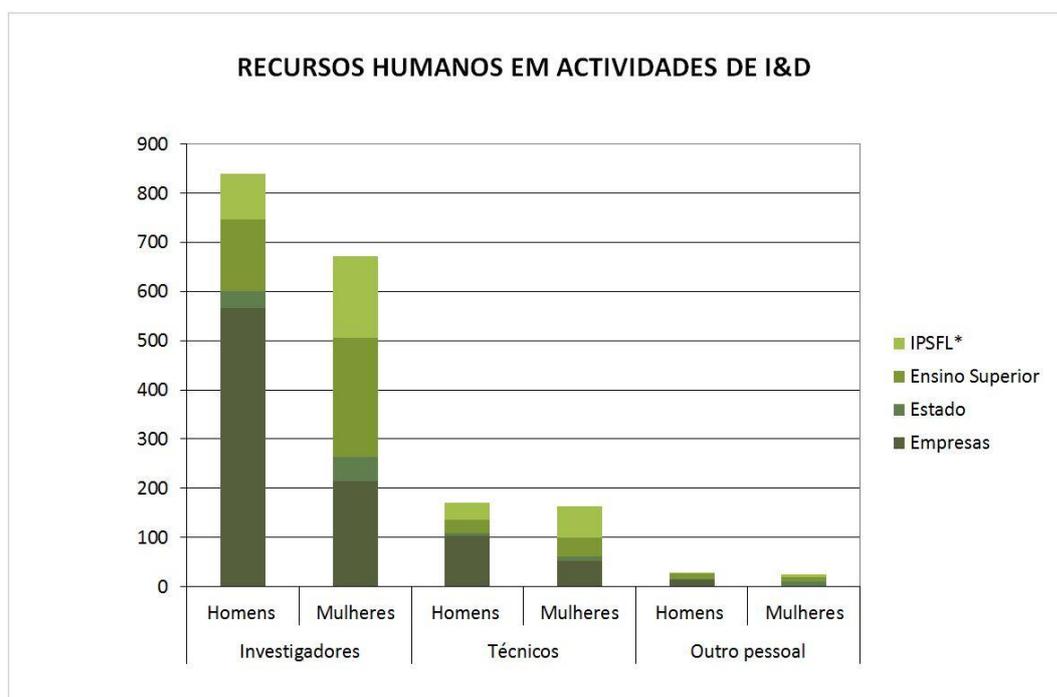
Em 2009, um total de 106 instituições do Concelho de Oeiras registavam atividades de Investigação e Desenvolvimento, sendo que destas, cerca de 80% correspondiam a instituições privadas sem fins lucrativos.





## Recursos Humanos em Atividades de I&D

A distribuição dos recursos humanos afetos a atividades de I&D nas instituições do Concelho de Oeiras evidencia a grande proporção de investigadores, o que se reflete noutros indicadores relativos à qualificação da mão de obra concelhia.



\* Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

É interessante verificar que as áreas científicas de investigação desenvolvidas no Concelho são muito diversificadas, potenciando o desenvolvimento de áreas de saber – e respetivas áreas de desenvolvimento económico – com grande flexibilidade e capacidade de adaptação aos desafios das rápidas e globais mudanças.





## Despesa em I&D no Concelho de Oeiras e na Grande Lisboa, por setor de execução

A despesa em I&D no Concelho de Oeiras, no ano de 2009, representou 9,3% da despesa total na área da Grande Lisboa (11% no caso das empresas e das instituições sem fins lucrativos).

Setor	Despesa média por entidade
Empresas	1 045 €
Estado	945 €
Ensino Superior	2 274 €
IPSFL <sup>2</sup>	3 374 €
Total	1 239 €



## Número de pedidos de patentes e de marcas com origem em requerentes do Concelho de Oeiras

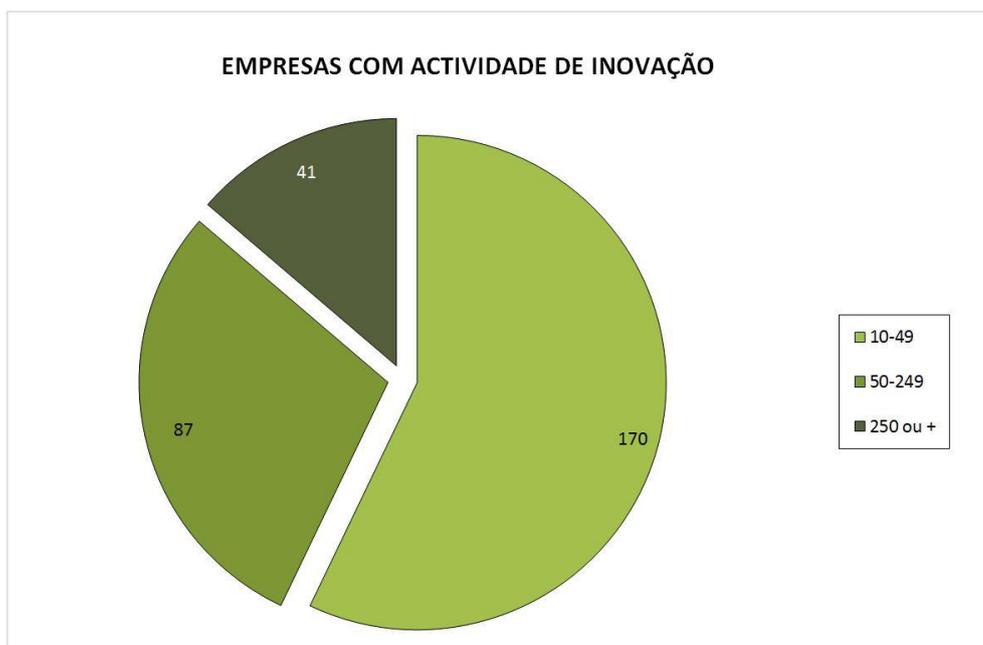
Um reflexo direto da importância das atividades criativas e de inovação é a realização de pedidos de registo de marcas e patentes, verificando-se que os dados mais recentes do Concelho de Oeiras não só evidenciam um ligeiro aumento como representam uma percentagem significativa do total de pedidos à escala nacional.

Número de pedidos	2009	2010	% nacional
Pedidos de patentes	12	14	5,76
Pedidos de marcas	547	511	2,92



## Empresas com Atividades de Inovação

Um total de 297 empresas do Concelho de Oeiras afirmaram ter introduzido, em 2009, inovação ao nível dos produtos, processos produtivos, organização e/ou marketing, sendo de realçar que a maioria dessas empresas são de pequena dimensão.



## Alunos por Computador

Como podemos verificar no quadro abaixo, entre os anos de 2009 e 2010, a média de alunos por computador nas escolas do ensino básico e secundário do Concelho, desceu de 2,3 para 2 alunos. Podemos, ainda, aferir que este rácio é mais baixo no 1.º ciclo do Ensino básico e mais alto no ensino secundário.

Nível de Ensino / Ano	2009	2010
1.º Ciclo do Ensino Básico	1.1	1.0
2.º Ciclo do Ensino Básico	4.8	3.9
3.º Ciclo do Ensino Básico	4.9	3.8
Ensino Secundário	5.1	4.1
Total do Concelho	2.3	2.0





## 12\_Mobilidade e Transportes

A forte expansão urbanística, os fluxos migratórios do interior para o litoral, bem como o aumento da taxa de motorização a que temos assistido nos últimos anos, tem vindo a agravar os problemas da mobilidade dos municípios e das áreas metropolitanas, gerando impactes negativos na qualidade de vida de todos quantos residem, trabalham ou visitam determinado território.

Quer à escala municipal quer à escala regional, os movimentos pendulares casa-trabalho e casa-escola originam milhares de viagens por dia, contribuindo para o congestionamento das redes viárias, passando as fronteiras geográficas municipais a ser bastante ténues quando se pretende uma abordagem integrada desta temática.

Por outro lado, a articulação funcional entre os vários sistemas de transporte público, como os rodoferroviários, os fluviais e os subterrâneos (Metro) e de superfície, não correspondem, ainda, às necessidades efetivas dos utentes quer em termos de rapidez no transporte, quer em termos de repartição modal.

Esta ineficácia dos sistemas de transporte público contribuiu para um aumento exponencial do recurso ao transporte individual, com todas as consequências ambientais e económicas.

No âmbito desta temática, o Município de Oeiras, devido à sua localização geográfica de atravessamento, tem apostado, fundamentalmente, nas seguintes ações:

- A criação do Combus – um transporte alternativo que procura desincentivar o uso do automóvel em pequenas deslocações;
- O projeto da 2.ª fase do SATU;
- O desenvolvimento de novos parques de estacionamento.



### Viagens internas a Oeiras

Tipo de deslocação	%	Valores Absolutos
Casa - Trabalho	27	127.036
Casa - Escola	5	22.945
Regresso a casa	41	198.186

As viagens com origem e destino no Concelho devem-se, essencialmente, aos movimentos pendulares (trabalho e escola), sendo que o “regresso a casa” adquire um peso bastante significativo, 41%, coincidindo com a finalização das atividades diárias.

Verifica-se que 32% das viagens realizadas com origem e destino em Oeiras correspondem a deslocações para o trabalho ou para a escola, concentrando-se estas entre as 07h00 e as 10h00.



## Proximidade aos transportes coletivos

Escalão de distância ao TC	%	Abs.
200 metros	68	110.600
400 metros	96	155.900

De acordo com o Estudo de Mobilidade e Acessibilidade do Concelho de Oeiras, a cobertura espacial da oferta em Transporte Coletivo (TC) rodoviário é bastante abrangente, sendo que a maior parte da área urbana está a menos de 400 metros (em linha reta) de uma paragem de transporte coletivo. Esta análise considera apenas a existência de uma paragem, não tendo em conta o total de ligações proporcionadas, a sua frequência ou o seu período de funcionamento.

Pela análise da tabela verifica-se que 68% da população residente se encontra a uma distância de 200 metros de uma paragem de TC, e praticamente a totalidade da população, 96%, reside a menos de 400 metros.

A exceção a esta regra ocorre em algumas zonas do Tagus Park (freguesia de Porto Salvo), de Queluz de Baixo (freguesia de Barcarena) e Linda-a-Pastora (freguesia de Queijas).



## Repartição modal e modos de transporte utilizados

O transporte individual é o modo de transporte mais frequentemente utilizado nas deslocações que são realizadas em Oeiras, com 65% do total de viagens realizadas, sendo claramente o modo de transporte dominante quando se considera as viagens inter-concelhias, representando 86% do total de viagens realizadas.

Viagens com extremo em Oeiras	Total		Residentes		Não Residentes	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Viagens em Oeiras	478.400	100%	300.100	100%	178.300	100%
Viagens em TI	313.100	65%	160.500	53%	152.600	86%
Viagens em TP	107.600	22%	83.200	28%	24.400	14%
Viagens a pé	53.800	11%	53800	18%	0	0%
Viagens em outros modos	3.900	1%	2.600	1%	1.300	1%

Em todo o concelho o transporte individual é o modo de transporte dominante (a quota do TI é sempre superior a 42%), verificando-se frequentemente que esta elevada utilização do TI está associada a uma reduzida percentagem de viagens realizadas a pé, apenas 11% do total de viagens realizadas. Esta situação ocorre sobretudo em:

- Zonas de emprego concentrado, em que a reduzida diversidade funcional fomenta a utilização generalizada do transporte individual;
- Zonas mono-residenciais ou isoladas do restante tecido urbano.

Do total de viagens realizadas em Oeiras, verifica-se que apenas 22% correspondem a viagens em transportes públicos, um valor com reduzida expressão tendo em conta o contexto de sustentabilidade.

Em termos geográficos, as zonas em que a percentagem das viagens a pé é expressiva são aquelas em que se verifica maior diversidade de usos e nas quais a ocupação urbana já está mais consolidada.

Por outro lado, zonas com maiores densidades de viagens em transporte público ocorrem sobretudo nas envolventes das interfaces de transporte, e também no corredor de Algés – Miraflores, o qual beneficia de uma melhor oferta destes transportes.



## Rede de vias cicláveis

Em Oeiras, a extensão de vias cicláveis dedicadas é de 7,62 Km, sendo que se encontra, essencialmente, na zona de Nova Oeiras (3044 metros) e no Passeio Marítimo entre Oeiras e Paço de Arcos (3850 metros), neste caso é uma via pedonal com acesso restrito de horário a bicicletas.

No Plano de Ação Energia Sustentável para Oeiras (PAESO) está definida uma ação que contempla a concretização de, pelo menos 20km, de rede ciclável no concelho, com prioridade às ligações entre as principais zonas de lazer, equipamentos desportivos, zonas residenciais e zona ribeirinha, até 2020. No âmbito deste plano, encontra-se já elaborado o plano de execução para a construção de uma via ciclável partilhada no Passeio Marítimo, no troço entre Caxias e a Cruz Quebrada, a que corresponde 1850 metros.



## Sinistralidade rodoviária

Pela análise dos dados abaixo, verificamos que, em Oeiras, os tipos de acidentes mais representativos de provocarem vítimas são os atropelamentos, as colisões e os despistes, sendo que os segundos causam mais vítimas, quer sejam vítimas mortais, quer sejam feridos.

Tipo de acidente	Vítimas mortais	Feridos graves	Feridos ligeiros
Atropelamento	1	4	114
Colisão	2	4	334
Despiste	1	8	134
Total	4	16	582

	Concelho Oeiras	Distrito Lisboa	%
Vítimas mortais	4	93	4,30
Feridos graves	16	401	3,99
Feridos ligeiros	582	8029	7,25

Comparativamente com as estatísticas referentes à sinistralidade ocorrida no Distrito de Lisboa, conclui-se que o Concelho de Oeiras tem um peso relativamente baixo: representa 4,3% das vítimas mortais de todo o distrito, cerca de 4% dos feridos graves e 7,25% dos feridos ligeiros.

De acordo com o Relatório de Sinistralidade do Governo Civil de Lisboa (Distrito de Lisboa – Biénio 2009/2010), os pontos mais sensíveis em termos de sinistralidade rodoviária no concelho de Oeiras são: a Estrada de Queluz (freguesia de Carnaxide), a Avenida Marginal (Paço de Arcos, Cruz-Quebrada e Caxias) e a A5 (ao km 8 a 10).



## Transporte Coletivo movido a energia elétrica

No Concelho de Oeiras existe uma extensão de 11,3 Km de linhas dedicadas a transportes coletivos movidos a energia elétrica, distribuindo-se entre linha ferroviária, SATU e linha de elétrico.

Tipo de Transporte	Extensão (Km)
Rede ferroviária	9,4
SATU	1,2
Elétrico	0,7
Total	11,3

No Plano de Ação Energia Sustentável para Oeiras (PAESO) estão definidas duas ações que, a serem concretizadas, contribuirão para a dinamização deste meio de transporte, gerador de muito menos impacto em termos de emissões de GEE e consumo de combustível:

1. Promover a extensão do SATU Oeiras até ao Concelho de Sintra, servindo os agregados empresariais e populacionais;
2. Expansão da linha do metropolitano de Lisboa até ao centro de Carnaxide.



## Taxa de Motorização

A taxa de motorização indica o número de veículos de uma região por cada 1000 habitantes, sendo que se pode associar ao grau de desenvolvimento dessa região.

A taxa de motorização dos residentes em Oeiras, estimada através dos resultados dos inquéritos de 2006/2007, é de 389,3 veículos/1000 hab., a qual aumenta para 417 veículos/ 1000 hab., se tivermos em consideração as contagens de procura de estacionamento noturno.

De acordo com a edição 38 da “Transportes em revista” de abril de 2006, a taxa de motorização na UE15 cresceu bastante desde 1991 até 2002, apresentando um aumento de 23,44% passando de 401 para 495 veículos/1000 hab. Neste período, Portugal excedeu claramente todas as expectativas com um crescimento de 174,88% da Taxa de Motorização: em 2002, este valor já era de 558 veículos/1000 hab.

A melhoria do nível de vida, o acesso rápido e fácil ao crédito, a estabilização dos preços dos automóveis, a melhoria das estruturas rodoviárias são alguns dos fatores que contribuíram para esta evolução

No entanto, há que ter em conta as externalidades que decorrem de uma elevada taxa de motorização. Esta realidade potencia uma utilização excessiva do transporte individual em detrimento do transporte público, aumentando, consequentemente, os impactos em termos ambientais, energéticos e de ocupação de espaço urbano.







## 13\_Natureza e Biodiversidade

O aumento da urbanização, a exploração dos recursos, a poluição, entre outros, causam grandes prejuízos em termos de biodiversidade. Deste modo, no âmbito da análise da sustentabilidade de um território, não podemos deixar de considerar indicadores que nos permitam mensurar aspetos relativos com a preservação e conservação da natureza e, conseqüentemente, da biodiversidade.

Ressalvamos, neste contexto, a dificuldade na obtenção de dados relativos à estrutura ecológica municipal, à capitação de espaços verdes, às áreas de solo de elevado valor ecológico e às áreas de infiltração máxima impermeabilizadas, relacionada com o facto do Município se encontrar neste momento a proceder à revisão do Plano Diretor Municipal.



### Solos de elevado valor ecológico com usos compatíveis com a sua conservação

Este indicador refere-se à área de solos de elevado valor ecológico identificados nos estudos de revisão do PDM e integrados na Estrutura Ecológica Municipal, sendo considerados usos compatíveis com a sua conservação o uso agrícola, florestal ou espaço verde.

A área do concelho com solos de elevado valor ecológico (área bruta) é de 2.092,10 ha, dos quais existem 1.225,29 ha que não estão ocupados por edificação ou pavimentação, correspondendo a um valor de 58,56% para o presente indicador.

Verifica-se uma tendência para a diminuição deste valor, uma vez que a dinâmica territorial aponta para um aumento (ainda que menos acelerado do que em anos anteriores) das áreas impermeabilizadas devido ao crescimento da urbanização.



### Árvores por habitante

Aumentar a massa verde do concelho é uma das ações previstas no projeto motor Mega Parque Verde, em concretização através do plano municipal de arborização, cuja meta definida é em 2017 igualar o nº de árvores ao nº de cidadãos do Concelho. Em 2011 estão contabilizadas cerca de 141.850 árvores em espaço público e privado, dando uma média de 0,82 árvores/habitante. Para atingir a meta definida deverão plantar-se até 2017 mais 35.000 árvores.







## 14\_Ordenamento do Território

A atual legislação nacional no domínio do ordenamento do território, com destaque para a respetiva Lei de Bases e para o Decreto-Lei n.º 380/99, integra algumas perspetivas de sustentabilidade, nomeadamente ao obrigar à identificação dos recursos e valores naturais, agrícolas e florestais nos planos territoriais e ao prever a definição das estruturas ecológicas municipais.

A ocupação e urbanização do território de Oeiras são reguladas pelo Plano Diretor Municipal (PDM), em vigor desde 1994 e presentemente em processo de revisão.

A concretização das orientações contidas no PDM relativamente ao desenvolvimento do território municipal tem sido levada a cabo pela criação e implementação de Planos de Urbanização e Planos de Pormenor (enquadrando intervenções da própria autarquia ou sob sua dinamização) e pela iniciativa privada, materializada na aprovação de alvarás de loteamento.

Em 1994, o Plano Diretor Municipal afetou 35.8 % (561.9 ha) do seu território para espaços urbanos, 22.6% (983.5 ha) para espaços urbanizáveis e 16.1% (700.8ha) para programas estratégicos (unidades operativas de planeamento e gestão) (FONTE: GDM/CMO, 2006).

De 1994 a 2004 foram emitidos alvarás para 157 loteamentos, a uma média de 14 por ano.

Note-se que a Direção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) tem inscrito no seu Plano de Atividades de 2010 o projeto "Sistema nacional de indicadores e dados-base sobre o ordenamento do território e desenvolvimento urbano".



### Área de Elevado Valor Ecológico

Pretende-se com este indicador a quantificação da área de Reserva Ecológica Nacional (REN) potencial ocupada com usos compatíveis. As áreas da REN potencial, no âmbito do regime jurídico da REN, Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, são aquelas que correspondem a recursos naturais de elevado valor ou vulnerabilidade: áreas de proteção do litoral, áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre e áreas de prevenção de riscos naturais.

Às áreas potencialmente abrangidas pelos critérios da REN excluem-se todas as áreas com edificações ou pavimentações, ou como tal comprometidas, sendo aplicado o regime jurídico de proteção da REN a todas as áreas restantes.

O valor deste indicador pretende fornecer informação sobre a garantia das áreas indispensáveis à estabilidade ecológica do meio e à utilização racional dos recursos naturais.



Verifica-se que a área do Concelho classificada como REN, no âmbito do PDM de 1994 (342,87 ha), corresponde a 12% do território total (2.844,90 ha).

No âmbito da revisão do PDM, em curso, está a ser elaborada a nova carta REN para o concelho de Oeiras. Pelo facto de ainda não estar concluída a Carta REN (GDM) os dados correspondentes a 2012 encontram-se pendentes. Deste modo, não é possível nesta fase verificar a evolução da área REN do Concelho nos últimos 17 anos.

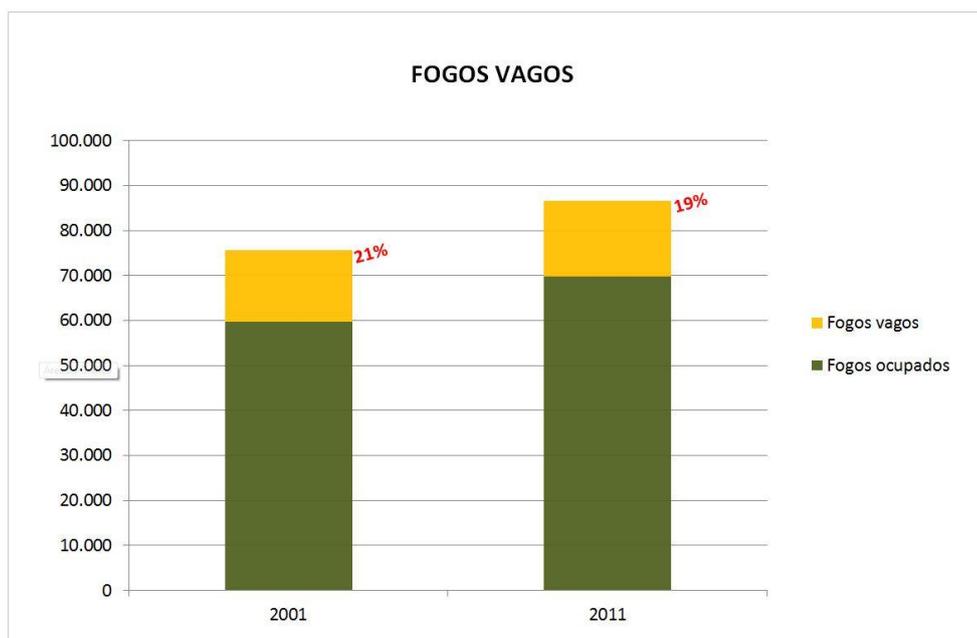


## Fogos Vagos

O valor deste índice resulta da quantificação dos fogos vagos existentes em relação ao total de fogos no Concelho.

O valor dos fogos vagos foi obtido subtraindo o n.º de famílias ao n.º de alojamentos para Oeiras (CENSOS 2011).

Os Censos da População e Habitação permitem identificar os fogos vagos à subsecção estatística (BGRI), eventualmente discriminando algumas das situações possíveis (para venda; para arrendamento; uso sazonal ou residência secundária; outras situações), embora esta discriminação tenha associado o erro devido à dificuldade em os recenseadores obterem esta informação de modo fidedigno.



Da análise dos dados decorrentes da comparação dos Censos de 2001 e 2011, verifica-se em 2011 um aumento do número de fogos vagos no Concelho (+ 851 fogos) mas por outro lado um decréscimo em relação ao número total de fogos do concelho (-1%). Enquanto que o número total de fogos do Concelho teve um aumento de 10.861, no número de fogos vagos verifica-se um acréscimo de 805 fogos, o que resulta de uma ligeira redução percentual, em 10 anos, do valor deste indicador.



## Habitação de Promoção Municipal

A criação do indicador em análise teve como base a quantificação dos fogos de promoção municipal concluídos em cada ano, por tipo (Habitação para munícipes carenciados/ transição; habitação para jovens; Habitação integrada para idosos e isolados; alojamentos para cidadãos com necessidades especiais (cidadãos portadores de deficiência)<sup>7</sup>.

Neste âmbito, destaca-se o Plano Estratégico Habitacional de Oeiras (PEHO) 2006-2015 que constitui uma política de habitação destinada a um largo espectro de destinatários, especialmente aos mais carenciados, pretende promover o equilíbrio e integração social, e destina-se igualmente a melhorar a qualidade de vida através da correção de assimetrias de desenvolvimento, carências de espaços públicos, equipamentos educativos e culturais, apoio às comunidades mais idosas e rejuvenescimento de áreas críticas, nomeadamente os núcleos históricos. (Fonte: PEHO)

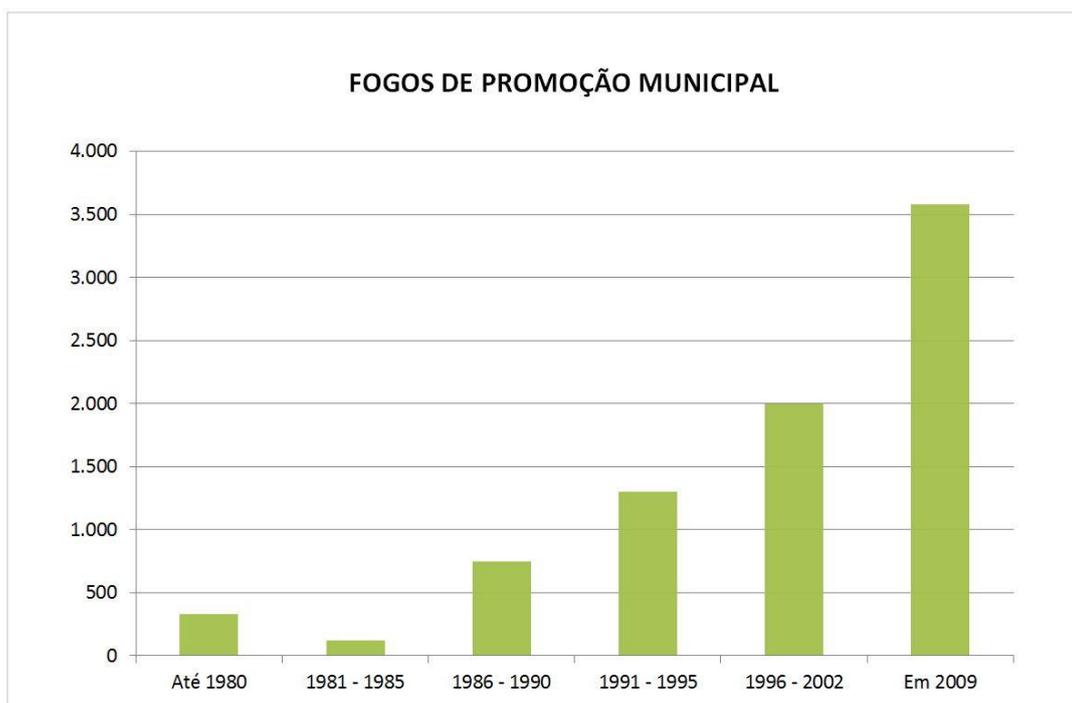
<sup>7</sup> Note-se que presentemente não existem dados disponíveis por tipo de fogo municipal. Assim, numa primeira fase para possibilitar uma consistente comparação de dados optou-se por quantificar o n.º de fogos de promoção municipal existentes em cada ano. Deverão ser previstos mecanismos para que esta contabilização seja efetuada a partir de 2012.

Freguesia	Alojamentos total		Alojamentos de habitação social		Contratos de desenvolvimento de habitação	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Paço de Arcos	694	14,7	538	19,8	156	7,8
Linda-a-Velha	98	2,1	98	3,6	0	0,0
Oeiras	478	10,1	355	13,1	123	6,1
Caxias	512	10,9	400	14,7	112	5,6
Carnaxide	1.897	40,2	996	36,7	901	45,0
Barcarena	160	3,4	160	5,9	0	0,0
Porto Salvo	878	18,6	166	6,1	712	35,5
<b>Total</b>	<b>4.717</b>	<b>100,0</b>	<b>2.713</b>	<b>57,5</b>	<b>2.004</b>	<b>42,5</b>

#### OBJECTIVOS QUANTIFICÁVEIS A 10 ANOS – 2006/2015 (número de fogos)

Políticas	N.º Fogos
Requalificação de bairros de 1ª geração	-
Habitação para munícipes carenciados / transição	<b>600</b>
Promoção de habitação para jovens	<b>1.200</b>
Habitação integrada para idosos e isolados	<b>600</b>
Requalificação de zonas de habitação privada	-
Residências para universitários e profissionais	<b>*250</b>
Necessidades especiais (cidadãos portadores de deficiência)	<b>300</b>
Programas de eficiência energética (Novos fogos e intervenção em antigos)	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.700</b>

\* Nota: Promoção por privados



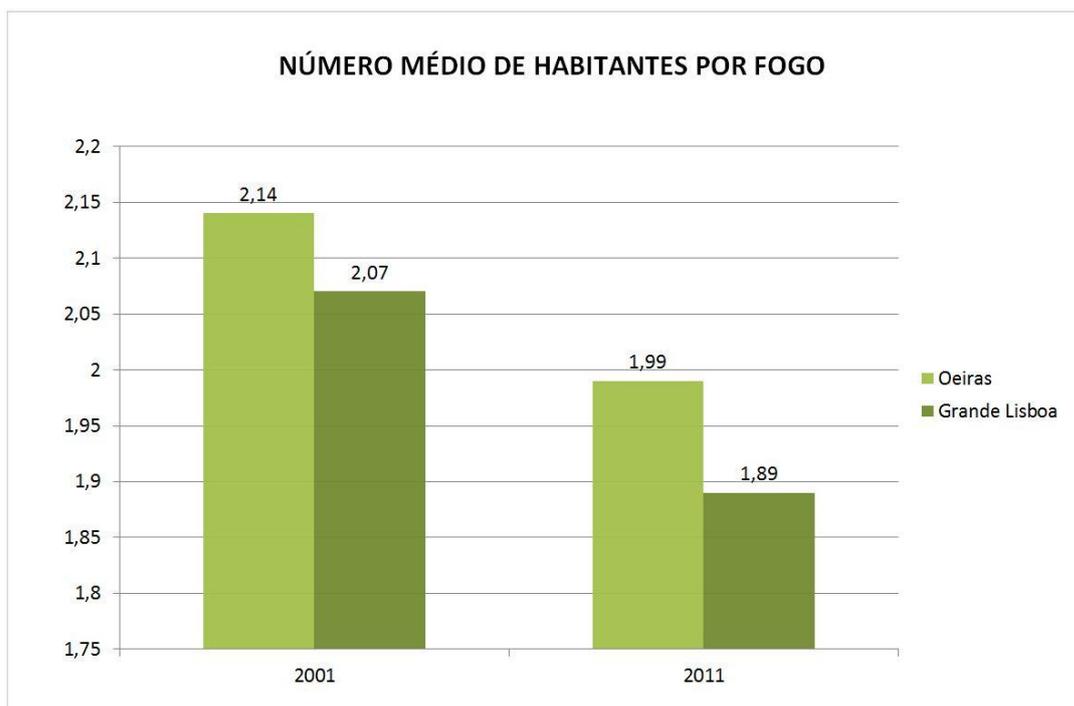
Analisando o período decorrido nos últimos 20 anos nota-se um considerável crescimento da construção de fogos de promoção social (mais de 2.800 fogos), totalizando em 2009 (últimos dados disponíveis INE) a existência de 3.577 fogos municipais em todo o Município.

Refira-se como nota a importância crescente da reabilitação nesta área. Neste contexto, note-se que segundo dados do INE (2010) 73 fogos (2%), do total de 3.577, foram objeto de obras de reabilitação no ano de 2009.



### **N.º Médio de Habitantes por Fogo**

Este indicador avalia, em média, o conforto dos residentes no concelho, ao dar uma noção da ocupação média do "habitat".



Da análise dos dados decorrentes da comparação dos Censos de 2001 e 2011, verifica-se em 2011 um decréscimo do n.º médio de habitantes por fogo no Concelho.

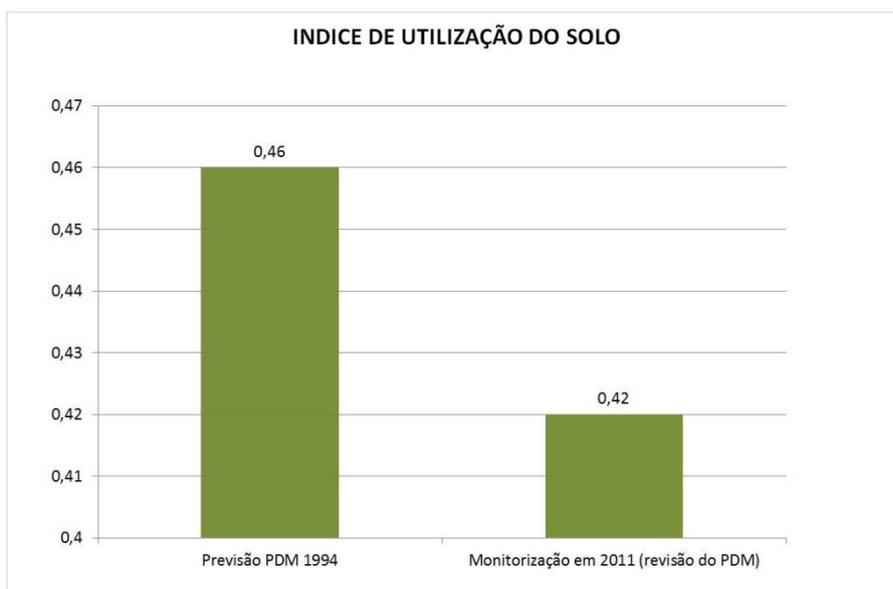
Face a 2001, no número total de fogos do Concelho verifica-se um aumento de 10.445 fogos, enquanto no número de população residente verifica-se um acréscimo de 9.992 habitantes, o que resulta de uma ligeira redução percentual, em 10 anos, do valor deste indicador.

Verifica-se que, de um modo geral, no Município Oeiras e na área da Grande Lisboa se tem verificado desde 2001 uma diminuição efetiva da densidade média de ocupação dos fogos. É de salientar que, apesar das quebras registadas, o n.º de habitantes por fogo no concelho de Oeiras sempre foi superior à AML.



## Índice de Utilização do Solo

Este índice permite avaliar a dinâmica da construção no concelho, pois aplicado ao concelho exprime a "intensidade" da ocupação do território por construção (para os diferentes usos).



Verifica-se um decréscimo face ao previsto pelo PDM de Oeiras em 1994 (0,46).

Constata-se que os dois únicos aglomerados urbanos a apresentar um crescimento correspondem a Cruz-Quebrada/Dafundo e Algés/Miraflores, todos os restantes ficaram aquém das previsões do PDM de 1994.

Os dados avaliados correspondem à definição de IUB (Índice de Utilização Bruto Máximo) constante em PDM: quociente entre a superfície máxima de construção acima do solo, possível no aglomerado e o somatório do espaço urbano e urbanizável.

O qual não inclui as áreas de equipamentos, e todas as áreas de construção existentes fora dos espaços urbanos e urbanizáveis.

*Nota:* Deverão ser previstos mecanismos, através do GSIG, para que esta contabilização seja efetuada segundo definição constante no DR 9/2009, de 29 de maio.



## Operações urbanísticas com processo de certificação

Quantificação das operações urbanísticas submetidas a processo de certificação municipal de acordo com o Projeto /Ação Oeiras 21+ (Urbanismo sustentável – Boas Práticas em Planeamento Urbano. Certificação Municipal de Operações Urbanísticas) ou alvo de sistemas de certificação reconhecidos (LIDER-A, LEED, BREEAM, etc.).

O processo de certificação municipal não foi implementado até à presente data, não tendo nenhuma operação urbanística sido submetida a processo de certificação.

Verifica-se que no concelho de Oeiras não existe nenhuma construção/operação urbanística submetida a qualquer certificação na área da sustentabilidade, para além das exigidas legalmente.







## 15\_População

Para caracterizar a população em geral existem, para consulta de todos os municípios e entidades interessadas, dados estatísticos oficiais de qualidade produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) que retratam o seu estado de arte do país. Esta informação alfanumérica relevante encontra-se sob a forma de diferentes indicadores, taxas ou índices que caracterizam e espelham a realidade do território português para uma ou mais áreas geográficas previamente definidas.

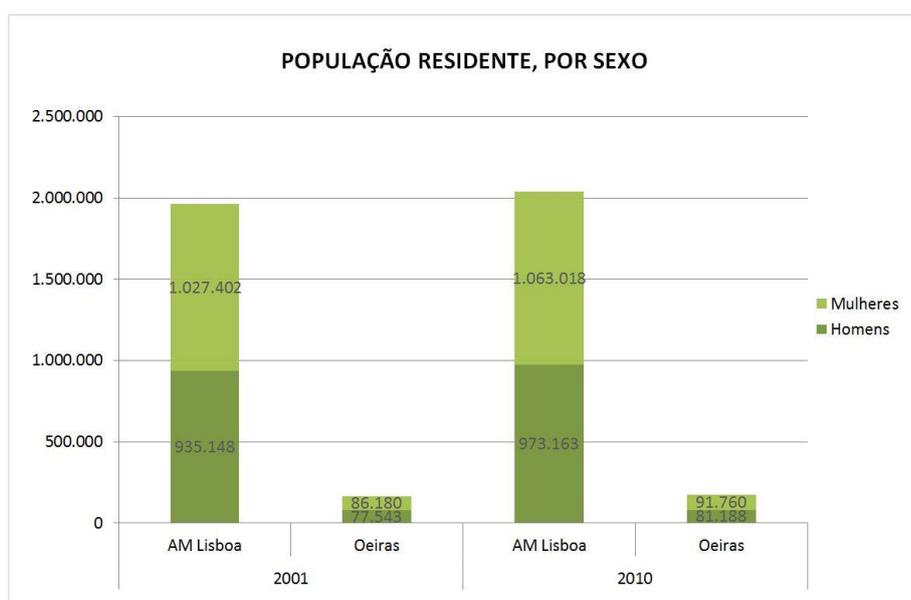
Portugal apresenta, de acordo com os dados preliminares obtidos dos censos de 2011, um aumento populacional de 1.9%, passando de 10.356.117 em 2001 para 10.555.853 indivíduos residentes em 2011. Consta-se que, segundo o INE, nos 2 últimos censos que ocorreram de forma consecutiva se registou um crescimento populacional, embora seja de esperar que algumas alterações estruturais (etárias, sociais, entre outras) se tenham verificado.

Para caracterizar e espelhar o grau de desenvolvimento sustentável em Oeiras é indispensável a utilização de dados populacionais e, de todos os que existem, foram considerados os seguintes no âmbito do SIDSO.

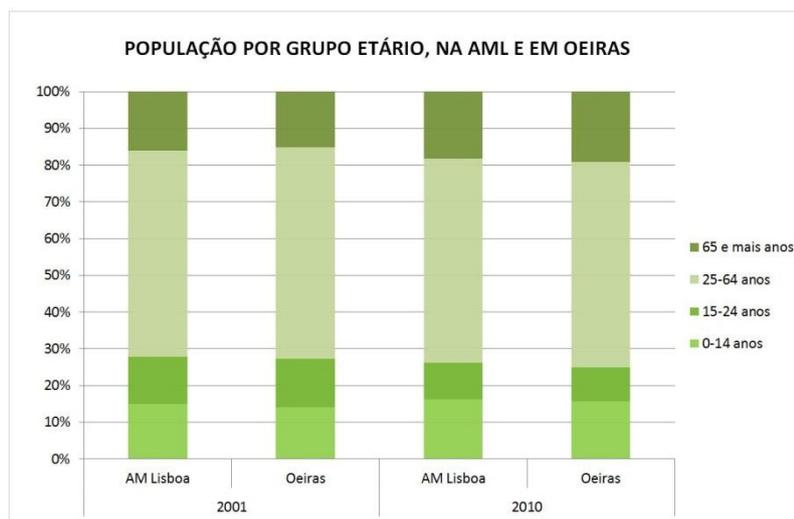


### População residente, por sexo e grupo etário

Segundo os dados disponíveis, Oeiras tem em 2001 uma população residente total de 162.128 e a Área Metropolitana de Lisboa (AML) totaliza um valor de 1.947.261, ao passo que, em 2010, Oeiras se encontrava com 172.948 habitantes e a AML com 2.036.181 habitantes.

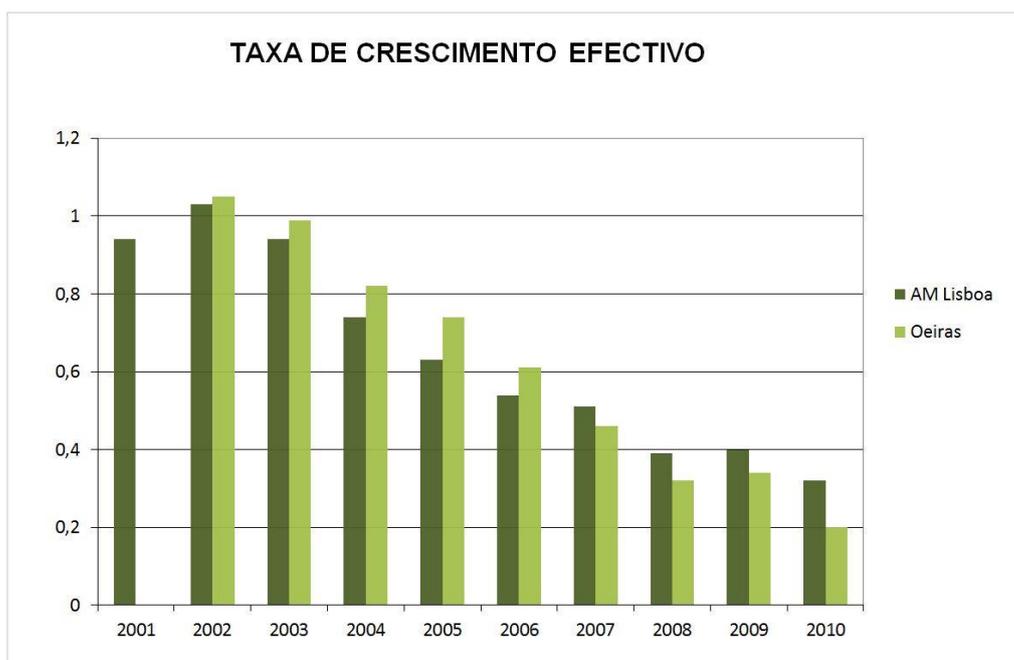


Fazendo uma análise geral para a AML e para Oeiras segundo a população residente por local de residência, sexo e grupos etários, constata-se que se encontra um maior peso do nº total de residentes no escalão dos 25 aos 64 anos e com um menor peso o escalão dos 15 aos 24 anos.



## Taxa de Crescimento Efetivo

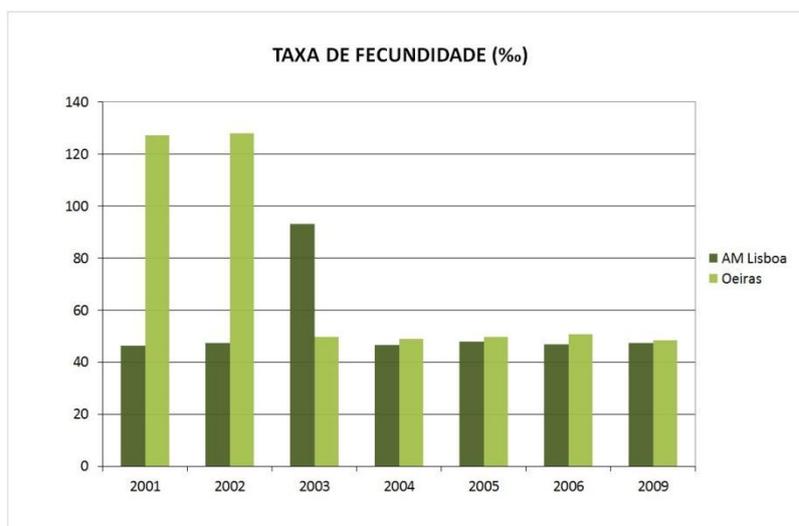
Verifica-se que, de um modo geral, Oeiras e a AML têm vindo a decrescer desde 2001 o seu crescimento efetivo. É de salientar que, apesar das quebras registadas, no ano de 2002 até ao ano de 2006 a taxa de crescimento efetivo no Concelho de Oeiras sempre foi superior à AML. A partir desse ano, essa tendência inverteu-se. No ano de 2010, a taxa de crescimento ronda os 0,20% para Oeiras e 0,30% para a AML.





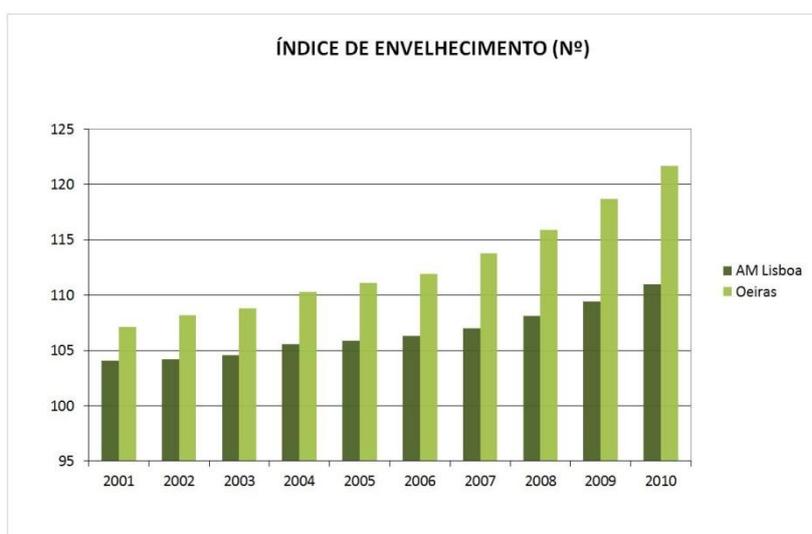
## Taxa de Fecundidade Geral

Oeiras encontra-se acima da média da AML ao nível da taxa de fecundidade, com exceção do ano de 2003. Salienta-se que, segundo os dados disponíveis pelo INE, nos dois primeiros anos a taxa de fecundidade é muito superior à da AML. Para Oeiras verificou-se de 2001 a 2004 um decréscimo da taxa de fecundidade que veio a subir ligeiramente nos anos seguintes e retornou a descer novamente em 2009 fixando-se nos 48,3%.



## Índice de Envelhecimento

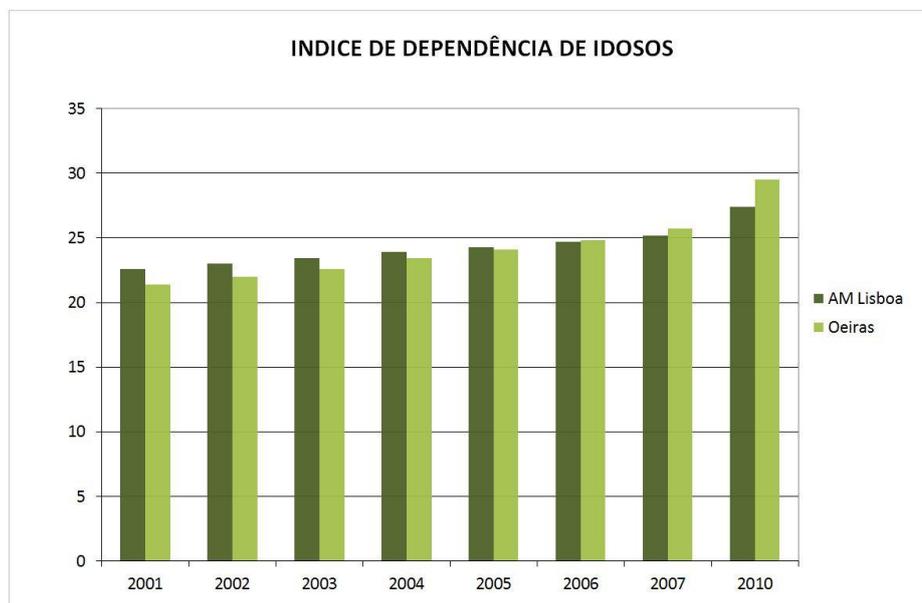
O concelho de Oeiras apresenta de 2001 a 2010 uma taxa de envelhecimento crescente e muito acentuada. Para todos os anos citados, Oeiras possui uma taxa de envelhecimento acima da média da AML. Este indicador revela que existe um desequilíbrio entre a população jovem e a população idosa, contudo, é positivo verificar que esta situação resulta de existirem melhores condições de vida e cuidados de saúde.





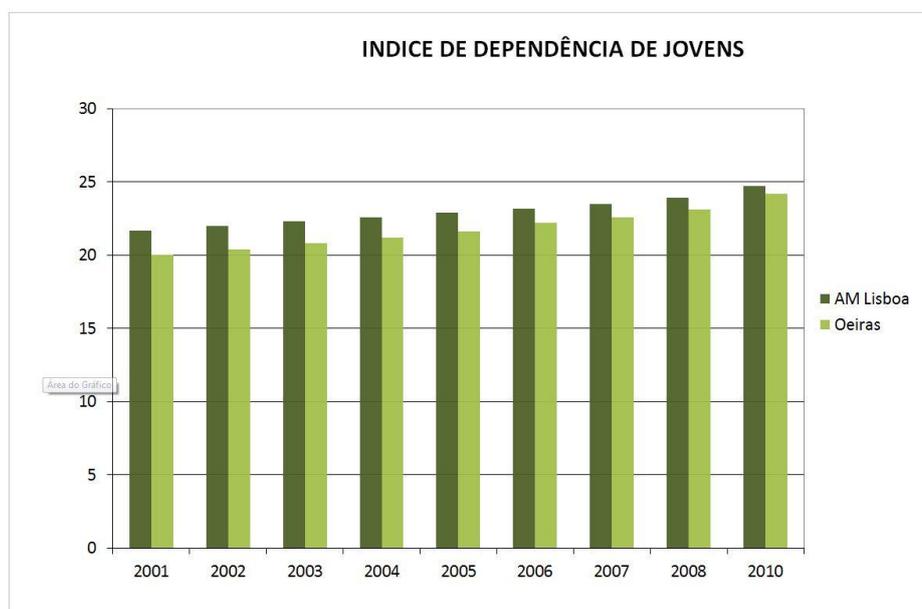
## Índice de Dependência dos Idosos

Ao nível do índice de dependência de idosos, o município de Oeiras apresenta sempre, para todos os anos indicados no gráfico, valores abaixo da média da AML embora em vários anos essa diferença seja mínima.



## Índice de Dependência dos Jovens

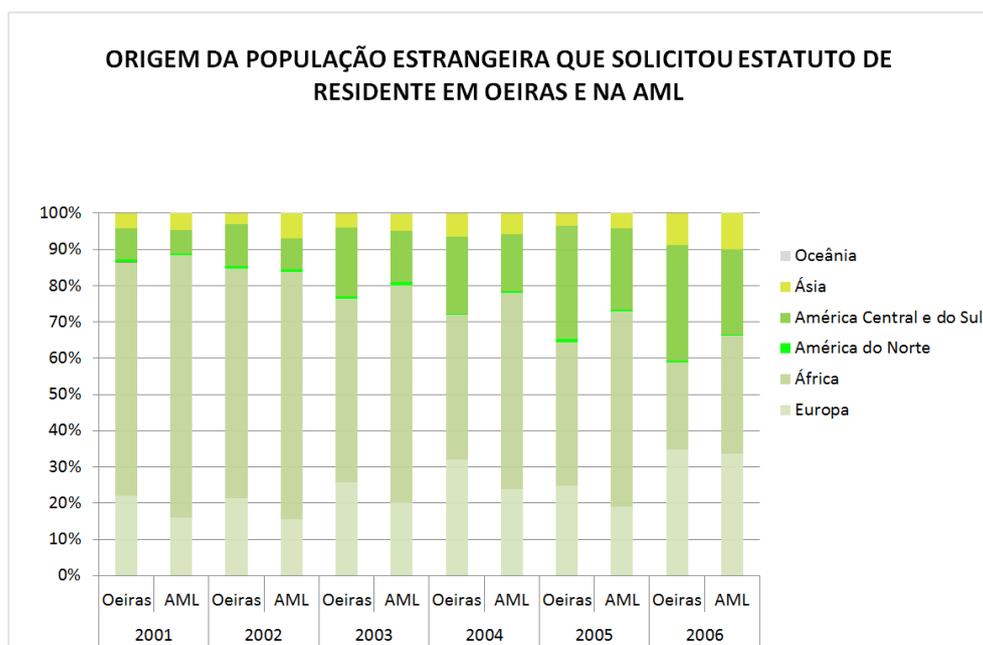
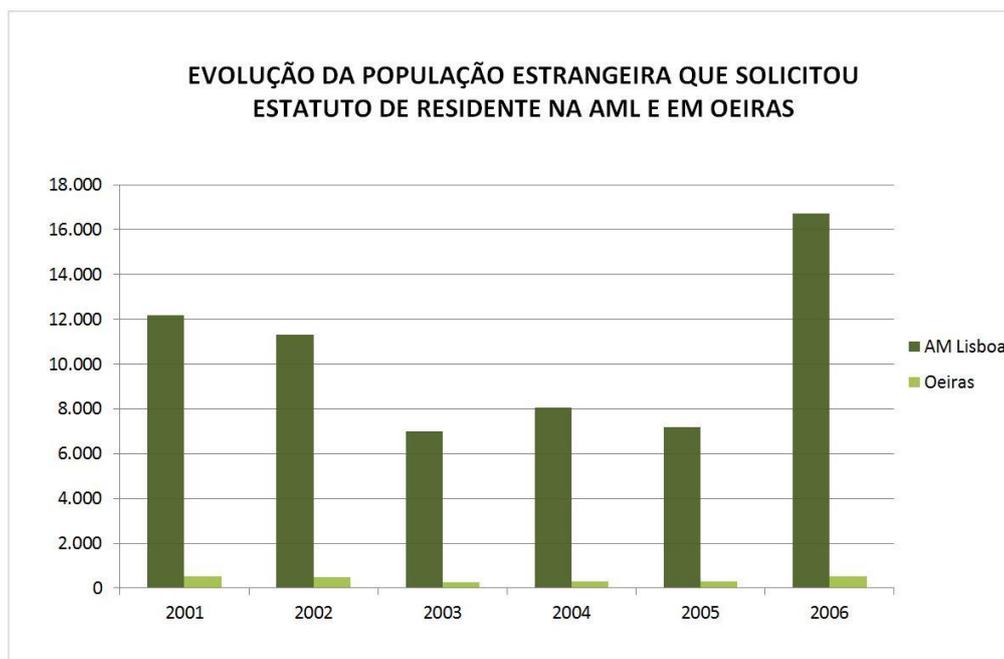
Relativamente à taxa de dependência de jovens, o concelho de Oeiras apresenta, para o período de 2001 a 2010, valores abaixo da média da AML. Conjuntamente com a AML, tem vindo a crescer de modo significativo essa dependência.





## População Estrangeira que solicitou estatuto de Residência

Segundo os dados disponíveis, para a AML, a população estrangeira de África teve um maior peso de pedidos de estatuto de residência em 2001, mas ao longo dos anos os pedidos dessa área geográfica vieram a sofrer um decréscimo. Em sentido contrário verificou-se que, desde 2001 até 2006, se registou um acréscimo da população oriunda da América Central e Sul. Para o caso de Oeiras o cenário é idêntico.









## 16\_Resíduos

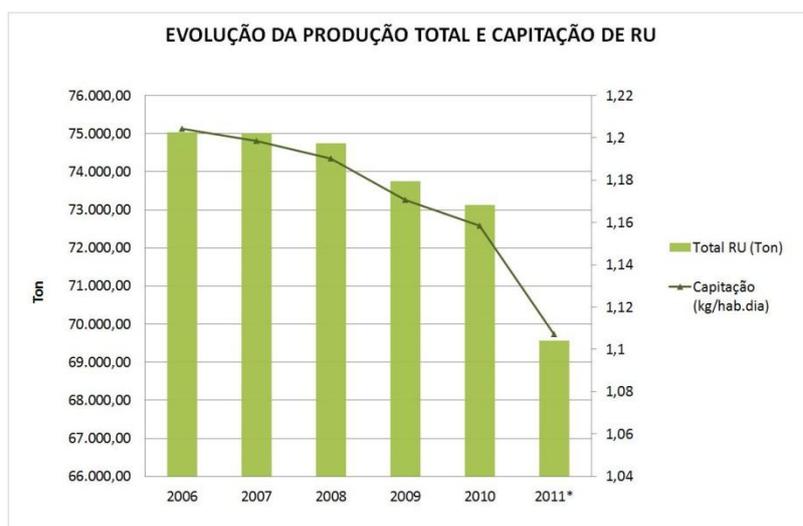
A gestão dos resíduos urbanos e equiparados é assegurada pelo Município de Oeiras, que procede à recolha e transporte dos resíduos indiferenciados e resíduos especiais (objetos volumosos fora de uso, resíduos de jardim, pilhas, óleos alimentares usados, resíduos de construção e demolição), bem como à recolha seletiva multimaterial de resíduos de papel/ cartão, embalagens de plástico e metal e embalagens de vidro.

Os resíduos urbanos produzidos no município são encaminhados para a TratoLixo, entidade gestora da associação intermunicipal (Cascais, Oeiras, Mafra e Sintra) para o tratamento dos resíduos, que procede à valorização (reciclagem, compostagem, valorização energética) dos mesmos.



### Produção de Resíduos Urbanos *per capita*

As quantidades de Resíduos Urbanos recolhidos no Município têm vindo a diminuir desde 2006, registando-se um decréscimo de 7,3% da produção entre 2006 e 2011.

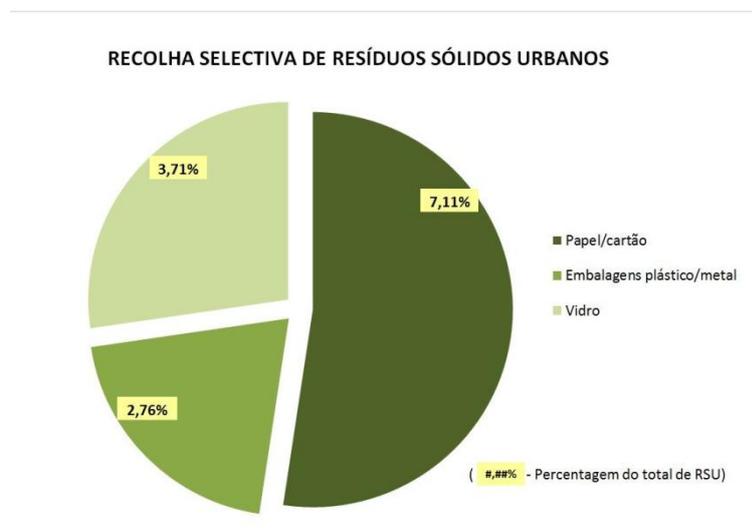


\*Dados Provisórios da população dos Censos 2011

Em 2011, a produção de resíduos urbanos *per capita* foi de 1,11 Kg/hab.dia, valor inferior à média nacional (1,40 Kg/hab.dia), o que indica que existe uma adequada política de gestão de resíduos, assim como sensibilização por parte da população para esta temática.

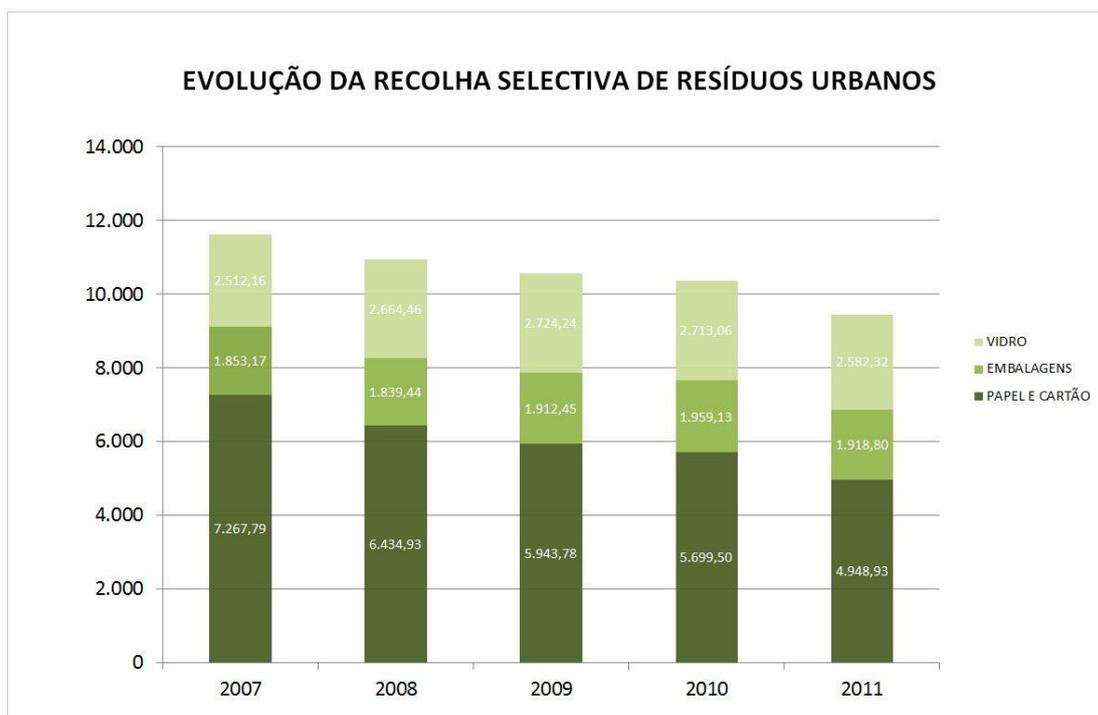


## Recolha Seletiva de Resíduos Sólidos Urbanos



No que diz respeito aos resíduos recolhidos seletivamente, em 2011, a quantidade de resíduos recolhidos foi de 9.450 toneladas. Para este valor contribuíram 2.582 toneladas de vidro, 1.919 toneladas de embalagens de plástico e metal e 4.949 toneladas de papel/ cartão.

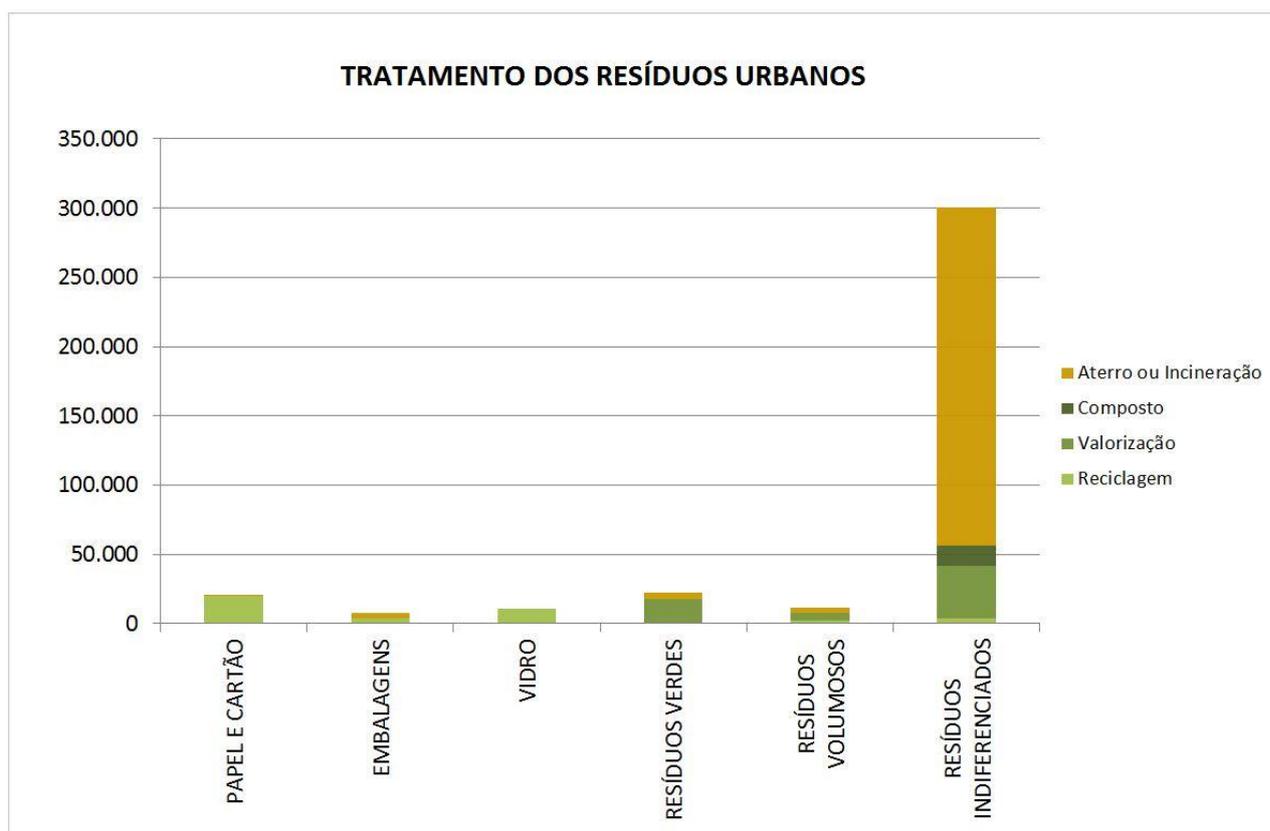
Em 2011 verificou-se um decréscimo de 0,6% da taxa de recolha seletiva, devendo-se deste modo intensificar a sensibilização e promoção ambiental para a correta separação dos resíduos. Apesar do decréscimo verificado, a produção de resíduos seletivos *per capita* foi de 55Kg/hab.ano, valor de capitação superior à meta de referência para a recolha seletiva ao nível nacional (50Kg/hab.ano).





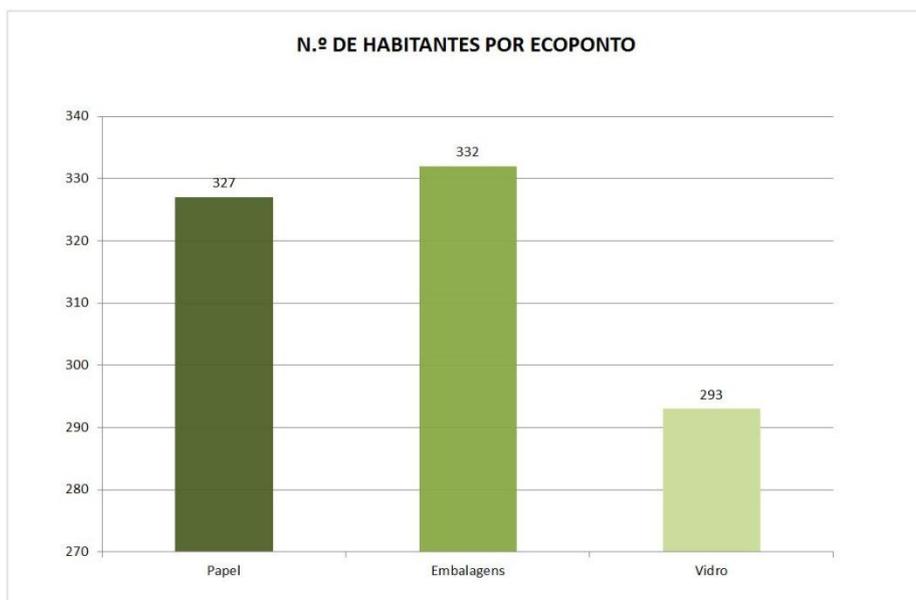
## Tratamento dos Resíduos Sólidos Urbanos

No que diz respeito ao tratamento dados aos resíduos depositados na TratoLixo, constata-se que 98% dos resíduos de papel/cartão e 51% dos resíduos de embalagens de plástico e metal são encaminhados para reciclagem, e o restante vai para aterro/incineração, 2% e 49% respetivamente. 17% dos resíduos indiferenciados são valorizados e transformados em composto e energia. No que diz respeito aos resíduos verdes e monstros, 76% e 64% respetivamente são valorizados e reciclados.



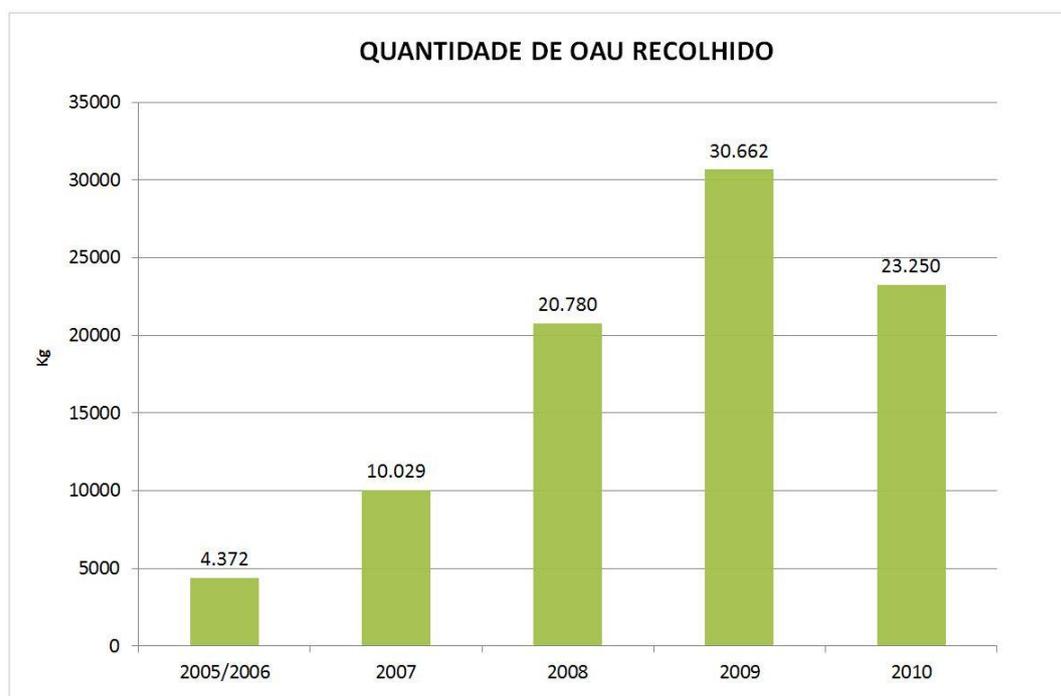
## Número de Habitantes por Ecoponto

Em 2011, o número de habitantes servidos por um conjunto completo de ecopontos (papelão, embalão e vidrão) é de 332 hab/ecoponto. Este valor é significativamente inferior ao valor de referência definido no PERSU II: 500 hab/ ecoponto.



## Recolha Seletiva de Óleos Alimentares Usados

Este fluxo de resíduos é recolhido em três setores distintos, como sejam o setor doméstico, o canal HORECA e as escolas. Note-se que no ano 2008 não existem dados para o setor doméstico, uma vez que os primeiros 30 oleões foram colocados na via pública em junho desse ano.



As quantidades de óleos alimentares usados (OAU) recolhidos têm vindo a aumentar desde 2005, ano em que foi implementado o Projeto Óleo Valor, até 2009, após o que decresceram em 2010 (recolheram-se menos 7412 ton).

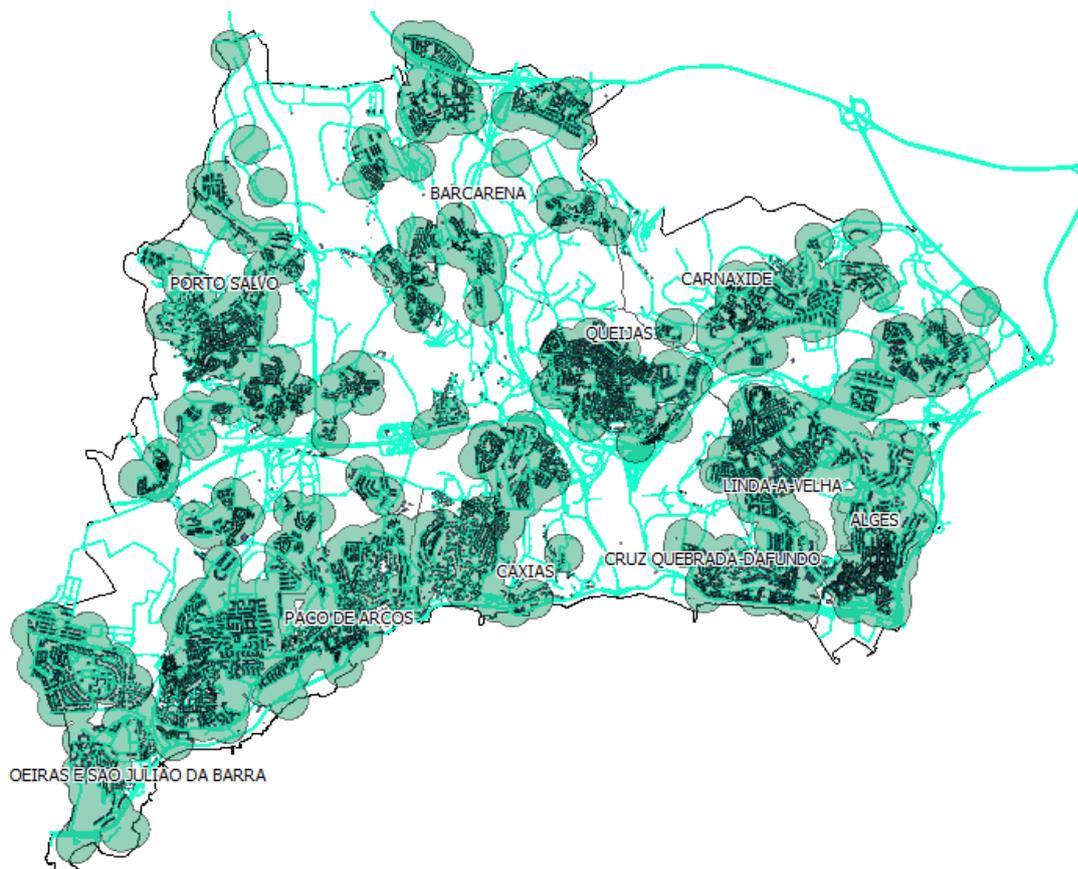
Este facto pode dever-se à estagnação do projeto em termos de realização de novas campanhas de sensibilização porta-a-porta no setor HORECA, o que se traduz numa menor adesão de potenciais produtores, e à desistência ou encerramento de estabelecimentos aderentes. O recurso a menos alimentos fritos por parte deste setor também pode ser um indício do decréscimo das quantidades recolhidas deste fluxo de resíduos, de 2009 para 2010. O fator concorrencial de diversos operadores de recolha neste setor, afetaram igualmente a evolução dos valores registados, bem como as constantes violações dos oleões colocados na via pública, em termos de desvio de quantidades já depositadas seletivamente.

Nota-se uma grande adesão e consolidação da deposição seletiva dos OAU no setor doméstico, sendo que esta consolidação contribuiu para o aumento das quantidades recolhidas em 2009.



### Acessibilidade do serviço de recolha seletiva

Para o cálculo da acessibilidade do serviço de recolha seletiva consideram-se todos os locais onde exista pelo menos um contentor para recolha seletiva – de qualquer dos fluxos e de qualquer dos tipos: Ecoponto de superfície, Molok ou Ilha Ecológica, e contabilizaram-se os todos os alojamentos a menos de 200m de cada ecoponto. Obteve-se uma percentagem de alojamentos com serviço de recolha seletiva de 98%.









## 17\_Saúde

A promoção da saúde afigura-se primordial para implementar uma eficaz política de bem-estar. Com efeito, a saúde constitui-se como um pilar básico da estabilidade pessoal e coletiva que não se circunscreve à ausência de doença. É o garante de um equilíbrio físico, emocional e ambiental que tem de ser procurado através de ações de natureza individual e coletiva, de caráter preventivo e curativo. Trata-se de uma perspetiva cada vez mais abrangente e interdisciplinar. O Concelho de Oeiras consciente desta dimensão holística tem procurado ir ao encontro das necessidades essenciais dos seus munícipes através da gestão de um conjunto de vetores fundamentais no sentido de garantir a equidade social e o desenvolvimento sustentável. Exemplo disso, são os programas e serviços promovidos diretamente ou em articulação com agentes sociais ou as medidas implementadas neste âmbito.

Para o presente documento, para além de dados respeitantes a esta atuação, refletem-se outros indicadores que, de uma forma geral, caracterizam o “estado de saúde” da população.



### Índice de Longevidade

A melhoria das condições sociais e económicas das populações, os progressos da medicina e no acesso à saúde, a alteração dos estilos de vida, entre outros fatores, têm vindo a contribuir para o prolongamento da duração da vida humana, conduzido ao envelhecimento populacional. No âmbito da tendência generalizada para este fenómeno importa abordar o índice de longevidade, na medida em que reflete a proporção de pessoas com mais de 75 anos, no total da população com 65 ou mais anos.

No quadro seguinte encontram-se expressos os dados obtidos para o cálculo deste indicador:

	2008	2009
População residente com 65 ou + anos	30 774	31 968
População residente com 75 ou + anos	13 302	13 817
Índice de Longevidade	43,2%	43,2%

Apurou-se que este índice não sofreu alterações entre os anos de 2008 e 2009. Com efeito, 43.2% dos indivíduos com 65 e mais anos tem mais de 75 anos, em ambos os períodos em análise.



## Taxa Bruta de Mortalidade

Este indicador refere-se ao número de óbitos registados durante um determinado período de tempo (um ano civil), relativamente à população média desse período. No que se refere ao Concelho de Oeiras, a comparação dos anos de 2008 e 2009 permite verificar que se registou um decréscimo (de 8,3‰ para 7,9‰) relativamente à taxa bruta de mortalidade para o Concelho de Oeiras.



## Taxa Quinquenal de Mortalidade Infantil

Este indicador reflete o número de óbitos registados de crianças com idade até um ano, por cada 1.000 nados vivos registados no mesmo período. Quando analisados os últimos dados relativos à taxa de quinquenal de mortalidade infantil (menos de um ano), verifica-se um ligeiro aumento entre os períodos de 2004-2008 e 2005-2009. Com efeito, enquanto que no primeiro período o valor era de 2,6‰, no quinquénio compreendido entre 2005-2009, este valor era de 2,7 ‰.



## Taxa de Mortalidade por doenças do aparelho circulatório

A taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório reflete o número anual de óbitos causados por doenças do aparelho circulatório, considerando a população média e expressa em per milagem. Este indicador reveste-se de especial pertinência no contexto da sustentabilidade, visto que reflete a adoção de estilo de vida (mais ou menos saudável) por parte das comunidades.

Os dados disponíveis para o Concelho de Oeiras referentes a esta taxa indicam um decréscimo entre os anos de 2008 e 2009, de 3,0‰ para 2,7‰.



## Farmácia e Postos Farmacêuticos Móveis

Este indicador refere-se ao número total de farmácias e postos farmacêuticos móveis no final do ano, relativamente à população residente estimada para o final do ano em análise e expressa em per milagem.

Os dados apurados encontram-se expressos no quadro seguinte:

	N.º	‰
2008	39	0,2
2009	46	0,3

Os dados apurados e respeitantes ao número de farmácias e postos móveis demonstra que entre 2008 e 2009, se regista um aumento.



## Enfermeiros

No âmbito dos profissionais de saúde, destaca-se a importância do indicador que reflete o número total de Enfermeiros inscritos no final do ano, face à população residente e expresso em per milagem. Deste modo, quando analisado este indicador, verifica-se um aumento entre os anos de 2008 e 2009, entre os 3,7‰ e os 3,8‰.

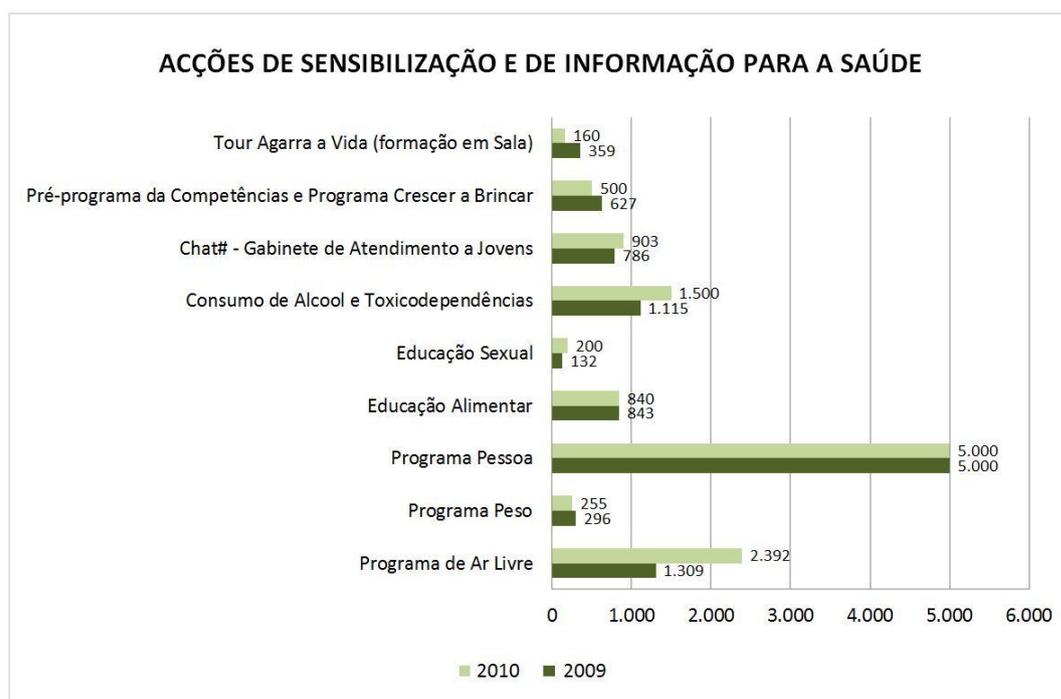


## Ações de sensibilização e informação para a Saúde

Considerou-se, ainda, pertinente no âmbito da saúde, contabilizar os participantes em atividades, desenvolvidas ou apoiadas pelo Município, no que se refere a ações de sensibilização e informação no âmbito da Saúde. Neste âmbito foram considerados os seguintes Programas: Promoção de Estilos de Vida Saudáveis: Ar Livre (DD), PESO, Pessoa, Educação Alimentar, Educação Sexual (DASSJ); Prevenção dos Comportamentos de Risco: Programa de Prevenção do Álcool e Toxicodependências, CHAT, Pré-programa de Competências Crescer a Brincar e Tour Agarra a Vida (formação em sala).

No quadro seguinte apresentam-se os dados apurados:

Programa	2009	2010
Programa de Ar Livre	1.309	2.392
Programa Peso	296	255
Programa Pessoa	5.000	5.000
Educação Alimentar	843	840
Educação Sexual	132	200
Consumo de Álcool e Toxicodependências	1.115	1.500
Chat# - Gabinete de Atendimento a Jovens	786	903
Pré-programa da Competências e Programa Crescer a Brincar	627	500
Tour Agarra a Vida (formação em Sala)	359	160



Os dados apurados demonstram um crescimento do número de participantes, na ordem dos 12%, entre os anos de 2009 e 2010.

No âmbito da saúde, considera-se relevante estabelecer uma comparação dos indicadores selecionados com outras realidades. Deste modo, no quadro seguinte discriminam-se os dados obtidos para os concelhos de compõem a Grande Lisboa:

#### PRINCIPAIS INDICADORES DE SAÚDE, POR CONCELHO DA REGIÃO DA GRANDE LISBOA, 2009

Município	Índice de Longevidade	Taxa Bruta de Mortalidade	Taxa Quinquenal de Mortalidade Infantil	Taxa de Mortalidade por doenças do aparelho circulatório	Farmácias e postos farmacêuticos móveis	Enfermeiros
Amadora	41,3	8,7	4,7	2,9	0,2	4,8
Cascais	43,3	9,4	3,5	3,3	0,2	3,5
Lisboa	51,8	15,1	4,3	5,9	0,6	19,8
Loures	38,5	8,2	5,2	3	0,2	1,4
Mafra	45,7	7,9	3,1	2,6	0,2	1,3
Odivelas	38,1	6,7	3,5	2,3	0,2	2
Oeiras	43,2	7,9	2,7	2,7	0,3	3,8
Sintra	42,2	5,8	4,1	1,9	0,1	1,4
Vila Franca Xira	40,8	7,1	3,3	2,7	0,2	3,3

Como se pode verificar o município de Oeiras encontra-se bem posicionado em todos os indicadores em análise, destacando-se pela positiva a taxa quinquenal de mortalidade infantil e o número de farmácias e postos farmacêuticos móveis.





## 18\_Turismo

O Concelho de Oeiras dispõe de oito unidades hoteleiras. Os Hotéis Amazônia Jamor, Real Oeiras, Solplay, Solar Palmeiras e Lagoas Park de quatro estrelas; o Hotel Express Holiday Inn de três estrelas; e o Hotel Ibis de duas estrelas. Estão, ainda, incluídos a Pousada da Juventude Catalazete e o INATEL (Motel Continental).

O tipo de turismo maioritário em Oeiras é o de negócios, fazendo com que haja uma distribuição de hóspedes ao longo do ano e contribuindo para que a sazonalidade do turismo continue baixa.

Note-se que apesar do tipo de turismo predominante no Concelho nos meses de férias (julho e agosto), ser o de lazer não é suficiente para que haja um aumento significativo da sazonalidade do turismo em Oeiras.

De realçar que o Concelho possui, ainda, diversos centros empresariais e tecnológicos que contribuem, igualmente, para o turismo de negócios. Além disso, os hotéis do Concelho disponibilizam salas de reuniões e existem dois de congressos, um no Taguspark e outro no Lagoas Park.

A adicionar aos espaços atrás mencionados, encontra-se, ainda, em construção, um outro centro de congressos, de maior dimensão, no centro empresarial da Quinta da Fonte.

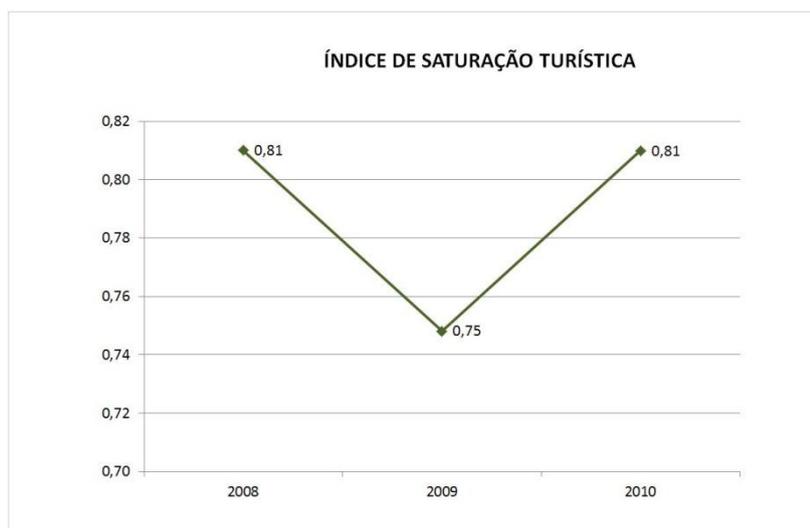
Sendo as questões profissionais o grande motivo das deslocações dos turistas ao Concelho de Oeiras, é justificação para a baixa permanência média do turismo e a taxa de ocupação hoteleira, uma vez que o turismo de negócios caracteriza-se pela realização de viagens de curta duração e efetuadas por um único hóspede, ocupando apenas um quarto individual nas unidades hoteleiras.

Seguidamente são apresentados alguns indicadores de relevância para a caracterização do turismo do Concelho de Oeiras.



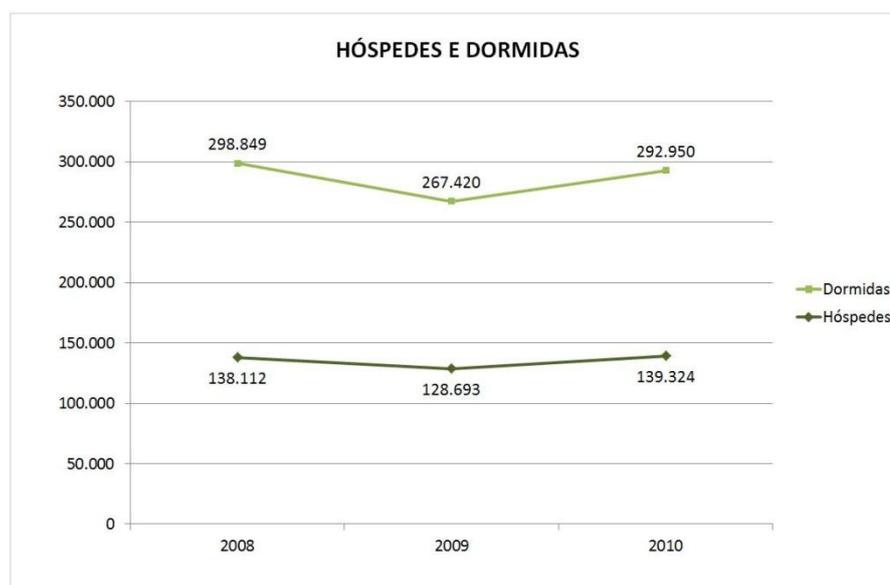
### Índice de Saturação Turística

A Saturação turística entre 2008 e 2010 apresentou apenas um decréscimo no ano de 2009, sendo que em 2008 e 2010 a relação entre a quantidade de turistas e a população residente em Oeiras foi idêntica. O indicador recuperou em 2010 para o exato valor que teve em 2008 (0,81).



## Hóspedes e Dormidas

Entre 2008 e 2010 houve uma diminuição de hóspedes e dormidas no ano de 2009. A recuperação em 2010 permitiu retomar totalmente o número de hóspedes, enquanto as dormidas ainda estão com uma diferença negativa perto das 6.000.



## Capacidade de Alojamento Turístico

Entre os anos de 2008 e 2010 não houve evolução na capacidade de alojamento turístico. O indicador manteve-se nos 2,7, visto que não houve alterações (construção ou remodelação) no número de unidades instaladas no concelho.



## Taxa de Ocupação Hoteleira

No período 2008-2010 assistiu-se a uma quebra dos valores do indicador em 2009. A recuperação ocorrida em 2010 ainda não cobriu a diminuição do ano anterior.



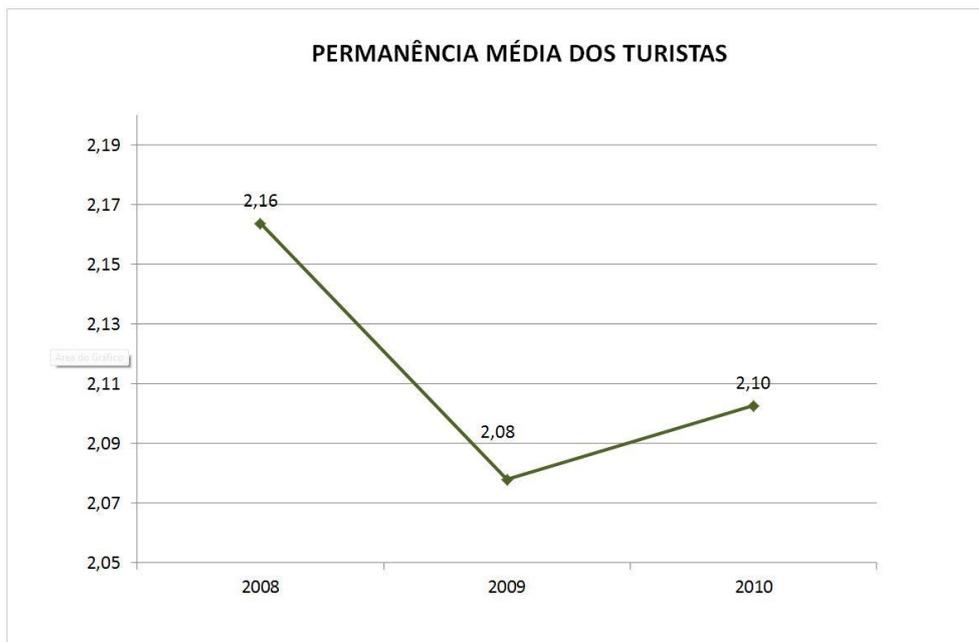
## Estabelecimentos Hoteleiros com Certificação de Qualidade e Gestão Ambiental

Dos oito estabelecimentos hoteleiros apenas dois têm certificação. Existem ainda outros dois que não disponibilizaram a informação solicitada. Face ao exposto, as unidades certificadas representam 25% da oferta disponível, 50% não tem nenhum tipo de certificação e os restantes 25% correspondem às entidades das quais não foram apurados os dados.



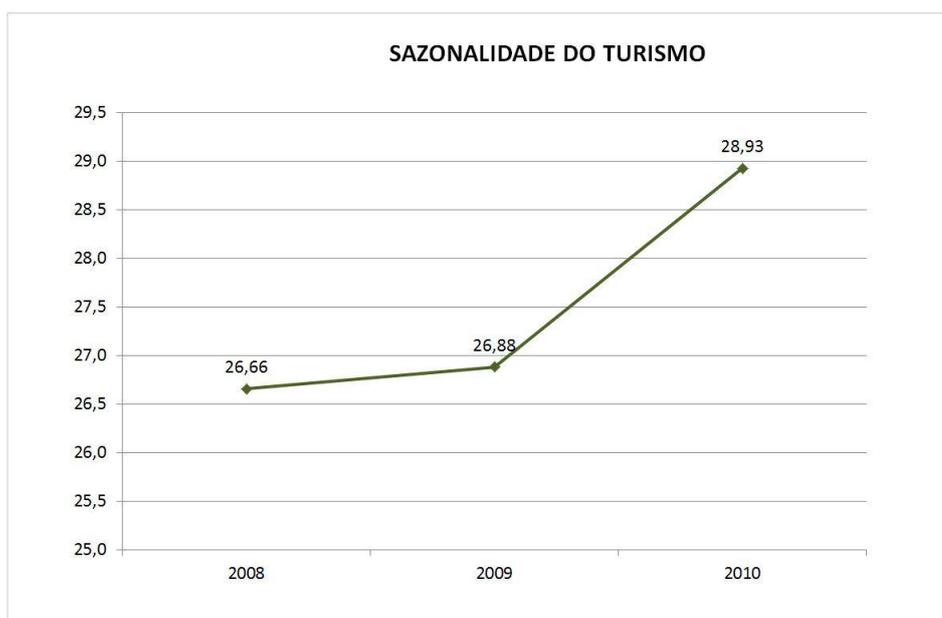
## Permanência Média dos Turistas

No período 2008-2010 houve uma quebra no ano de 2009, ainda por recuperar, apesar do crescimento em 2010. O indicador caiu 3,7% em 2009 e o valor de 2010 representa ainda uma quebra de 2,7% em relação a 2008.



## Sazonalidade do Turismo

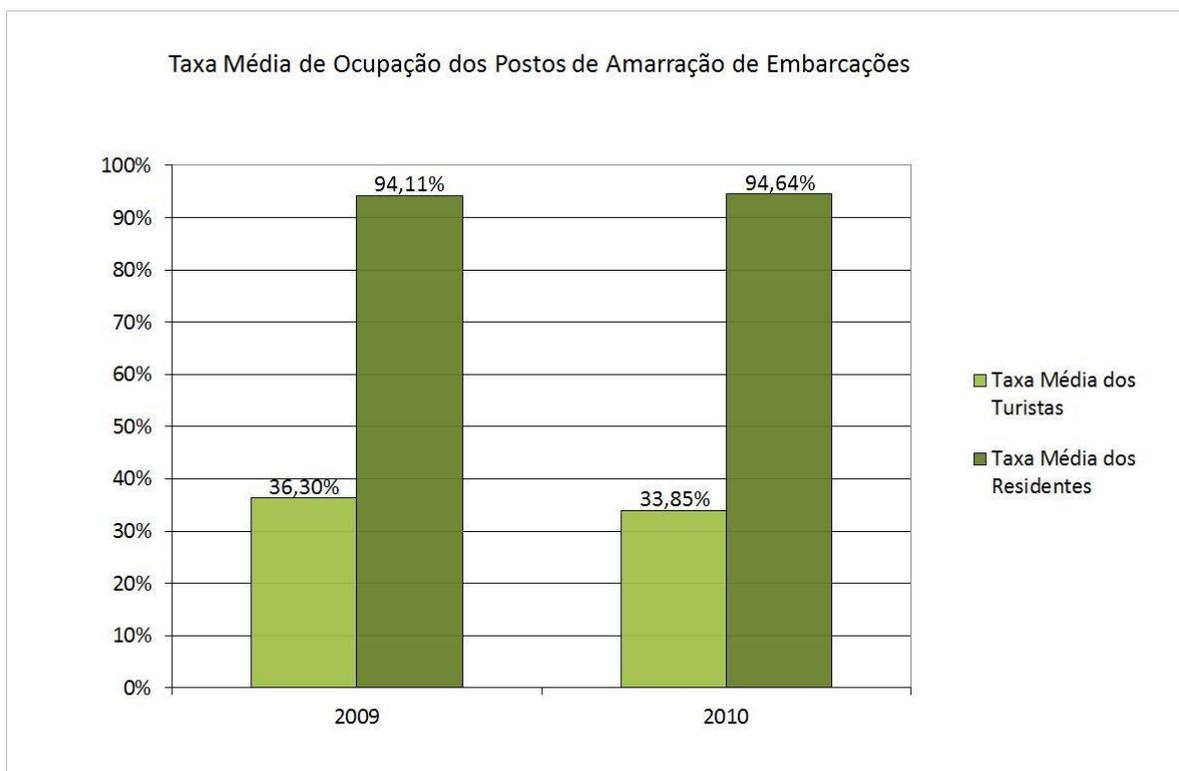
Existe um crescimento da sazonalidade com o indicador a subir uns meros 0,07% de 2008 para 2009, mas a acelerar para 7,6% de 2009 para 2010.





## Taxa Média de Ocupação dos Postos de Amarração de Embarcações

A Taxa média de ocupação dos lugares reservados a turistas desceu, ligeiramente, em 2010 face ao ano de 2009 de 36,3% para 33,85%. Já a taxa média de ocupação dos lugares reservados a residentes manteve-se em 2010 praticamente igual ao ano anterior (94,64% em 2010 e 94,11% em 2009)





# **SÍNTESE**

## **PERSPETIVAS DE FUTURO**

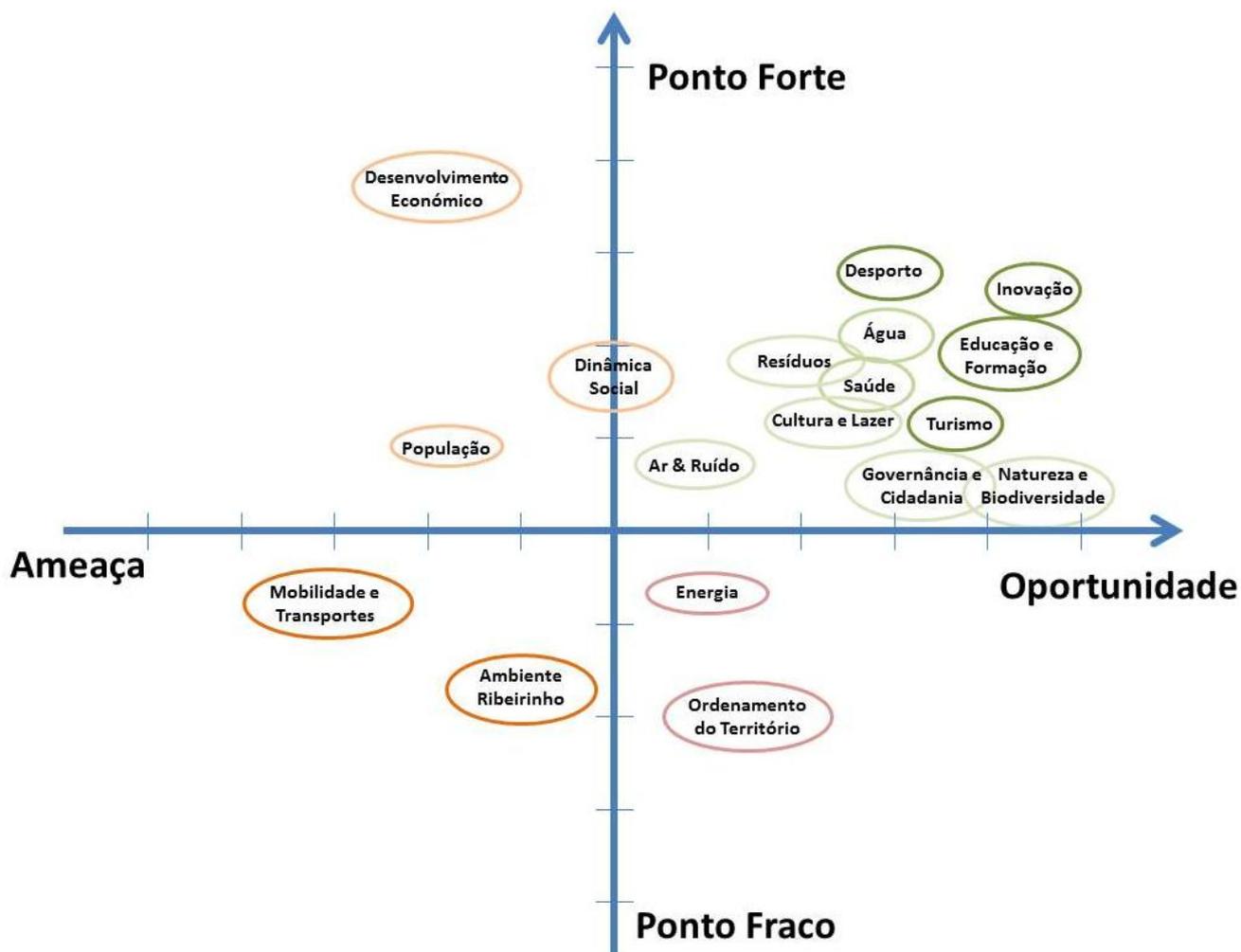
## SÍNTESE

O Relatório de Indicadores de Sustentabilidade do Concelho de Oeiras foi elaborado pelo Grupo Oeiras 21+, com a colaboração das unidades orgânicas municipais, bem como com as contribuições das empresas participadas.

Como demonstração prática da aplicação da metodologia proposta para avaliar o desenvolvimento sustentável do Concelho de Oeiras, de forma a permitir uma melhor visualização da operacionalidade do referido método, foram selecionados alguns indicadores que permitem exemplificar de forma clara diferentes cenários tendo em conta o desempenho do município em termos de sustentabilidade. Estabeleceu-se uma escala de valoração através da representação simbólica da expressão facial - 😊, 😐 e 😞 - consoante o estado de cada indicador comparativamente com a Grande Lisboa ou média nacional, perante os dados de referência, ou simplesmente quanto à evolução temporal verificada. Os dados obtidos encontram-se resumidos no quadro seguinte:

TEMA	Análise
1_Água	😊
2_Ambiente Ribeirinho	😐
3_Ar e Ruído	😐
4_Cultura e Lazer	😊
5_Desenvolvimento Económico	😊
6_Desporto	😊
7_Dinâmica Social	😐
8_Educação e Formação	😊
9_Energia	😞
10_Governância e Cidadania	😊
11_Inovação	😊
12_Mobilidade e Transportes	😐
13_Natureza e Biodiversidade	😐
14_Ordenamento do Território	😐
15_População	😐
16_Resíduos	😊
17_Saúde	😊
18_Turismo	😐

Da análise anterior resulta uma **análise SWOT**, que ilustra a situação do Concelho relativamente a ameaças, oportunidades, pontos fortes e fracos, evidenciados, de forma genérica, pelos indicadores analisados:



Por outro lado, o quadro seguinte apresenta, de forma resumida, os aspetos mais importantes, em termos de potencialidades e vulnerabilidades, resultantes da análise dos indicadores que integram cada tema:

Tema	Potencialidades	Vulnerabilidades
<b>1_Água</b>	<p>99% da população é servida pelo sistema de abastecimento de água;</p> <p>95,1% é servida pelo sistema de tratamento de águas residuais;</p> <p>A água do sistema de abastecimento apresenta muito boa qualidade;</p> <p>Registou-se uma redução significativa das perdas de água no sistema de abastecimento.</p>	
<b>2_Ambiente Ribeirinho</b>	<p>Em 2011 foram intervencionados cerca de 20 km de linha de água;</p> <p>A percentagem de habitantes em leito de cheia é relativamente reduzida (cerca de 3% da população total do Concelho);</p> <p>O controlo da qualidade das águas balneares tem aumentado e uma grande maioria das análises apontam para água de boa qualidade.</p>	<p>Estima-se que a área impermeabilizada em zonas ameaçadas por cheias e inundações se situa entre os 15% e os 20%.</p>
<b>3_Ar e Ruído</b>	<p>O Concelho apresenta índices de emissão de gases com efeito de estufa ligeiramente inferiores à média nacional;</p> <p>O índice de qualidade do ar apresenta-se como "bom".</p>	<p>3,1% da população encontra-se sujeita a níveis de ruído acima dos limites estabelecidos na legislação e 6,2% a níveis de ruído ambiental excessivo, no período noturno.</p>
<b>4_Cultura e Lazer</b>	<p>Comparando com os concelhos da Grande Lisboa, Oeiras detém o 2.º lugar (a seguir a Lisboa) no que se refere ao número de espectadores por habitante.</p>	<p>Oeiras detinha, em 2009, um índice baixo de visitantes de galerias de arte por habitante.</p>
<b>5_Desenvolvimento Económico</b>	<p>A intensa terciarização do Concelho originou uma elevada concentração de RH qualificados;</p> <p>O ganho médio mensal acusa uma tendência de crescimento situando-se em valores superiores à média da Grande Lisboa e do País;</p> <p>Oeiras apresenta um valor inferior à região de Lisboa e Vale do Tejo, no que concerne à taxa de desemprego;</p> <p>O índice de poder de compra do Concelho é superior ao valor médio da Grande Lisboa e de todos os municípios que a compõe, à exceção de Lisboa.</p>	<p>A taxa de desemprego segue a tendência de crescimento regional e nacional.</p>
<b>6_Desporto</b>	<p>As 71 associações inscritas no movimento associativo com oferta desportiva encontram-se distribuídas de forma equitativa no território.</p>	<p>O investimento municipal na área do desporto situa-se entre os valores mais baixos da Grande Lisboa.</p>

Tema	Potencialidades	Vulnerabilidades
<b>7_Dinâmica Social</b>	<p>Decréscimo no número de processos instaurados pela CPCJO;</p> <p>Decréscimo na taxa de criminalidade, que é, em Oeiras, a 2.ª mais baixa da Grande Lisboa.</p>	<p>Registou-se um aumento no número de beneficiários das pensões sociais de velhice e de sobrevivência do rendimento social de inserção e do subsídio de desemprego;</p> <p>Aumento do número de indivíduos sem teto registados.</p>
<b>8_Educação e Formação</b>	<p>Oeiras apresenta taxas brutas de escolarização, ao nível do ensino pré-escolar e secundário, superiores à média da Grande Lisboa;</p> <p>A taxa de sucesso escolar é superior a 83%;</p> <p>O investimento na área da educação tem sido uma prioridade;</p> <p>O nível das habilitações académicas da população são significativamente superiores à média da Grande Lisboa.</p>	
<b>9_Energia</b>		<p>O consumo de energia global <i>per capita</i> situa-se acima da média.</p> <p>A produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis é pouco significativa.</p>
<b>10_Governança e Cidadania</b>	<p>A taxa de votantes em Oeiras é superior aos valores nacionais em alguns atos eleitorais.</p>	<p>O Município de Oeiras ainda não implementou uma política de compras com critérios de sustentabilidade.</p>
<b>11_Inovação</b>	<p>Regista-se uma média de 2 alunos por computador nas escolas básicas e secundárias do Concelho.</p> <p>O número de patentes e marcas registadas em Oeiras registaram um ligeiro aumento e representam uma proporção significativa do total nacional.</p>	
<b>12_Mobilidade e Transportes</b>	<p>A oferta de transportes coletivos é bastante abrangente.</p> <p>Oeiras dispõe de 7,62 km de rede ciclável.</p> <p>Oeiras tem uma baixa taxa de sinistralidade.</p>	<p>O transporte individual é o modo de transporte mais frequentemente utilizado.</p>
<b>13_Natureza e Biodiversidade</b>	<p>O indicador de uso compatível dos solos com elevado valor ecológico é de 58%.</p> <p>Estão contabilizadas 141.850 árvores em espaços públicos e privados no Concelho, dando uma média de 0,8 árvores por habitante.</p>	<p>O fator crítico para a salvaguarda da natureza e da biodiversidade no concelho é a ocupação do território de modo compatível com os seus valores naturais (solo, habitats de interesse local e comunitário, áreas importantes para o ciclo hidrológico, valores paisagísticos), e a promoção de políticas ativas como o Plano de Arborização.</p>
<b>14_Ordenamento do Território</b>	<p>12% do território do Concelho corresponde (PDM 1994) a reserva ecológica nacional.</p>	<p>O índice de utilização do solo registou um decréscimo.</p> <p>Não existe nenhuma construção/ operação urbanística submetida a certificação, salvo as exigíveis por lei.</p>

Tema	Potencialidades	Vulnerabilidades
<b>15_População</b>	Oeiras encontra-se acima da média da AML, no que se refere à taxa de fecundidade geral. Os índices de dependência, quer de jovens quer de idosos, são inferiores aos da AML.	O número de indivíduos por cada 100 jovens já atingiu os 122.
<b>16_Resíduos</b>	A produção de resíduos urbanos <i>per capita</i> é inferior à média nacional. O número de habitantes por ecoponto é inferior ao valor de referência nacional. 98% dos alojamentos encontram-se a menos de 200 metros de pontos de recolha seletiva.	Verificou-se um decréscimo na taxa de recolha seletiva.
<b>17_Saúde</b>	A taxa bruta de mortalidade decresceu. O número de óbitos registados em crianças até 1 ano é o mais baixo da Grande Lisboa. A taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório, que poderá refletir os estilos de vida adotados, registou um decréscimo.	
<b>18_Turismo</b>	A relação entre a quantidade de turistas e a população residente tem-se mantido estável.	Todos os indicadores estudados denotam uma recuperação no ano de 2010, antecedida de uma quebra, em 2009.

## PERSPETIVAS DE FUTURO

Oeiras encontra-se entre os primeiros municípios Portugueses a aderir ao “Pacto de Autarcas”, desafio lançado pela Comissão Europeia que visa transpor para a escala local os objetivos comunitários da chamada “Política dos Três Vintes”: chegar ao ano de 2020 ultrapassando a meta de mais 20% de eficiência energética, mais 20% de energias renováveis, e uma redução de 20% nas emissões de gases com efeito de estufa. Considerando o desempenho negativo demonstrado nos indicadores que integram o tema Energia, o PAESO parece-nos o caminho indicado para o reajustamento dos resultados relativos a estes indicadores.

Por outro lado, o Plano Municipal de Arborização (PMA) resulta de um objetivo que se traduziu no mote “1 árvore, 1 cidadão”, perfazendo um total de 170.000 árvores, até final de 2017. Estima-se um património atual de cerca de 100.000 árvores em espaços públicos, distribuídas do seguinte modo: 25.000 árvores de arruamento, 25.000 novas árvores plantadas entre 2006 e 2009 no âmbito do PMA e 50.000 árvores existentes em jardins (estimativa).

Acresce a preocupação de planeamento demonstrada pelo Município e traduzida na elaboração de planos estratégicos sectoriais, que permitem estruturar as áreas de trabalho e rentabilizar recursos.

Destes, salientam-se:

- Plano Estratégico do **Turismo**,
- Plano de Ação **Energia** Sustentável para Oeiras,
- Plano Estratégico **Habitar Oeiras**,
- Plano Estratégico de **Arborização**,
- Plano Estratégico para os **Equipamentos Educativos**,
- Estudo Estratégico para o **Desenvolvimento Económico**,
- Estudo de **Mobilidade e Acessibilidades** de Oeiras,
- PEMPI – Plano Estratégico Municipal para as **Pessoas Idosas** e
- Plano Municipal para a **Deficiência**.

Estes planos estratégicos setoriais deverão ser concretizados de forma integrada, criando as sinergias que forem pertinentes para a melhoria do desempenho do município nas diversas vertentes, por forma a alcançar a sustentabilidade do território como um todo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OEINERGE (2007), Matriz da Água de Oeiras, ed. SMAS e C.M.Oeiras, Oeiras

EVALUE (2008), Inventário de GEE das Atividades do Concelho de Oeiras, OEINERGE, junho de 2008.

MUNICÍPIA (2011), Estudo Hidrológico e Hidráulico das Bacias Hidrográficas de Oeiras para elaboração de carta de zonas inundáveis de acordo com Decreto-Lei n.º 115/2010. Relatório Final, Município de Oeiras (n/p). Dezembro de 2011.

MUNICÍPIA (2012) Produção de relatórios e cartografia para o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil – Secção II (Pontos 5, 6 e 7). RELATÓRIO – SECCÃO II (Pontos 5, 6 e 7). Município de Oeiras (n/p). Fevereiro de 2012.

Msst (2003) Plano Nacional de Ação para a Inclusão: Portugal 2003 – 2005, Ministério da Segurança Social e do Trabalho Lisboa.

RAMOS, E. et al. (2000) Carta Social - Rede de Serviços e Equipamentos. Departamento de Estudos, Prospetiva e Planeamento, Lisboa.

CMO (2009) Oeiras 21+ Agenda da Sustentabilidade para Oeiras 2008 – 2013. C.M. Oeiras, Oeiras, março de 2009.

CMO (2009) Relatório Final Curso de Pós-Graduação Formação-Acção em Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Local (n/p), Oeiras, Gabinete de Desenvolvimento Municipal e Divisão de Formação da Câmara Municipal de Oeiras, Julho de 2009.

CMO (2011) Despacho da Presidência nº 54/2011 de 19/07/2011 (Grupo Oeiras 21+), n/p, Oeiras.

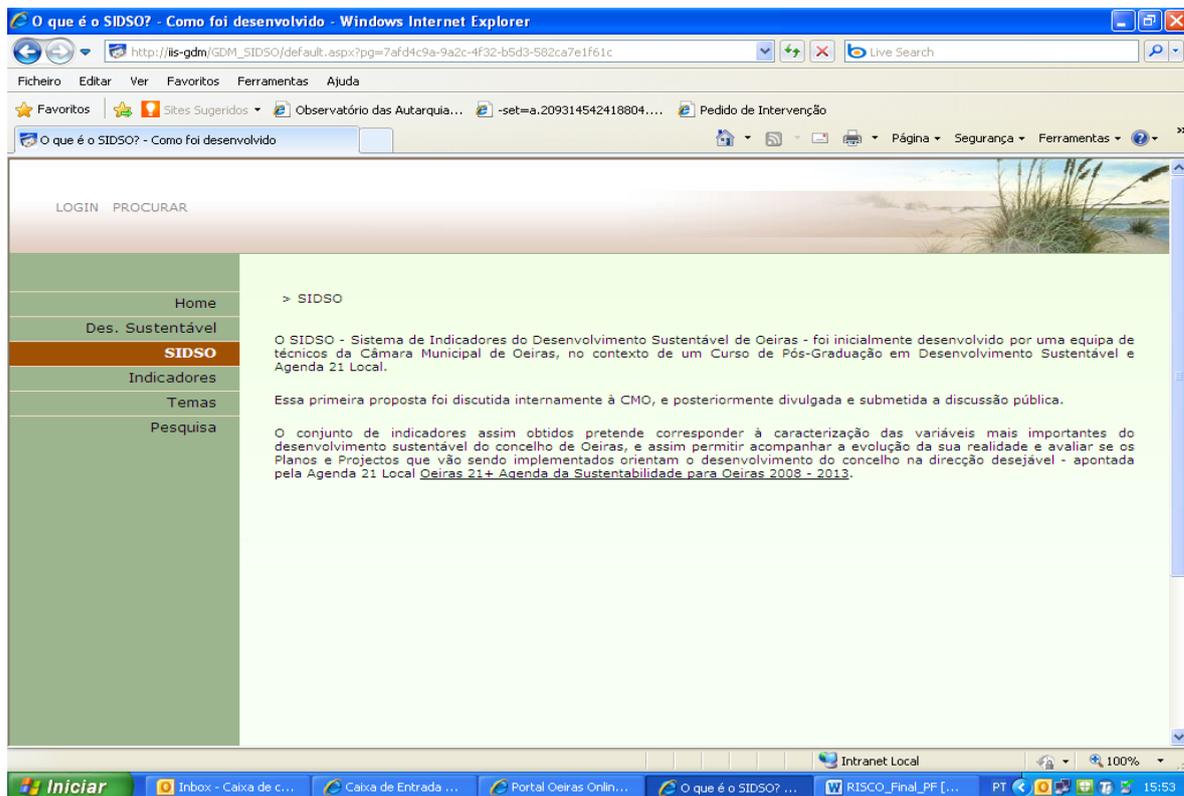
CMO (2008) Ata número seis / dois mil e oito da reunião ordinária da Câmara Municipal de Oeiras realizada em 26 de março de 2008 - proposta nº. 262/08 - aprovação da minuta de protocolo a celebrar entre a CMO e a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, no âmbito da implementação da "Oeiras 21 Mais – Agenda da Sustentabilidade para Oeiras 2008-2013", Oeiras, pp. 83 – 92.

## ANEXOS

### GRUPO DE TRABALHO

Nome	Unidade Orgânica
Alice Cerdeira Garcia	DIM
Ana Almeida	DASD
Ana Cristina Vieira	GDM
Ana Maria Graça	DEP
Ana Patrícia Faia	DASD
Cristina Garrett	GDM
Helena Marques	GAJF
Isabel Gonçalves	DGO
José Luís Ribeiro	DPO
Maria Amélia Cravidão	DASD
Nuno Martins	GC
Paula Lopes	GMA
Paulo Almeida	GDM
Rosa Duarte	GC
Rui Godinho	DPHCB
Sandra Caçoila	DPE
Sandra Diogo	DP
Sofia Gomes	DAE
Sónia Araújo	DLAAE
Tânia Matias	DRRSU

## IMAGEM DA APLICAÇÃO DO SIDSO NA INTRANET



Temas - Windows Internet Explorer

http://lis-gdm/GDM\_SIDSO/default.aspx?pg=4276153d-c9c0-400e-95da-20f0aaecd461

Ficheiro Editar Ver Favoritos Ferramentas Ajuda

Favoritos Sites Sugeridos Observatório das Autarquia... -set=a.209314542418804... Pedido de Intervenção

Temas

LOGIN PROCURAR

Home  
Des. Sustentável  
SIDSO  
Indicadores  
**Temas**  
Pesquisa

> Temas

**Temas**

Código	Indicador	
1	Água	<a href="#">Ver Indicadores</a>
2	AmbRibeirinho	<a href="#">Ver Indicadores</a>
3	Ar e Ruído	<a href="#">Ver Indicadores</a>
4	Cultura e Lazer	<a href="#">Ver Indicadores</a>
5	Desenvolvimento Economico	<a href="#">Ver Indicadores</a>
6	Desporto	<a href="#">Ver Indicadores</a>
7	Dinamica Social	<a href="#">Ver Indicadores</a>
8	Educação e Formação	<a href="#">Ver Indicadores</a>
9	Energia	<a href="#">Ver Indicadores</a>
10	Governacao e Cidadania	<a href="#">Ver Indicadores</a>

Intranet Local 100%

Iniciar Inbox - Caixa de c... Caixa de Entrada ... Portal Oeiras Onlin... Temas - Windows ... RISCO\_Final\_PF [... PT 15:54

Temas - Windows Internet Explorer

http://lis-gdm/GDM\_SIDSO/default.aspx?pg=4276153d-c9c0-400e-95da-20f0aaecd461

Ficheiro Editar Ver Favoritos Ferramentas Ajuda

Favoritos Sites Sugeridos Observatório das Autarquia... -set=a.209314542418804... Pedido de Intervenção

Temas

LOGIN PROCURAR

Home  
Des. Sustentável  
SIDSO  
Indicadores  
**Temas**  
Pesquisa

> Temas

**Temas**

**Indicadores**

Código	Indicador		Designação	Descrição	Detalhes
1	Água	<a href="#">Ver Indicadores</a>	População servida pelo sistema de abastecimento de água	Percentagem da população servida pelo sistema municipal de abastecimento de água	<a href="#">Visualizar</a>
2	AmbRibeirinho	<a href="#">Ver Indicadores</a>			
3	Ar e Ruído	<a href="#">Ver Indicadores</a>	Consumo médio de água per capita e por dia	Volume de água total consumida no concelho, per capita (capitação urbana de água), é possível calcular também a capitalização doméstica de água, que avalia mais especificadamente a média de consumo de água por habitante a nível doméstico.	<a href="#">Visualizar</a>
4	Cultura e Lazer	<a href="#">Ver Indicadores</a>			
5	Desenvolvimento Economico	<a href="#">Ver Indicadores</a>			
6	Desporto	<a href="#">Ver Indicadores</a>	Qualidade da água para Consumo Humano	Avaliação do cumprimento das normas legais de qualidade da água de abastecimento. O não cumprimento da normas legais pode ocorrer por insuficiência do número de análises ou por registo de níveis de qualidade abaixo do desejado.	<a href="#">Visualizar</a>
7	Dinamica Social	<a href="#">Ver Indicadores</a>			
8	Educação e Formação	<a href="#">Ver Indicadores</a>			
9	Energia	<a href="#">Ver Indicadores</a>			
10	Governacao e Cidadania	<a href="#">Ver Indicadores</a>	População servida por tratamento de águas residuais	Avaliação do cumprimento das normas legais de ARU; o nível de tratamento de ARU requerido pela legislação evoluiu ao longo do	<a href="#">Visualizar</a>

Intranet Local 100%

Iniciar Inbox - Caixa de c... Caixa de Entrada ... Portal Oeiras Onlin... Temas - Windows ... RISCO\_Final\_PF [... PT 15:54

Pesquisa - Windows Internet Explorer

http://iis-gdm/GDM\_SID50/default.aspx?pg=2f7f60c7-7cdd-4516-85fc-a459db7a55f

Ficheiro Editar Ver Favoritos Ferramentas Ajuda

Observatório das Autarquia... -set=a.209314542418804.... Pedido de Intervenção

LOGIN PROCURAR

Home  
Des. Sustentável  
SIDSO  
Indicadores  
Temas  
**Pesquisa**

> Pesquisa

Designação:  Descrição:   
Referência:  Metodologia:   
Unidade de medida:  Dimensão:   
Periodicidade:  Desagregação Geográfica:   
Data de:  Data até:   
Tema:

Designação	Descrição	Referência	Dimensão por extenso	Periodicidade	Desagregação Geográfica	Detalh
Índice de Saturação Turística	Avalia a relação entre a quantidade de turistas e a população residente num determinado território, indicando a dimensão dos potenciais impactes resultantes.	CUNHA, L. (1997) Economia e Política do Turismo, MacGraw Hill	Económica	Anual	Concelho	<a href="#">Visuali</a>
Hóspedes e Dormidas	Caracteriza genericamente a procura turística do	CUNHA, L. (1997) Economia e Política do Turismo, MacGraw Hill	Económica	Anual	Concelho	<a href="#">Visuali</a>

Intranet Local 100%

Iniciar | Inbox - Caixa de c... | Caixa de Entrada ... | Portal Oeiras Onlin... | Pesquisa - Windo... | W RISCO\_Final\_PF [...]

Indicador - Windows Internet Explorer

http://iis-gdm/GDM\_SID50/default.aspx?pg=3e69d428-6588-430a-bb3b-4aa5c37d5f51&ID\_Indicador=59

Ficheiro Editar Ver Favoritos Ferramentas Ajuda

Observatório das Autarquia... -set=a.209314542418804.... Pedido de Intervenção

LOGIN PROCURAR

Home  
Des. Sustentável  
SIDSO  
Indicadores  
Temas  
Pesquisa

**Designação Indicador:**

Praticantes de modalidades desportivas

**Dados actualizados:**

**Análise:**

**Descrição:**

Associados dos clubes, associação e colectividades desportivas praticantes de modali

**Gráfico:**

Intranet Local 100%

Iniciar | Inbox - Caixa de c... | Caixa de Entrada ... | Portal Oeiras Onlin... | Indicador - Windo... | W RISCO\_Final\_PF [...]

## LISTA DE INDICADORES DO SIDSO

Nº	TEMA	Designação Indicador
1	1_Água	1 População servida pelo sistema de abastecimento de água
2		2 Consumo médio de água per capita e por dia
3		3 Qualidade da Água para Consumo Humano
4		4 População servida por tratamento de águas residuais
5		5 Perdas de água no sistema de abastecimento de água
6		6 Água da rede pública utilizada para rega e limpeza de espaços públicos pela CMO
7	2_Ambiente Ribeirinho	1 Linhas de água sujeitas a medidas de conservação
8		2 Percentagem da área impermeabilizada em leito de cheia
9		3 N.º de habitantes que residem em áreas de leito de cheia
10		4 Qualidade da água balnear
11	3_Ar e Ruído	1 Emissão de gases com efeito de estufa per capita
12		2 Índice de Qualidade do Ar
13		3 Percentagem da população exposta a valores excessivos de ruído ao longo do dia
14		4 Percentagem da população exposta a valores excessivos de ruído no período noturno
15	4_Cultura e Lazer	1 Despesas públicas em Cultura
16		2 Agentes Culturais apoiados pela CMO
17		3 Equipamentos Culturais
18		4 Património classificado
19		5 Espectadores de espetáculos ao vivo por habitante
20		6 Visitantes de galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias por habitante
21	5_Developimento Económico	1 Emprego por setor de atividade económica
22		2 Número de Empresas por setor de atividade
23		3 Taxa de ocupação dos espaços empresariais
24		4 Valor da Derrama
25		5 Ganho médio mensal
26		6 Desemprego Registado segundo o Género, o Grupo Etário e os Níveis de Escolaridade
27		7 Índice do Poder de Compra
28	6_Desporto	1 Instalações desportivas
29		2 Oferta desportiva do movimento associativo do Concelho
30		3 Praticantes de modalidades desportivas.
31		4 Participantes em eventos desportivos promovidos e apoiados pela CMO
32		5 Investimento municipal na área do Desporto
33	7_Dinâmica Social	1 Beneficiários de Pensões
34		2 Rede de serviços e equipamentos sociais
35		3 Pessoas sem teto
36		4 População abrangida por apoio alimentar
37		5 Crianças e Jovens em Risco
38		6 Criminalidade
39		7 Taxa de incidência de Violência Doméstica

Nº	TEMA	Designação Indicador
40	8_Educação e Formação	1 Alunos por Agrupamento de escolas
41		2 Taxa Bruta de Escolarização
42		3 Taxa de Sucesso Escolar
43		4 Evolução do número de alunos na rede de Ensino Básico e Secundário público
44		5 Taxa de analfabetismo
45		6 População residente por habilitação literária
46		7 Investimento municipal na área da Educação
47	9_Energia	1 Consumo de Energia Final <i>per capita</i>
48		2 Consumo de Energia por setor de Atividade Económica
49		3 Consumo de Energia por Forma de Energia
50		4 Certificação energética dos edifícios
51		5 Produção Descentralizada de Energia Elétrica a partir de Fontes Renováveis
52		6 Área instalada de painéis solares térmicos
53	10_Governância e Cidadania	1 Participação Eleitoral
54		2 Evolução do Banco de voluntariado
55		3 Certificações de qualidade às autarquias e entidades associadas
56		4 Informação sobre Oeiras 21+ através da Internet
57		5 Investimento municipal na Educação e Promoção Ambiental
58		6 Educação, sensibilização e participação em projetos ambientais
59		7 Compras Verdes
60		8 Serviços de Atendimento Municipal
61	11_Inovação	1 Recursos Humanos em atividades de I&D
62		2 Alunos por computador
63		3 Pedidos de Marcas e Patentes
64		4 Despesa em I&D, por setor de execução
65		5 Nº de instituições com atividades de I&D, por setor de execução
66		6 Empresas com Atividades de Inovação
67	12_Mobilidade e Transportes	1 Viagens internas a Oeiras
68		2 Proximidade aos transportes coletivos
69		3 Repartição modal do transporte de passageiros
70		4 Rede de vias cicláveis
71		5 Sinistralidade rodoviária
72		6 Transporte Coletivo movido a energia elétrica
73		7 Taxa de Motorização
74	13_Natureza e Biodiversidade	1 Estrutura ecológica municipal
75		2 Capitação de espaços verdes totais
76		3 Solos de elevado valor ecológico com usos compatíveis com a sua conservação
77		4 Impermeabilização do Solo
78		5 Árvores por habitante
79		6 Áreas de infiltração máxima impermeabilizadas

<b>Nº</b>	<b>TEMA</b>	<b>Designação Indicador</b>
80	14_Ordenamento do Território	1 Áreas de elevado valor ecológico
81		2 Fogos vagos
82		3 Habitação de Promoção Municipal
83		4 Número médio de habitantes por fogo
84		5 Índice de Utilização do Solo
85		6 Operações urbanísticas com processo de certificação
86	15_População	1 População residente, por sexo e grupo etário
87		2 Taxa de Crescimento Efetivo
88		3 Taxa de Fecundidade Geral
89		4 Índice de Envelhecimento
90		5 Índice de dependência de Idosos
91		6 Índice dependência de Jovens
92		7 População estrangeira com estatuto legal de residente
93	16_Resíduos	1 Produção de resíduos urbanos per capita
94		2 Recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos
95		3 Tratamento dos RSU
96		4 Sustentabilidade financeira da gestão de resíduos
97		5 N° de habitantes por ecoponto
98		6 Recolha seletiva de Óleos Alimentares Usados
99		7 Acessibilidade do serviço de recolha seletiva
100	17_Saúde	1 Índice de Longevidade
101		2 Taxa bruta de mortalidade
102		3 Taxa quinquenal de mortalidade infantil
103		4 Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório
104		5 Farmácias e Postos Farmacêuticos Móveis
105		6 Enfermeiros
106		7 Ações de Sensibilização e Informação para a Saúde
107	18_Turismo	1 Índice de Saturação Turística
108		2 Hóspedes e Dormidas
109		3 Capacidade de Alojamento Turístico
110		4 Taxa de Ocupação Hoteleira
111		5 Estabelecimentos Hoteleiros com Certificação de Qualidade e Gestão Ambiental
112		6 Permanência Média dos Turistas
113		7 Sazonalidade do Turismo
114		8 Taxa de ocupação dos postos de amarração de embarcações